



UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA

ALINE RIBEIRO CORRÊA

**EDUCAÇÃO SEXUAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E OS
DESAFIOS PARA UMA VIDA PLENA**

Tubarão/SC

2024

ALINE RIBEIRO CORREA

**“EDUCAÇÃO SEXUAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E OS DESAFIOS
PARA UMA VIDA PLENA”**

Esta Dissertação foi julgada adequada à obtenção do título de Mestre em Educação e aprovada em sua forma final pelo Curso de Mestrado em Educação da Universidade do Sul de Santa Catarina.

Assinatura restrita (proteção de dados)

Dr. Luciano Daudt da Rocha - Presidente da Sessão

Presente por videoconferência

Dra. Ana Claudia Bortolozzi - Examinadora Externa

Presente por videoconferência

Dra. Flávia Wagner - Examinadora Interna

Esta Dissertação é dedicada a todos os profissionais que trabalham com Pessoas com Deficiência (PcD).

AGRADECIMENTOS

Agradecer é uma tarefa difícil, pois em uma trajetória longa e complexa, como é o período da pós-graduação em nível de Mestrado, a memória pode nos trair, e deixarmos de citar pessoas que foram importantes.

Primeiramente agradeço a Deus e a minha família, especialmente ao meu filho, por compreender minhas ausências ao trilhar esse caminho.

Agradeço aos colegas que comigo cursaram disciplinas, pois sua presença amiga teve grande importância nessa jornada. Agradeço aos professores, porque a cada disciplina concluída, vinha a sensação de que estava alicerçando uma estrada para novos conhecimentos.

Também agradeço aos membros da banca, à Professora Dr^a Flávia Wagner e à Professora Dr^a Ana Cláudia Bortolozzi, pelas contribuições relevantes a esta Dissertação.

Ainda é importante registrar um agradecimento especial ao meu orientador, Professor Dr. Luciano Daudt da Rocha, por ter me guiado no caminho desta pesquisa com profissionalismo, humanidade e brilhantismo, auxiliando para que eu pudesse superar minhas limitações como pesquisadora iniciante.

Por último, gostaria de registrar que sou grata a todos aqueles que, de uma forma ou outra, me auxiliaram a trilhar esse caminho e concluir essa jornada, pois mesmo que eu não lembre de nomes para registro, meu sentimento é sincero:

Gratidão!

RESUMO

A sexualidade está associada à vida, às sensações, às emoções, ao desenvolvimento da afetividade e da capacidade de se encontrar consigo mesmo e com o outro. A manifestação da sexualidade é entendida como um processo inerente ao ser humano, independentemente de padrões ditos de *normalidade* e de necessidades especiais, sejam elas físicas, mentais ou sociais, pois se expressam em cada fase da vida. Como a sexualidade envolve múltiplas dimensões humanas, é um tema frequentemente considerado difícil de ser tratado, por ser permeado por tabus, estereótipos, preconceitos e dúvidas. A Pessoa com Deficiência (PcD) ainda é vista como assexuada, exagerada e/ou exibicionista, e essa perspectiva se estende, na maioria das vezes, aos familiares e à escola. Esta pesquisa teve por objetivo geral investigar como a Educação Sexual, no âmbito de escola especial, pode contribuir com a autopercepção das PcDI acerca da sua sexualidade. Para alcançá-lo, delineamos os seguintes objetivos específicos: a) investigar a compreensão das pessoas participantes com DI sobre sexualidade e Educação Sexual; b) identificar o que expressam as pessoas com deficiência intelectual sobre sexualidade e de que forma eles a vivenciam; e c) avaliar as potencialidades e dificuldades de pessoas com DI em relação à compreensão dos temas sobre sexualidade. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, do tipo exploratória e com estudo de caso, amparada na interseccionalidade como ferramenta analítica, que nos auxiliou na análise de uma proposta de intervenção realizada por meio de oito encontros. A população participante compreendeu jovens com DI da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de um município do sul de Santa Catarina com idade entre 18 e 42 anos. A proposta de intervenção foi baseada na obra de Ana Cláudia Bortolozzi (2021), e foi planejada à luz do paradigma da Educação Sexual Emancipatória. Os resultados apontam que a Educação Sexual, no âmbito de escola especial, pode contribuir com a autopercepção das PcD acerca da sua sexualidade, pois nossos achados indicam que os participantes possuem grande interesse sobre o tema, além de, inicialmente, mostrarem vergonha e medo, que foram superados na medida em que os encontros ocorreram. Também destacamos a necessidade de formação inicial e continuada de professores e educadores para que possam oferecer uma educação sexual de qualidade, emancipatória, e que dê vez e voz a todos. Esperamos que esta pesquisa possa contribuir com o debate sobre os Direitos Sexuais das pessoas com DI em ambientes educativos, que proporcionem vez e voz para que os sujeitos possam expressar qual sua aproximação com a temática, além de dialogar sobre suas dúvidas, experiências, medos e aprendizado.

Palavras-chave: Pessoa com Deficiência. Deficiência Intelectual. Educação sexual emancipatória. Educação Especial. APAE.

ABSTRACT

Sexuality is associated with life, sensations, emotions, affectivity development and the ability to find oneself and the other. Sexuality manifestation is understood as a process inherent to human beings, regardless of so-called standards of *normality* and special needs, whether physical, mental, or social, as they are expressed in each phase of life. As sexuality involves multiple human dimensions, it is a subject often considered difficult to deal with, as it is permeated by taboos, stereotypes, prejudices, and doubts. A Person with Disability (PcD in its Portuguese acronym) is still seen as asexual, exaggerated and/or exhibitionist, and this perspective extends, in most cases, to family members and school. This research had as aim at investigating how Sexual Education, within the scope of a special school, can contribute to the self-perception of PCDI about their sexuality. To reach it, the following specific objectives were outlined: a) investigating the understanding of young participants with ID about sexuality and Sexual Education; b) identifying what young people with intellectual disabilities express about sexuality and how they experience it; and c) evaluating the potential and difficulties of young people with ID in relation to understanding themes about sexuality. This is a qualitative, exploratory type, case study research, supported by intersectionality as an analytical tool, which helped to analyze an intervention proposal carried out through eight meetings. Participating population comprises young people with ID from the *Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais* - APAE of a Southern Santa Catarina municipality, aged between 18 and 42 years. The intervention proposal was based on the work by Bortolozzi (2021), and it was planned in the light of Emancipatory Sexual Education paradigm. Findings indicate that Sexual Education, within the scope of a special school, can indeed contribute to the self-perception of PCDI regarding their sexuality, as our findings demonstrate that participants have great interest in the topic, in addition to initially showing shame and fear, which were overcome as the meetings took place. We also highlight the need for initial and continued training of teachers and educators so that they can offer quality, emancipatory sexual education that gives everyone a voice and a voice. We hope this research could contribute with the debate on the Sexual Rights of PCDI in educational environments that provide time and voice so that subjects may express their approach to the theme, in addition to talking about their doubts, experiences, fears and learning.

Keywords: Person with Disability (Disabled person). Intellectual Disability. Emancipatory Sex Education. Special Education. APAE.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – APAE de Laguna – SC	39
Figura 2 – Cartazes produzidos pelos participantes	58
Figura 3 – Conhecendo nosso corpo (primeira parte da atividade).....	61
Figura 4 – Conhecendo nosso corpo (segunda parte da atividade)	63
Figura 5 – Dinâmica <i>Namoro e amizade</i>	65
Figura 6 – Imagens utilizadas na Atividade das <i>plaquinhas</i>	68
Figura 7 – Imagens utilizadas na atividade a) Aparelho reprodutor feminino; b) Tipos de absorvente e suas funções	70
Figura 8 – Publicações educativas sobre sexualidade disponíveis em postos de saúde.....	73
Figura 9 – Capa do livro utilizado para abordar a prevenção de violência sexual.....	75
Figura 10 – Atividade do livro <i>Tuca e Juba</i>	76
Figura 11 – Aqui está o seu corpo.....	77
Figura 12 – <i>Quiz 01</i>	78

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Participantes da pesquisa.....	20
Quadro 2 – Temas e objetivos dos encontros da Proposta de Intervenção	55
Quadro 3 – Retratos de conexão	57
Quadro 4 – Conhecendo nosso corpo.....	60
Quadro 5 – Falando sobre relacionamentos	64
Quadro 6 – Noções de público e privado	67
Quadro 7 – Saúde íntima desvendada	69
Quadro 8 – Entendendo a IST e como se proteger.....	71
Quadro 9 – Prevenção contra violência sexual	74
Quadro 10 – Avaliação e reflexão.....	80

LISTA DE SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAESP	Centros de Atendimento Educacional Especializados
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBTC	Currículo Base do Território Catarinense
CEP	Comitê de Ética e Pesquisa
DF	Distrito Federal
DI	Deficiência Intelectual
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FAEL	Faculdade Educacional da Lapa
FCEE	Fundação Catarinense de Educação Especial
FENAPAE	Federação Nacional das APAEs
FUCAP	Faculdade de Capivari
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAS	Organização Pan-Americana de Saúde
PcD	Pessoa com Deficiência
PcDI	Pessoa com Deficiência Intelectual
PCSC	Proposta Curricular de Santa Catarina
PEE	Plano Estadual de Educação
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNE	Plano Nacional de Educação
TCLE	Termo de consentimento livre e esclarecido
UNISUL	Universidade do Sul de Santa Catarina
<i>WAS</i>	<i>World Association for Sexual Health</i>

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 EM RELAÇÃO À NATUREZA DO ESTUDO E AOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	19
2 EDUCAÇÃO SEXUAL E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....	26
2.1 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: DO HISTÓRICO DE EXCLUSÃO ÀS LUTAS CONTEMPORÂNEAS.....	27
2.2 A PESSOA COM DEFICIÊNCIA E A DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NO BRASIL.....	33
2.2.1 Instituições de educação especial e educação sexual emancipatória: um estudo de caso sobre a APAE de Laguna (SC)	37
2.3 SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO SEXUAL.....	40
2.4 EDUCAÇÃO SEXUAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: UMA REVISÃO DE LITERATURA	46
3 DESCORTINANDO A SEXUALIDADE DAS PCD COM E PARA ELAS	55
3.1 A EXECUÇÃO DA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO.....	56
3.1.1 Primeiro encontro: entendendo a sexualidade	56
3.1.2 Segundo encontro: conhecendo o próprio corpo sem tabus.....	60
3.1.3 Terceiro encontro: a naturalidade dos relacionamentos.....	63
3.1.4 Quarto encontro: o que se mostra e o que se esconde	66
3.1.5 Quinto encontro: cuidados conosco.....	69
3.1.6 Sexto encontro: estendendo os cuidados íntimos relacionados à sexualidade.....	71
3.1.7 Sétimo encontro: reconhecendo a violência.....	74
3.1.8 Oitavo encontro: uma avaliação da proposta.....	80
3.2 O DESPERTANDO PARA AS DIMENSÕES OCULTAS DA INVESTIGAÇÃO.....	81
3.2.1 Vergonha/Medo.....	82
3.2.2 Proibição/tabu	83
3.2.3 A necessidade de formação/emancipação	84
3.2.4 Prevenção de abuso/violência.....	85
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	88
REFERÊNCIAS	91
ANEXO A – DECLARAÇÃO DOS DIREITOS SEXUAIS.....	97
ANEXO B – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP.....	100
APÊNDICE A – MARCOS LEGAIS QUE ENVOLVEM AS PCD NO BRASIL.....	110

APÊNDICE B – TERMO DE CONSETIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	111
APÊNDICE D – RESULTADOS DO LEVANTAMENTO PARA REVISÃO DE LITERATURA	114

1 INTRODUÇÃO

Nesta introdução, buscamos demonstrar os caminhos percorridos até a pesquisa, compartilhando um pouco da vivência pessoal da pesquisadora. Também constam desta introdução os caminhos metodológicos, incluindo a natureza do estudo, participantes, procedimentos adotados, além dos aspectos éticos e de coleta e análise de dados, e ainda apresentamos a estruturação desta pesquisa.

Sou Aline Ribeiro Corrêa¹, mãe, professora, nascida e criada em Laguna, cidade histórica do estado de Santa Catarina, berço de toda a minha trajetória escolar e profissional. Recordo que, desde criança, era uma aluna muito ativa, sempre interessada nas atividades extracurriculares: participava de feiras, gincanas, apresentações de dança e jogos escolares. A escola era um ambiente em que eu me sentia aceita, tinha facilidade de interação com os colegas, professores e funcionários.

Durante todo o processo de escolarização até a minha formação no Ensino Médio, no ano de 2001, vários professores foram fonte de inspiração e admiração. Foi um período que marcou a minha vida e despertou ainda mais o desejo de realizar um antigo sonho: ser professora.

Filha de pescador e dona de casa, a realidade financeira da minha família era incompatível com o valor de um curso superior na época. Logo, a educação e os valores que adquiri foram a base para eu nunca desistir de alcançar meu sonho. Trilhei outros caminhos, trabalhei como cuidadora, balconista, vendedora e operadora de telemarketing, experiências significativas para o meu amadurecimento e crescimento pessoal.

No ano de 2009, ingressei no tão sonhado curso superior de Pedagogia pela Faculdade Educacional da Lapa - FAEL (polo de Educação a Distância do Paraná). Ainda estudante, lecionei em colônias de férias nas creches da prefeitura municipal de Laguna entre os meses de janeiro e fevereiro de 2010.

Durante a graduação, capacitei-me em cursos livres de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS pela Faculdade de Capivari - FUCAP. Entre os anos de 2011 e 2012, atuei na rede estadual de ensino como professora auxiliar contratada, oportunidade em que vivenciei uma experiência única e marcante em minha carreira profissional como intérprete de Libras junto a adolescentes surdos. Foi nessa época que iniciou uma inquietação referente à sexualidade da

¹ Os textos referentes às experiências pessoais foram desenvolvidos em primeira pessoa.

Pessoa com Deficiência - PcD, pois percebia que os jovens alunos não sabiam lidar com seus impulsos e desejos sexuais no ambiente escolar, e que demonstravam curiosidade sobre o assunto.

Recordo de uma situação em que uma adolescente de 14 anos ficou constrangida e assustada, devido ao aluno surdo de 15 anos com deficiência intelectual associada ter demonstrado afeto e interesse através de desenhos inadequados, rabiscados em uma folha de papel. Através de um diálogo traduzido em LIBRAS, o aluno relatou que estava interessado em namorá-la e através do desenho manifestou seu interesse. Partindo dessas observações, identifiquei que assuntos relacionados à manifestação da sexualidade causavam certo desconforto no ambiente escolar e dificultavam a construção da qualidade de vida para as pessoas com deficiência. Assim, o interesse de aprofundar meus conhecimentos só aumentava.

Concluí a graduação em Pedagogia no ano de 2012, e em seguida iniciei a Pós-Graduação *Latu senso* em Educação Especial pela FUCAP, com término em 2014. A referida especialização abriu horizontes, me fez compreender sobre metodologias, técnicas e estratégias no ensino da PcD.

Segui lecionando como segunda professora na área da Educação Especial em turmas do Ensino Fundamental de escolas públicas estaduais até meados de 2016, período em que surgiu a oportunidade de me inscrever em um concurso público pela Fundação Catarinense de Educação Especial - FCEE. Foram meses de estudo e dedicação que valeram cada esforço, pois fui aprovada.

Iniciei as atividades como funcionária pública estadual em Laguna - SC no mês de agosto de 2016, na Escola Especial Solar da Ternura (mantida pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE), instituição em que permaneço até hoje. A instituição busca promover e articular ações de defesa de direitos, prevenção, orientação, prestação de serviços e apoio à família, direcionados à melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência intelectual e múltipla, e à construção de uma sociedade justa, em consonância com o Plano Estadual de Educação – PEE (SANTA CATARINA, 2015), com os *Principais direitos das pessoas com deficiência* (SANTA CATARINA, 2017), e com o *Estatuto da Pessoa com Deficiência* (BRASIL, 2015).

Durante minha trajetória profissional, nos últimos treze (13) anos trabalhando junto a esse público, agora em escola especial, percebo que desafios, tabus, preconceito e falta de informação diante da sexualidade das PcD permanecem, e a vontade de aprofundar os conhecimentos me fez buscar o curso de Mestrado em Educação, propondo um projeto de

pesquisa sobre a temática *da sexualidade da Pessoa com Deficiência Intelectual (PcD) e as possíveis dificuldades, desafios e potencialidades para vivenciar uma vida plena*.

Diante do exposto, chegar até esta pesquisa é parte do caminho para a realização de mais um objetivo pessoal e profissional, cujo caminhar constante trouxe e ainda traz desafios, inquietações e dúvidas, mas também oferece meios para compreender criticamente e de forma consciente o campo de estudo e aprofundamento na temática.

Em termos de formação, em minha experiência com o tema até o momento do início desta pesquisa, não houve oportunidades de formação, sejam elas de caráter inicial ou continuado, que abordassem a sexualidade da pessoa com deficiência, principalmente de forma intencional e crítica. Isso se apresentou como uma lacuna a ser preenchida. A experiência profissional e formativa me fez observar a importância em considerar que as PcD possuem necessidades, impulsos e desejos, e vivenciam sua sexualidade como todos os outros jovens e adultos. Minha vivência leva a acreditar que provavelmente a maioria dos/as professores/as que trabalham com o mesmo público-alvo também enfrentem desafios referentes ao tema da sexualidade das PcD.

Assim como minha experiência despertou o interesse em desenvolver esta pesquisa, muitas inquietações surgiram, como por exemplo: outros professores já teriam passado por desafios referentes à sexualidade das PcD em sua trajetória profissional? Já vivenciaram formações continuadas pautadas em conhecimentos científicos para refletir sobre sexualidade e Educação Sexual e compreender situações que envolvem essas temáticas? Como as famílias abordam a sexualidade das PcD com seus/suas filhos/as? Como os educandos PcD se sentem? É possível que a escola auxilie esses estudantes no convívio com os demais alunos, evitando constrangimentos e promovendo uma inclusão efetiva?

Portanto, a presente pesquisa teve como motivação a percepção da mestranda, em sua vivência empírica como professora da Educação Especial durante 10 anos, da dificuldade encontrada na abordagem da temática da Educação Sexual com a PcD no âmbito escolar.

Considerando os aspectos mencionados, determinou-se o seguinte **problema de pesquisa**: a Educação Sexual, no âmbito de escola especial, pode contribuir com a autopercepção das PcD, especificamente daquelas com deficiência intelectual, acerca da sua sexualidade?

A partir desse questionamento proposto, foram definidos os **objetivos gerais e específicos** para esta dissertação. O objetivo geral desta dissertação é investigar como a Educação Sexual, no âmbito de escola especial, pode contribuir com a autopercepção das PcDI acerca da sua sexualidade. Para atingir o objetivo geral e responder à pergunta de pesquisa,

foram traçados os seguintes objetivos específicos: a) investigar a compreensão dos jovens participantes com DI sobre sexualidade e Educação Sexual; b) identificar o que expressam os jovens com deficiência intelectual sobre sexualidade e de que forma eles a vivenciam; e c) avaliar as potencialidades e dificuldades de jovens com DI em relação à compreensão dos temas sobre sexualidade.

Nossa proposta de intervenção fundamenta-se principalmente em Ana Cláudia Bortolozzi (2021), cuja obra *Sexualidade e Deficiências: uma releitura*, auxilia a entender a sexualidade da pessoa com deficiência, independentemente do tipo, e o ensino da sexualidade para essas pessoas. Outros textos auxiliam nossa compreensão, como os trabalhos de Ana Cláudia Bortolozzi Maia e Paulo Rennes Marçal Ribeiro (2010), Ana Cláudia Bortolozzi Maia (2011a), Carvalho et al. (2011), além da legislação sobre o tema no país (BRASIL, 2014; 2018) e no Estado (SANTA CATARINA, 2019; 2020). Ainda consideramos a Declaração dos Direitos Sexuais (*World Association for Sexual Health – WAS*, 1999), cuja íntegra figura no Anexo A desta dissertação.

Ao refletir sobre o conceito de deficiência, Ana Cláudia Bortolozzi (2021, p. 25) enfatiza que pensar nas PcD “[...] exige uma reflexão sobre as questões de diversidade e da ‘normalidade’ [...]”. A autora pontua que as *diferenças* dessas pessoas se manifestam em circunstâncias sócio-históricas, contrapondo-se a pessoas que possuem características valorizadas socialmente, em um processo também histórico. Logo, demonstra que as PcD possuem uma desvantagem social em relação aos padrões considerados *normais*, “em uma sociedade desigual cujos valores predominantes são os da classe ideologicamente dominante” (BORTOLOZZI, 2021, p. 26).

De acordo Ana Cláudia Bortolozzi Maia e Paulo Rennes Marçal Ribeiro (2010), os mitos sobre sexualidade e deficiência referem-se a ideias, discursos, crenças, inverdades, que são ideológicas e que existem para manter e reproduzir as relações de dominação de uns sobre os outros. Ana Cláudia Bortolozzi Maia (2011a) afirma que a sexualidade possui componentes genitais, emocionais e psicossociais, que se fazem presentes nas relações afetivas, na identidade de gênero, na vida e orientação sexual, por exemplo, durante todo o desenvolvimento, em todos os indivíduos, independentemente de suas diferenças.

Apesar do que afirma a autora, o tema da sexualidade das PcD continua sendo silenciado e negligenciado pelo poder público e pela sociedade. Embora as *Diretrizes dos Centros de Atendimento Educacional Especializados em Educação Especial (CAESP)* afirmem que “Santa Catarina sempre se destacou em promover ações e políticas na área da educação especial, sendo considerado um dos estados mais inclusivos do Brasil” (SANTA CATARINA,

2020, p. 4), o referido documento não aborda a sexualidade do público-alvo da Educação Especial. Apenas para ter uma ideia, o termo sexual/sexualidade aparece duas vezes no documento, ambas no Apêndice E das *Diretrizes*, que trata do Plano de Desenvolvimento Individual para os educandos (SANTA CATARINA, 2020).

Contudo, a sexualidade é parte da dimensão humana, e um direito que pertencente aos Direitos Sexuais – entendidos como Direitos Humanos fundamentais e universais. Esses direitos figuram na Declaração dos Direitos Sexuais (Anexo A) que foi aprovada em Assembleia Geral da Associação Mundial de Sexologia (*World Association for Sexual Health - WAS*), realizada em Hong Kong no ano de em 1999, no 14º Congresso Mundial de Sexologia. O documento afirma que os “[...] direitos sexuais são baseados na Liberdade, dignidade e igualdade inerente a todos os seres humanos e incluem o compromisso de proteção contra danos” (WAS, 1999, p. 1).

A temática da Educação Sexual na Educação Especial é pertinente principalmente em razão da vulnerabilidade dessas pessoas. O Plano Nacional de Educação – PNE (BRASIL, 2014) em vigor menciona as PcD uma única vez, e somente para fins estatísticos, ao informar que as metas se embasam na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD. O PNE, em seu artigo 4, parágrafo único, afirma que: “O poder público buscará ampliar o escopo das pesquisas com fins estatísticos de forma a incluir informação detalhada sobre o perfil das populações de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência” (BRASIL, 2014). Entre as metas e Estratégias, o PNE, na estratégia 1.11, busca

priorizar o acesso à educação infantil e fomentar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos (às) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica (BRASIL, 2014).

Na meta 3.7, o PNE prevê “fomentar a expansão das matrículas gratuitas de ensino médio integrado à educação profissional, observando-se as peculiaridades das populações do campo, das comunidades indígenas e quilombolas e das pessoas com deficiência” (BRASIL, 2014). O PNE ainda visa a universalizar o acesso à Educação Básica para as PcD e o atendimento às famílias dessas pessoas; garante o Atendimento Educacional Especializado – AEE; busca estimular a criação de centros de apoio com equipes multidisciplinares articulados com instituições acadêmicas; manter e ampliar programas suplementares de apoio à acessibilidade; garantir oferta de educação bilíngue com a LIBRAS como primeira língua, garantir educação inclusiva; entre outras ações voltadas para as PcD. Contudo, não há qualquer

menção explícita à questão da sexualidade, sendo a única referência com relação à garantia de políticas públicas para garantir o combate à violência na escola, doméstica e sexual.

Vê-se, portanto, uma lacuna que precisa ser preenchida, pois o conhecimento do perfil através do PNAD, que se baseia em dados estatísticos, é insuficiente para auxiliar que as PcD reconheçam sua sexualidade. Contudo, o PNE ainda em vigor, através da estratégia 4.11, afirma buscar

promover o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares para subsidiar a formulação de políticas públicas intersetoriais que **atendam as especificidades educacionais de estudantes com deficiência**, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação que requeiram medidas de atendimento especializado (BRASIL, 2014, grifo nosso).

Nossa pesquisa, portanto, pode contribuir com o debate para a criação de políticas públicas que possam atender essa necessidade das PcD.

Para verificar o que a legislação versa sobre o assunto, a busca pela Educação Sexual para as PcD foi estendida para a Base Nacional Comum Curricular - BNCC, que atualmente é o documento orientador dos currículos no país. Entretanto, esse documento não faz menção explícita ao termo *Educação Sexual*, e suas referências às PcD encontram-se na busca por “reverter a situação de exclusão histórica que marginaliza grupos”, e nesses grupos estão incluídas as PcD (BRASIL, 2018, p. 15).

Gabriela Dutra de Carvalho, Patrícia de Oliveira e Silva Pereira Mendes, Rosi Maria de Souza Pocovi, Sônia Maria Martins de Melo e Vera Márcia Marques Santos (CARVALHO et al. 2011, p. 22) pontuam que, “[...] no que se refere à temática ‘sexualidade’, ainda não conseguimos falar dela com a naturalidade necessária”, e isso parece se refletir até mesmo nos documentos oficiais da educação, principalmente no que se refere às PcD. Gabriela Maria Duarte de Carvalho, Patrícia de Oliveira e Silva Pereira, Sonia Maria Martins de Melo e Vera Márcia Marques Santos (CARVALHO et al. 2012, p. 16) alertam que “[...] a sexualidade é uma dimensão inerente ao ser humano e que o processo de Educação Sexual é existente entre as pessoas”. Assim, podemos reforçar a necessidade de suprir essa lacuna deixada pelos documentos oficiais, não apenas na educação regular, mas especialmente no que se refere às PcD.

A BNCC afirma “o compromisso com os alunos com deficiência, reconhecendo a necessidade de práticas pedagógicas inclusivas e de diferenciação curricular, conforme estabelecido na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015)” (BRASIL, 2018, p. 15). Entendemos que a abordagem da Educação Sexual para as PcD pode e

deve fazer parte de práticas pedagógicas curriculares, de acordo com o estabelecido em lei, conforme o excerto acima. Embora a abordagem da sexualidade ocorra por meio de *interfaces curriculares*, como sugere o título da obra de Gabriela Maria Duarte de Carvalho, Patrícia de Oliveira e Silva Pereira, Sonia Maria Martins de Melo e Vera Márcia Marques Santos (CARVALHO et al., 2012), e por outros meios, nosso enfoque é para as PcD, e a experiência da pesquisadora, até o momento, mostra que existe uma lacuna nesse sentido.

Ainda em atenção aos documentos oficiais, nossa busca foi estendida para o Currículo Base do Território Catarinense (SANTA CATARINA, 2019). Após a promulgação da lei que instituiu a BNCC, os estados, Distrito Federal – DF e municípios precisaram se adequar ao que a Base preconiza, pois ela é o guia para os currículos no país. A própria BNCC justifica essa adequação:

Com a homologação da BNCC, as redes de ensino e escolas particulares terão diante de si a tarefa de construir currículos, com base nas aprendizagens essenciais estabelecidas na BNCC, passando, assim, do plano normativo propositivo para o plano da ação e da gestão curricular que envolve todo o conjunto de decisões e ações definidoras do currículo e de sua dinâmica (BRASIL, 2018, p. 20).

Como a construção dos currículos pelas redes de ensino devem seguir a hierarquia, o Estado de Santa Catarina publicou, em 2019, o Currículo Base do Território Catarinense - CBTC, documento que veio cumprir a tarefa imposta pela promulgação da BNCC.

O CBTC faz oito referências às PcD. A primeira delas citando o documento anterior, a Proposta Curricular de Santa Catarina – PCSC (SANTA CATARINA, 2014, p. 30, grifo nosso), a respeito do direito à diferença, informado que ele se manifesta “por meio da afirmação dos direitos de crianças, mulheres, jovens, idosos, homossexuais, negros, quilombolas, indígenas, **pessoas com deficiência**, entre outros, que, para de fato se efetivarem, necessitam ser socialmente reconhecidos”. A segunda menção às PcD ocorre quando o CBTC aborda os sujeitos da diversidade, citando as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos:

[...] todas as pessoas, independente do seu sexo, origem nacional, étnico-racial, de condições econômicas, sociais ou culturais; de suas escolhas de credo; orientação sexual; identidade de gênero; faixa etária, **pessoas com deficiência**, altas habilidades/superdotação, transtornos globais e do desenvolvimento, têm a possibilidade de usufruírem de uma educação não discriminatória e democrática (SANTA CATARINA, 2019, p. 43, grifo nosso).

A terceira menção informa que, no Brasil, a Educação Especial resulta de vários movimentos da sociedade civil que se organizou, e de mudanças no âmbito internacional, culminando em eventos. Esses eventos deram origem a diversos documentos: “a Conferência Mundial de Educação para Todos (UNESCO, 1990), a Declaração de Salamanca (1994) e a Convenção sobre os Direitos das **Pessoas com Deficiência** (ONU, 2006), que tiveram implicações diretas no sistema educacional brasileiro” (SANTA CATARINA, 2019, p. 106, grifo nosso). As menções seguintes dizem respeito a referências utilizadas e conteúdos dos componentes curriculares Geografia do 8^a ano e História do 9^o ano. Além disso, as palavras-chave deficiência intelectual e Educação Sexual não aparecem no documento. A menção à palavra sexualidade ocorre quatro vezes dentro dos conteúdos do componente curricular Ciências da Natureza do 8^o ano. Vê-se, portanto, que os documentos oficiais, no que se refere à sexualidade das PcD, parece ter uma abordagem limitada, já que aparece em apenas dois componentes curriculares, nos dois últimos anos do Ensino Fundamental, o que justifica a escolha do tema e a pesquisa aqui proposta.

Diante do exposto, concordamos com Ana Cláudia Bortolozzi Maia (2011a), ao afirmar que, quando se fala sobre sexualidade das PcD, alguns mitos são construídos e disseminados, descrevendo essas pessoas como assexuadas ou pervertidas; que não precisam receber orientação sobre sexualidade; que são pouco atraentes e incapazes de manter um vínculo amoroso e sexual; têm disfunções sexuais; não necessitam de privacidade; merecem a piedade das pessoas; são estéreis; geram filhos com deficiência e/ou não têm condições de cuidar da própria prole.

Ademais, como demonstraram Alana Nagai Lins de Carvalho e Joilson Pereira da Silva (2018), em sua pesquisa sobre o Estado da Arte acerca das produções sobre a sexualidade das pessoas com PcD, a deficiência envolve inúmeros aspectos, como biológicos, psicológicos e sociais, entre outros, e é necessário, ainda, considerar os aspectos históricos, que perpassam a marginalização da PcD, chegando ao momento atual, em que as questões de gênero e sexualidade vêm sendo reduzidas na abordagem educativa.

Logo, a pertinência desta pesquisa está na sua possível contribuição não apenas à comunidade acadêmica e profissionais que trabalham com as PcD, mas em uma significativa contribuição às pessoas com PcD, de maneira geral.

1.1 EM RELAÇÃO À NATUREZA DO ESTUDO E AOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa configura-se como um estudo qualitativo, exploratório e tem como método de investigação o estudo de caso. Para Antonio Carlos Gil (2010, p. 37), o estudo de caso é amplamente utilizado pelas ciências sociais, e “consiste no estudo profundo [...] de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento [...]”. O autor ainda destaca que o estudo de caso é considerado como “o delineamento mais adequado para a investigação de um fenômeno contemporâneo” (GIL, 2010, p. 37). Assim, consideramos o delineamento mais adequado para esta pesquisa.

A pesquisa foi realizada em uma escola especial no sul catarinense, em uma turma composta por quinze alunos. Foram participantes 8 estudantes com DI de uma escola especial, na faixa etária entre 18 e 42 anos, pois faziam parte de uma turma mista, e poderiam demonstrar o entendimento da sexualidade em diferentes idades. Eles foram convidados a participar de oito encontros, realizados utilizando Intervenção Sexual Inclusiva².

Ana Cláudia Bortolozzi, Gisele Egidio Irirarte e Laís Augsten Galvão (2022), nos lembram que somos imersos desde cedo em uma educação sexual que abrange valores, concepções e representações sobre sexualidade. Esse aprendizado acontece nos diálogos com a família, amigos/as e na mídia, tanto informal quanto formalmente, com objetivos específicos, procedimentos e recursos didáticos. A abordagem inclusiva da educação sexual visa a garantir que todas as pessoas, independentemente de limitações cognitivas, motoras, sensoriais ou outras, tenham acesso completo a informações científicas sobre sexualidade humana, reflexões sobre a história desse conceito e vivências, além de capacitação para adotar atitudes seguras que promovam uma expressão saudável e gratificante da sexualidade.

A proposta desta investigação foi submetida ao Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), tendo sido aprovado sob o número 5.881.683, conforme o anexo B desta dissertação. Todos os responsáveis pelos participantes assinaram o Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), apresentado e assinado na

² Para realizar cada Intervenção Sexual Inclusiva, inspiramo-nos na obra de Ana Cláudia Bortolozzi, Gisele Egidio Irirarte e Laís Augsten Galvão (2022), intitulada *Manual Didático – Educação Sexual para Jovens com Deficiência Intelectual*. As autoras descrevem propostas de ações para cada encontro, vinculando temas a diferentes objetivos. Consideramos importante enfatizar que desenvolvemos as intervenções inspiradas no trabalho das autoras, adaptando-as à realidade do lócus de pesquisa, a APAE de Laguna – SC.

reunião com os responsáveis, quando foi explicando o objetivo do projeto e feita a leitura do referido TCLE.

Para resguardar a identidade dos participantes, eles foram convidados a escolherem nomes fictícios. Todos os participantes são PcDI, sendo seis do sexo masculino e dois do sexo feminino. O quadro 1 apresenta o nome escolhido, gênero, idade e laudo dos participantes.

Quadro 1 – Participantes da pesquisa

Nome fictício	Gênero	idade	Laudo da Instituição
Amanda	F	19 anos	F710 – Retardo Mental Moderado/ Menção de Ausência de comprometimento mínimo do comportamento
Maria	M	32 anos	F711 – Retardo mental moderado/ comprometimento significativo do comportamento, requerendo vigilância ou tratamento
João	M	42 anos	F711 – Retardo Mental moderado/ comprometimento significativo do comportamento requerendo vigilância ou tratamento
Pedro	M	33 anos	F711 – Retardo Mental Moderado/ comprometimento significativo do comportamento, requerendo vigilância ou tratamento
José	M	24 anos	F710 – Retardo mental moderado/Menção de ausência de comprometimento mínimo de comportamento
Tiago	M	35 anos	F711 - Retardo Mental Moderado/ comprometimento significativo do comportamento requerendo vigilância ou tratamento
Lucas	M	34 anos	F711 – Retardo mental moderado/ comprometimento significativo do comportamento, requerendo vigilância ou tratamento. Q90 – Síndrome de Down
Mateus	M	35 anos	F711 – Retardo mental moderado/ comprometimento significativo do comportamento requerendo vigilância ou tratamento

Fonte: organizado pela pesquisadora com dados da investigação.

Como pode ser observado no quadro 1, o laudo fornecido pela instituição onde foi realizada a pesquisa traz o CID de cada um dos participantes, conforme descrevemos na subseção 2.2. Todos os cuidados foram tomados também para a coleta de dados, conforme descrevemos adiante.

Os dados sobre as Intervenções foram coletados por meio de gravação de áudio e fotos, mas em nenhum momento registramos os rostos dos participantes, para resguardar sua privacidade.

O conceito de interseccionalidade nos auxiliou na análise desta pesquisa, cujo objetivo é investigar como a Educação Sexual, no âmbito de escola especial, pode contribuir para a qualidade de vida da PcDI. O olhar que procuramos direcionar às pessoas envolvidas nesta

pesquisa tem como base os estudos interseccionais, pois estão sendo considerados por nós como os mais adequados para estudos com minorias sociais. Acreditamos que a interseccionalidade como ferramenta analítica oportuniza relacionar diferentes marcadores sociais na realização da construção dos materiais das rodas de conversa, bem como para as análises realizadas após a coleta de dados. Segundo Julia Ignacio (2020, p. 1), a interseccionalidade é

[...] um conceito sociológico preocupado com as interações e marcadores sociais nas vidas das minorias. Através dele é possível enxergar que *em* nossa sociedade existem vários sistemas de opressão – as de raça ou etnia, classe social, capacidade física, localização geográfica, entre outras-, que relacionam-se [*sic*] entre si, se sobrepõem e demonstram que o racismo, o sexismo e as estruturas patriarcais são inseparáveis e tendem a discriminar e excluir indivíduos ou grupos de diferentes formas.

Segundo Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021, p. 70), o termo passou a ser adotado nos primeiros anos de século 21 por acadêmicos, militantes, profissionais e ativistas de diversas áreas, e “na década de 1990, o termo passou a ser usado tanto dentro como fora das disciplinas tradicionais e da academia”. A obra das autoras faz menção às PcD, mas mencionam *capacidades*. Assim, conseguimos vislumbrar a interseccionalidade como apoio para nossas análises, pois de acordo com Lucía Rios Bellagamba (2022)³,

Em termos simples, a interseccionalidade é a interação entre dois ou mais fatores sociais que definem uma pessoa. Questões de identidade como gênero, etnia, raça, localização geográfica ou mesmo idade não afetam uma pessoa separadamente. Ao contrário: combinam-se de diferentes formas, gerando diversas desigualdades (ou vantagens).

Como nosso estudo foca nas PcD, entendemos que a deficiência é um fator que, somado a outros, poderá mostrar melhor quem são e como são essas pessoas. Ainda segundo Lucía Rios Bellagamba (2022), “pessoas com deficiência têm experiências específicas e enfrentam desafios particulares”, e para abordar

questões como a equidade de gênero e a inclusão da diversidade de etnias, deficiências e orientações sexuais, bem como a inclusão de grupos vulneráveis (como idosos e migrantes), a interseccionalidade é um conceito inevitável a se considerar.

Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021, p. 19-20) alertam que há respostas variadas para o que significa a interseccionalidade, e que de modo genérico, sua definição provavelmente mais aceita é que

³ Informação eletrônica, sem numeração de página.

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas.

Podemos entender o termo *capacidade* relacionado às PcD, visto que a palavra em inglês mais utilizado para essas pessoas é *disabled people*, o que em tradução literal seria *peças descapacitadas*. O Dicionário eletrônico Collins define *Disabled* da seguinte forma: “alguém com deficiência tem uma doença, lesão ou condição que tende a restringir a maneira como ela pode viver sua vida, principalmente dificultar sua movimentação” (COLLINS DICTIONARY, s.d., Tradução nossa)⁴.

Como nosso foco recai sobre as Pessoas com Deficiência Intelectual - PcDI, consideramos importante, ainda na língua inglesa, trazer sua definição pela *American Psychological Association (APA, s.d.)*, que define como:

qualquer condição caracterizada por distúrbios cognitivos e emocionais, comportamentos anormais, funcionamento prejudicado ou qualquer combinação deles. Tais distúrbios não podem ser explicados apenas por circunstâncias ambientais e podem envolver fatores fisiológicos, genéticos, químicos, sociais e outros. Classificações específicas de transtornos mentais são elaboradas no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais da Associação Americana de Psiquiatria (ver DSM-IV-TR; DSM-5) e na Classificação Internacional de Doenças da Organização Mundial da Saúde.⁵

Mencionamos o Manual DSM na seção 2.2, quando abordamos especificamente os diagnósticos. Aqui, o que queremos mostrar é que estamos *extrapolando* nosso entendimento da definição presente na obra de Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021), pois utilizamos a tradução publicada em português, e entendemos que as PcDI, de certa forma, têm suas *capacidades* limitadas por sua condição. Ainda, mesmo que as autoras não tenham utilizado especificamente as pessoas com deficiência em sua obra, o uso da interseccionalidade como ferramenta analítica é uma possibilidade viável.

⁴ “Someone who is **disabled** has an illness, injury, or condition that tends to restrict the way that they can live their life, especially by making it difficult for them to move about”.

⁵ “Any condition characterized by cognitive and emotional disturbances, abnormal behaviors, impaired functioning, or any combination of these. Such disorders cannot be accounted for solely by environmental circumstances and may involve physiological, genetic, chemical, social, and other factors. Specific classifications of mental disorders are elaborated in the American Psychiatric Association’s *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* (see DSM-IV-TR; DSM-5) and the World Health Organization’s *International Classification of Diseases*”.

As autoras informam que o uso da interseccionalidade como ferramenta tem ocorrido na maioria das universidades da América do Norte para encarar o desafio “[...] de transformar seus *campi* em ambientes mais justos e inclusivos”, o que vem ao encontro de nosso desafio nesta pesquisa, que busca verificar como a Educação Sexual pode contribuir na qualidade de vida da pessoa com deficiência intelectual (COLLINS; BILGE, 2021, p. 21). Nosso *locus* de pesquisa é uma Escola da APAE, e a experiência da pesquisadora, mencionada anteriormente, mostrou a necessidade de que a Educação Sexual nesses locais precisa ser estudada para que seja possível oferecer não apenas acolhimento, mas uma forma (ou várias) de lidar com a sexualidade das PcDI.

A obra de Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021) também informa que a interseccionalidade não está restrita aos Estados Unidos da América, sendo utilizada no *Sul Global*, mas sem receber essa nomenclatura. Como exemplos, as autoras citam o trabalho da ativista social do século 19, Savtribai Phule, que a colocou na primeira geração de feministas: “[...] seu ativismo político compreendia as categorias interseccionais da divisão social – ela não escolheu apenas uma causa (COLLINS; BILGE, 2021, p. 23). Em sua obra, Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021, p. 71) afirmam que, “quando usada como uma forma de práxis crítica, a interseccionalidade se refere às maneiras pelas quais as pessoas, como indivíduos ou parte de um grupo, produzem, recorrem ou aplicam estruturas interseccionais na vida cotidiana”. Assim, mais uma vez, a interseccionalidade, como ferramenta analítica, encontra nosso objeto de estudo, principalmente pela questão da inclusão, em que as PcDI, além de frequentar as APAE, também estão inseridas em escolas regulares. Portanto, “a práxis crítica constitui característica importante da investigação interseccional – que está atenta à interseção das relações de poder e é vital para restringir a desigualdade social” (COLLINS; BILGE, 2021, p. 71).

Como forma de investigação crítica, a interseccionalidade permite amplo uso de estruturas interseccionais, também como prática crítica, desafiando o *status quo* com o objetivo de transformar as relações.

Aqui, consideramos importante mencionar a obra de Paulo Freire (1967, p. 7), para quem “o ponto de partida para o trabalho [...] está em assumir a liberdade e a crítica como o modo de ser do homem. [e] [...] só pode efetivar-se no contexto livre e crítico das relações que se estabelecem entre os educandos, e entre estes e o coordenador”. Assim, consideramos as Intervenções propostas como “[...] uma prática social livre e crítica. Liberdade e crítica que não podem se limitar às relações internas do grupo, mas que necessariamente se apresentam na tomada de consciência que este realiza de sua situação social” (FREIRE, 1967, p. 7).

Como nossa pesquisa busca focar a sexualidade das PcD, essa liberdade livre de crítica é essencial para que os participantes se sintam confortáveis em compartilhar seus pontos de vista, de modo que seja possível atender aos objetivos delineados para a investigação. Conforme já exposto, as Intervenções foram gravadas em áudio e fotografadas, no intuito de registrar os dados ao mesmo tempo em que preservávamos a identidade dos participantes. As gravações foram transcritas e, posteriormente, analisadas.

As análises foram realizadas com base na análise de conteúdo, fundamentada em Laurence Bardin (2010) e Aidil de Jesus Paes de Barros e Neide Aparecida de Souza Lehfeld (2002). Sobre a análise de conteúdo, Aidil de Jesus Paes de Barros e Neide Aparecida de Souza Lehfeld (2002, p. 98) afirmam que “[...] é um dos instrumentos em que o pesquisador deverá se apoiar [...]”, e que deve proceder a “[...] codificação, categorização e quantificação dos dados encontrados [...]”. Para Laurence Bardin (2010, p. 11, grifos da autora), a análise de conteúdo é “um conjunto de instrumentos metodológicos [...] que se aplicam a ‘discursos’ (conteúdos e continentes) extremamente diversificados”. Por essa razão, acreditamos que o foco de nossa pesquisa, qual seja, Educação Sexual no âmbito de escola especial, pode fazer parte dessa diversificação.

Ainda é importante destacar que a análise de conteúdo permite que se observe que “por trás do discurso aparente geralmente simbólico e polissêmico esconde-se um sentido que convém desvendar” (BARDIN, 2010, p. 16). Assim, pretende-se observar os discursos das PcD através das rodas de conversa, com base em Paulo Freire (1967), para *desvendar* como a Educação Sexual no âmbito de escola especial pode contribuir para a qualidade de vida da PcDI, e contribuir com o debate sobre os Direitos Sexuais das pessoas com DI em ambientes educativos que proporcionem vez e voz para que os sujeitos possam expressar qual a sua aproximação com a temática, dialogar sobre suas dúvidas, experiências, medos e aprendizado. Também se busca encontrar caminhos e possibilidades a serem empregados no âmbito escolar e familiar, com programas intencionais de Educação Sexual com vistas à emancipação.

Conforme já exposto, nosso campo de estudo configura-se como *outro espaço educativo*, pois se trata da APAE de Laguna, como pontuado por Gabriela Dutra de Carvalho, Patrícia de Oliveira e Silva Pereira Mendes, Rosi Maria de Souza Pocovi, Sônia Maria Martins de Melo e Vera Márcia Marques Santos (CARVALHO et al. 2011), referindo-se a espaços diferentes da escola regular. As autoras também afirmam que a Educação Sexual Emancipatória não deve ter qualquer distinção. Assim, entendemos que, da perspectiva da inclusão, as PcDI, nosso público-alvo, podem e devem ter amplo convívio social, que lhes trará mais qualidade de vida.

Nossa abordagem de estudar para as abordagens com PcD é a da Educação Sexual Emancipatória. Entendemos que nosso trabalho é pertinente, pois todos os seres são sexuados, e essa abordagem considera a superação do senso comum (YARED, 2016).

Assim, por meio de um olhar compreensivo, como assinalado por Gabriela Maria Duarte de Carvalho, Patrícia de Oliveira e Silva Pereira, Sonia Maria Martins de Melo e Vera Márcia Marques Santos (CARVALHO et al. 2012), acreditamos que uma intervenção com as PcDI de maneira qualitativa e intencional, conforme descrito por Gabriela Dutra de Carvalho, Patrícia de Oliveira e Silva Pereira Mendes, Rosi Maria de Souza Pocovi, Sônia Maria Martins de Melo e Vera Márcia Marques Santos (CARVALHO et al. 2011), envolvendo uma educação sexual adequada e emancipatória, permite a possibilidade, a essas PcDI, de poder escolher suas atitudes alinhadas com seus desejos e necessidades de forma satisfatória.

Conforme Gabriela Dutra de Carvalho, Patrícia de Oliveira e Silva Pereira Mendes, Rosi Maria de Souza Pocovi, Sônia Maria Martins de Melo e Vera Márcia Marques Santos (CARVALHO et al. 2011) pontuaram que não existem receitas em razão de tudo ser construção social e pessoal, organizamos as intervenções no espaço educativo da APAE por meio da interseccionalidade como ferramenta para uma educação sexual emancipatória com os sujeitos da pesquisa.

Organizamos esta dissertação em quatro capítulos, sendo o primeiro esta introdução, que também traz os caminhos metodológicos percorridos. O segundo capítulo aborda a revisão de literatura realizada para compreender melhor o tema e poder estruturar nossa pesquisa. Esse capítulo aborda a temática das pessoas com deficiência, apresentando um breve histórico sobre o tema, e conta com uma subseção que enfoca especificamente as PcD e as PcDI, na intenção de promover uma compreensão sobre suas diferenças, contribuindo para nossas análises. Ainda no segundo capítulo abordamos as instituições de educação especial, com enfoque nas APAEs, especialmente aquela que foi nosso lócus de pesquisa: a APAE de Laguna – SC. Nesse mesmo capítulo, aprofundamos o estudo da literatura sobre o tema, com os resultados de uma busca sistemática. O terceiro capítulo traz as intervenções realizadas, nossos resultados e discussões, seguido pelo quarto capítulo, as Considerações Finais. Por fim, figuram as referências utilizadas na pesquisa, seguidas pelos anexos e apêndices.

2 EDUCAÇÃO SEXUAL E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Este capítulo tem por objetivo compreender como são entendidas as PcD na sociedade em que vivemos. Primeiramente, focamos na parte histórica, trazendo informações de como eram vistas as PcD desde a Antiguidade, para poder conhecer o que caracteriza as PcD e as Pessoas com Deficiência Intelectual (PcDI) no Brasil. Por fim, focalizamos a sexualidade, a educação sexual e as PcDI, o que nos permite conhecer melhor os sujeitos de nosso estudo.

Para isso, organizamos o capítulo em quatro partes. A primeira aborda historicamente as Pessoas com Deficiência (PcD), com o suporte de trabalhos dos autores Graziela Laurindo (2019), Nathalia Ghiraldelo Yaraian e Carla Roberta Ferreira Destro (2018), Maria Aparecida Gugel (2007), Kátia Monteiro de Benedetto Pacheco e Vera Lucia Rodrigues Alves (2007), entre outros. A segunda trata da PcD e das Pessoas com Deficiência Intelectual (PcDI) em nosso país, e para tanto utilizamos os trabalhos de Solange Rodovalho Lima e Enicéia Gonçalves Mendes (2011) e Plestch (2014), além da legislação no país sobre o tema (BRASIL, 2020) e de textos de instituições como a Organização Pan-Americana de Saúde - OPAS (2018). Também foram utilizadas as publicações da *American Psychiatric Association – APA*, a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde, conhecido como CID-11 (ICD-11) e *Manual Diagnóstico e Estatístico de transtornos Mentais*, o DSM-5, publicado em 2014. Ainda nesta seção tratamos das instituições de educação especial e da educação sexual emancipatória, centrando-se na APAE de Laguna – SC, locus de nossa pesquisa. Aqui, trouxemos o histórico das APAEs, além do subsídio de Graziela Laurindo (2019) e de Rogério Silva (2022).

Na terceira parte direcionamos a discussão para a sexualidade, a educação sexual e a PcDI. Para tanto, os trabalhos de César Aparecido Nunes (1996; 2005), Yalin Brizola Yared (2016), Gabriela Maria Duarte de Carvalho, Patrícia de Oliveira e Silva Pereira, Sonia Maria Martins de Melo e Vera Márcia Marques Santos (CARVALHO et al., 2012), entre outros nos auxiliaram a compreender o tema. Também trazemos parte da Declaração dos Direitos Sexuais, aprovada em Assembleia Geral da Associação Mundial de Sexologia (*World Association for Sexual Health - WAS*), e sua íntegra figura no Anexo A desta dissertação.

A quarta e última parte traz uma revisão sistemática de literatura abordando a educação sexual das PcDI.

2.1 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: DO HISTÓRICO DE EXCLUSÃO ÀS LUTAS CONTEMPORÂNEAS

Para compreender os direitos das PcD, consideramos importante conhecer, dentro da história, como essas pessoas eram como eram vistas pela sociedade. Dessa forma, para chegar aos direitos da Pessoa com Deficiência (PcD) como reconhecidos na atualidade, é de grande significância a demonstração dos passos e dificuldades pelos quais essas pessoas passaram.

Graziela Laurindo (2019, p. 41) afirma que, “no decorrer da história, as PcD receberam tratamentos diferenciados, que variaram desde a eliminação até a adoração, a depender do contexto social vigente”. A autora também informa que

Os materiais vinculados na página da *Associação Nacional dos Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoas com Deficiência* (AMPID) mostram que não se têm indícios de como as primeiras sociedades tratavam as PcD. Tudo indica que essas pessoas não sobreviviam ao ambiente hostil da Terra. Basta lembrar que não havia abrigo satisfatório para dias e noites de frio intenso e calor insuportável, não havia comida em abundância, era preciso ir à caça para garantir o alimento diário e, ao mesmo tempo, guardá-lo para o longo inverno (LAURINDO, 2019, p. 41).

Já para Nathalia Ghiraldelo Yaraian e Carla Roberta Ferreira Destro (2018, p. 01), em tempos passados, a PcD representava incômodo, e sua condição foi sendo associada a elementos sobrenaturais.

Com o decorrer da história, cada sociedade passou a ver de forma diferente a PcD, de modo que acreditavam que tais condições vinham de castigos divinos, possessão demoníaca ou questões relacionadas a pecados mortais oriundos de naturezas anteriores ao nascimento da pessoa.

Quando analisamos o período da Antiguidade, devemos destacar três civilizações, pela maneira como as PcD eram vistas: as civilizações Egípcia, Grega e Romana. Estudos arqueológicos demonstram que, no antigo Egito, as pessoas com deficiência não sofriam qualquer tipo de discriminação. De acordo com Maria Aparecida Gugel (2007, p. 02), as artes, os túmulos, os papiros e as múmias revelam que a deficiência não consagrava impedimento para as mais diversas atividades desenvolvidas pelos egípcios, e a pessoa com deficiência integrava-se nas diversas camadas sociais.

Fontes arqueológicas de mais de cinco mil anos indicam que pessoas com nanismo ofereciam seus serviços a altos funcionários, morando nas residências deles e recebendo tratamento diferenciado. Ainda contavam com funerais e tumbas em cemitérios reais perto das

pirâmides, demonstrando sua proximidade com pessoas de classes sociais mais altas (GUGEL, 2007).

Já na cultura grega, Graziela Laurindo (2019, p. 44) pontua que “algumas deidades eram representadas como portadoras de deficiência, como exemplo os deuses do Amor e da Fortuna, que eventualmente eram apresentados como pessoas cegas”. Contudo, os gregos eram uma sociedade que cultuava o corpo, com valorização da formação militar e a construção de modelos políticos, sociais e culturais (LAURINDO, 2019). Também era uma sociedade que praticava a política da eugenia, em que a saúde perfeita era uma obrigação, e aqueles que não atendessem aos padrões físicos e sociais não eram aceitos. Assim, existia “[...] a proposta de fortalecimento das mulheres para que elas gerassem filhos fortes e saudáveis, além do abandono das crianças fracas ou deficientes” (MONTEIRO, 2009, p. 7, apud LAURINDO, 2019, p. 44). Logo, essas pessoas não contribuíam com a sociedade, sendo consideradas sub-humanas. Para Graziela Laurindo (2019, p. 45), “seguindo essa concepção preconceituosa, as PcD não eram aceitas pela sociedade grega, para quem essas pessoas, ainda crianças, deveriam ser eliminados. O que mais impressiona é a aceitação da eliminação, por muitos, de uma forma natural e convincente”.

Saindo da Grécia para Roma, encontramos leis igualmente desfavoráveis às pessoas nascidas com deficiência. “Aos pais era permitido matar as crianças que nasciam com deformidades físicas, pela prática do afogamento”, afirma Maria Aparecida Gugel (2007, p. 1). Há ainda relatos de que pais abandonavam seus filhos em cestos no rio Tigre, ou em outros lugares sagrados. Os sobreviventes eram explorados por *esmoladores*, ou passavam a fazer parte de circos para o entretenimento dos abastados (GUGEL, 2007).

Na Idade Média, a discriminação sofrida pelas PcD continua, mas sob outra justificativa. Fundamentada em Kutianski e Brauer Jr (1998[?], p. 107), Graziela Laurindo (2019, p. 47) afirma que a existência das PcD foi atribuída, nessa época, a intervenções de espíritos malignos e demônios, e “milhares de mulheres foram julgadas e queimadas nas lendárias fogueiras da Espanha até a Itália. E qual o envolvimento do deficiente físico com a inquisição? Muitos padres católicos que também eram os juizes acreditavam que a deficiência era aplicada pelas bruxas nos infiéis”.

Na época do Renascimento, em que ocorreu a transição do sistema feudal, as PcD passaram a ser consideradas problema de saúde pública. Nesse período, a influência do Cristianismo trouxe mudanças no tratamento das PcD, que passaram a ser *acolhidas* em instituições religiosas de caráter assistencialista. Nesse período, “começaram a surgir os hospitais voltados para o atendimento de doentes agudos ou crônicos, dentre os quais indivíduos

com algum tipo de deficiência [...] [e] foi com o nascimento do Cristianismo que os menos favorecidos ocuparam um lugar de acolhimento” (LAURINDO, 2019, p. 47). A partir de então, a doutrina cristã passou a combater a ideia de eliminar os filhos que tinham deficiências. Também é do período do Renascimento o surgimento dos primeiros direitos das PcD,

com o estabelecimento da filosofia humanista e com o advento da ciência. Mesmo prevalecendo, ainda, um caráter assistencialista, gerou um novo modo de pensar, revolucionário sob muitos aspectos, que alteraria, também, a vida dos seres humanos menos privilegiados, ou seja, a imensa legião de pobres e de enfermos, enfim, dos marginalizados sociais da época (LAURINDO, 2019, p. 49).

Avançando no tempo, ao findar a Primeira Guerra Mundial, outra preocupação surgiu: a reabilitação dos mutilados, que se haviam tornado PcD. Segundo Kátia Monteiro de Benedetto Pacheco e Vera Lucia Rodrigues Alves (2007, p. 244-245),

foi criada a Comissão Central da Grã-Bretanha para Cuidar do Deficiente, que tinha como objetivo coordenar esforços na recuperação de parte da população mutilada e reabsorvê-la socialmente. Neste período, especificamente em 1917, nos EUA, foi criada também a “Rehabilitation and Research Center”. Os soldados feridos na guerra precisavam de treinamento e assistência para assumir atividades rentáveis, o que trouxe a necessidade do governo dos EUA aprovar atos constitucionais que garantissem suporte financeiro para programas de reabilitação.

Contudo, foi no final da Segunda Guerra Mundial, que assolou o mundo no século 20, mais precisamente desde o ano de 1945, que a compreensão daquilo que vinha insistentemente sendo chamado de “reabilitação” expandiu-se bastante (SILVA, 2009, p. 219). Com essa compreensão, segundo o autor, “muitas sociedades caminhavam para a plena conscientização quanto à sua necessidade, havendo muita pouca gente que duvidada que problemas sérios das pessoas deficientes⁶ só poderiam ser cobertos com sua aplicação” (SILVA, 2009, p. 219).

Kátia Monteiro de Benedetto Pacheco e Vera Lucia Rodrigues (2007, p. 245) afirmam que, durante a Segunda Guerra Mundial,

[...] tanto as mulheres como pessoas com deficiência física foram trabalhar nas indústrias para suprir a falta de funcionários que estavam nas forças armadas. Com este fato e o exemplo de Franklyn Delano Roosevelt, um paraplégico por poliomielite eleito presidente dos EUA, que executou perfeitamente sua função e com ela mantinha-se financeiramente, mostrou-se ao mundo a importância da reabilitação e o potencial das pessoas com deficiência.

⁶ Temos consciência que o termo apropriado, atualmente, é Pessoa com Deficiência (PcD), mas respeitamos a grafia original por se tratar de citação direta.

Já Nathalia Ghiraldelo Yaraian e Carla Roberta Ferreira Destro (2018, p. 11) informam que, no ano de 1945, houve a “[...] criação da Organização das Nações Unidas – ONU, em Londres, que visava, juntamente com diversos países membros, buscar soluções para temas” diversos. De acordo com as autoras, existe, na sede da ONU, “o juramento devidamente solene dos países membros de que nunca mais seriam reproduzidas tais atrocidades como as cometidas durante a Segunda Guerra, declarando, portanto, o nascimento da ‘Declaração Universal dos Direitos Humanos’” (YARAIAN; DESTRO, 2018, p. 11, grifo das autoras).

O referido documento daria, para todas as pessoas humanas,

direitos iguais à liberdade e à harmonia social, consolidando a ideia de dignidade da pessoa humana e os direitos decorrentes, como dispõe o artigo 1º: “Declaração Universal dos Direitos do Homem – art. 1º: Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São datadas [*sic*] de razão e consciência e devem agir em relação umas as outras com espírito de fraternidade” (YARAIAN; DESTRO, 2018, p. 11).

Em março de 1990 aconteceu a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien, na Tailândia. Na ocasião, foi proclamada a Declaração de Jomtien (FLORIANI, 2017). Conforme Ana Lúcia Hennemann (2012, s. p.), nessa Declaração, “os países relembram que a educação é um direito fundamental de todos, mulheres e homens, de todas as idades, no mundo inteiro”. Ainda de acordo com a autora, os signatários também “declaram entender que a educação é de fundamental importância para o desenvolvimento das pessoas e das sociedades, sendo um elemento que pode contribuir para conquistar um mundo mais seguro, mais sadio [...]” (HENNEMANN, 2012, s. p.).

A Declaração de Salamanca foi constituída na Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: acesso e qualidade, que ocorreu em junho de 1994, na cidade de mesmo nome, na Espanha. O objetivo específico de discussão foi a atenção educacional aos alunos com necessidades educacionais especiais (HENNEMANN, 2012). Foi por meio dessa declaração que se iniciaram as políticas de educação inclusiva, que envolviam orientações de vários níveis, inclusive de conscientização pública:

Políticos em todos os níveis, incluindo o nível da escola, deveriam regularmente reafirmar seu compromisso para com a inclusão e promover atitudes positivas entre as crianças, professores e público em geral, no que diz respeito aos que possuem necessidades educacionais especiais.

A mídia possui um papel fundamental na promoção de atitudes positivas frente a integração de pessoas portadoras de deficiência na sociedade. Superando preconceitos e má informação, e difundindo um maior otimismo e imaginação sobre as capacidades das pessoas portadoras de deficiência. A mídia também pode promover atitudes positivas em empregadores com relação ao emprego de pessoas portadoras de deficiência. A mídia deveria

acostumar-se a informar o público a respeito de novas abordagens em educação, particularmente no que diz respeito à provisão em educação especial nas escolas regulares, através da popularização de exemplos de boa prática e experiências bem-sucedidas (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 15).

Ainda é importante mencionar outro importante acontecimento histórico: a Convenção de Guatemala, que foi promulgada no Brasil através do Decreto Nº 3.956, de 08 de outubro de 2001 (BRASIL, 2001). O referido Decreto traz a íntegra da Convenção, que define que o termo deficiência: “significa uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária causada ou agravada pelo ambiente econômico e social” (BRASIL, 2001).

De acordo Ana Lúcia Hennemann (2012, s. p.), toda política pública é baseada na Constituição Federal, que determina as competências do Estado, sendo a primeira referência legal para a elaboração, execução e avaliação de políticas públicas.

Embora o público-alvo de nosso estudo seja as Pessoas com Deficiência Intelectual (PcDI), é importante estabelecer a trajetória das PcD de maneira geral.

Considerando importantes eventos mundiais que marcaram direitos conquistados pelas PcD, apenas dois deles ocorreram no século 19. Os demais são eventos do Século 20, em sua maioria, e apenas dois, também, no século 21. No século 19, destaca-se a criação do alfabeto braile, que leva o nome de seu criador (Louis Braille), ainda utilizado para leitura por cegos. O segundo evento trata-se do *Ato de Educação Elementar*, promulgado no Reino Unido, que transferiu a responsabilidade da educação de crianças com deficiências auditiva e visual para as autoridades locais. No século 20, merece destaque a realização das primeiras Paraolimpíadas, que teve lugar em 1960 em Roma, na Itália; em 1971, a elaboração, pela ONU, da Declaração dos Direitos das Pessoas com Deficiência Mental, reconhecendo os direitos dessas pessoas; em 1975, foi a vez da Declaração dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiências, que também foi elaborada pela ONU, abrangendo essas pessoas no reconhecimento de direitos; o ano de 1981 foi considerado o Ano Internacional das Pessoas com Deficiência; em 1991, a Convenção nº 159 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, estabeleceu normas internacionais para inclusão das PcD, que ainda não eram chamadas dessa forma, nos ambientes de trabalho; 1994 marcou a realização da Conferência Mundial sobre Educação Especial, na Espanha, que resultou na já mencionada Declaração de Salamanca; e em 1999, a Carta do Milênio foi aprovada pela *Assembleia Governativa de Rehabilitation International*, que enfatiza a necessidade de cooperação entre a humanidade para garantir os direitos das PcD. No século 21, conforme mencionado, apenas dois eventos foram registrados, em âmbito mundial: em 2002, a

Declaração de Madrid foi aprovada pelo Conselho Europeu, sendo o principal documento a respeito do direito das PcD naquele continente; e em 2006 houve a elaboração, pela ONU, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que é um documento internacional que visa a proteção das PcD pelo mundo (EQUIDADE, s.d.).

Em nível Nacional, sintetizamos alguns documentos que norteiam, em um aspecto geral, as ações para garantir o direito das pessoas com deficiência em nosso país (Apêndice A), iniciando pela Carta Magna, conhecida como Constituição Cidadã, que estabeleceu os direitos das PcD. As políticas públicas legislativas são demonstradas em ordem cronológica, com breves explicações de suas aplicações, até não último marco legal para as PcD no país, a Lei Brasileira de Inclusão.

A Constituição Federal foi o primeiro marco, definindo direitos básicos às PcD e buscando evitar sua discriminação (BRASIL, 1988). A Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989 busca

garantir às pessoas portadoras de deficiência as ações governamentais necessárias ao seu cumprimento e das demais disposições constitucionais e legais que lhes concernem, afastadas as discriminações e os preconceitos de qualquer espécie, e entendida a matéria como obrigação nacional a cargo do Poder Público e da sociedade (BRASIL, 1989).

A Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, define direitos educacionais às PcD por meio de sua inserção no sistema educacional, da oferta gratuita e obrigatória da educação especial. Inclusive, a partir do nível pré-escolar, a referida Lei promove acesso das PcD aos mesmos benefícios que outros educandos dispõem, de matrícula compulsória em cursos regulares de ensino, além de determinações na área da saúde, recursos humanos e acessibilidade (BRASIL, 1989).

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA estende os direitos de todos aqueles dessa faixa etária às PcD que estejam dentro da referida faixa, estipulando prioridades em casos de adoção e de programas especiais (BRASIL, 1990).

A Lei de Diretrizes e Bases - LDB em vigor define a Educação Especial: “Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (BRASIL, 1996). A LDB busca contemplar as necessidades das PcD para a oferta, manutenção, e quando necessário, para a terminalidade da Educação das PcD, da Educação Básica ao nível superior.

Já a Lei 10.048/2000 define o atendimento prioritário a diversos grupos, como idosos, gestantes, lactantes, entre outros, e estende esse direito às PcD e seus acompanhantes, o que

mostra preocupação com o bem-estar dessas pessoas no cotidiano (BRASIL, 2000a). A Lei 10.098 do mesmo ano refere-se à promoção de acessibilidade, com foco nas PcD e pessoas com mobilidade reduzida. Envolve vias e espaços públicos, construção e reformas de edifícios, além de meios de transporte e comunicação (BRASIL, 2000b).

A Convenção da Guatemala, promulgada pelo Decreto Nº 3.956, de 8 de outubro de 2001 no Brasil, deixa claro que não há possibilidade de tratamento desigual às PcD, e que o direito à educação é fundamental. Eventuais interpretações da LDB, de que a educação das PcD deveria ocorrer apenas em escolas ou classes especiais fere a constituição, e conforme mencionado anteriormente, essa convenção define o termo *deficiência* (BRASIL, 2001).

A Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência ou Estatuto da Pessoa com Deficiência, como seus *titulos* sugerem, busca assegurar a inclusão das PcD. Nela há a definição de PcD: “Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas” (BRASIL, 2015). Essa lei ainda informa que a avaliação da deficiência,

quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará:
I - os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo;
II - os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais;
III - a limitação no desempenho de atividades; e
IV - a restrição de participação (BRASIL, 2015).

A mesma lei também define que os instrumentos de avaliação das deficiências devem ser de criação do poder executivo.

Através desses marcos legais, percebe-se um esforço, por meio de políticas públicas, para a inclusão dos PcD na sociedade contemporânea. Como nosso público-alvo é formado por pelas PcDI, destinamos a próxima subseção a um breve estudo para conhecê-las melhor.

2.2 A PESSOA COM DEFICIÊNCIA E A DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NO BRASIL

Nesta parte, procuramos entender como o Brasil *reconhece*, como o país *vê* as PcDI. Para isso, consideramos o histórico das PcDI na visão de autores, como Solange Rodovalho Lima e Enicéia Gonçalves Mendes (2011) e Plestch (2014), mas também verificamos o que a legislação sobre o tema traz. Além disso, ainda consideramos publicações da *American Psychiatric Association – APA*, como a Classificação Estatística Internacional de Doenças e

Problemas Relacionados à Saúde (ICD-11) e o *Manual Diagnóstico e Estatístico de transtornos Mentais*, o DSM-5, publicado em 2014. Também buscamos apoio em publicação da OPAS (2018).

No Brasil, a Pessoa com Deficiência Intelectual – PcDI apresenta uma trajetória histórica bastante característica. Solange Rodovalho Lima e Enicéia Gonçalves Mendes (2011, p. 196) acertadamente afirmam que “a legislação nacional tem procurado oferecer às pessoas com deficiência possibilidades de prosseguimento em sua vida tanto acadêmica quanto profissional”, mas no que se refere à educação dessas pessoas, que engloba nosso objeto de estudo, de maneira geral,

a escolarização de pessoas com deficiência intelectual no Brasil foi e continua sendo marcada por contradições e ambiguidades, que vão desde a omissão do Estado no oferecimento da educação pública, passando pelo período das políticas segregacionistas nos anos setenta, até as atuais políticas de inclusão, alavancados por organismos ligados à defesa dos direitos humanos e da redução da pobreza (PLETSCH, 2014, p. 19).

Marcia Denise Plestch (2014, p. 3) ainda chama atenção para as diferentes denominações recebidas por essas pessoas ao longo da história, afirmando que um “[...] aspecto que merece ser sinalizado se refere às diferentes categorias historicamente empregadas para nomear pessoas com deficiência intelectual, as quais vão desde débil, excepcional, retardado, deficiente mental e, atualmente, deficiente intelectual”. De nossa parte, concordamos com a autora quando, fundamentada em Jannuzzi (1985), pontua que “[...] a troca de um termo por outro amortece temporariamente a sua conotação pejorativa, mas não necessariamente resulta em mudanças concretas e melhoria nas condições de vida e escolarização desses sujeitos” (PLETSCH, 2014, p. 3-4). Segundo Brasil (2020),

[...] desde 2004, após ampla discussão sobre o tema, motivada pelo estigma social do termo “retardo mental”, se tornou consenso o uso do termo “deficiência intelectual”, já compreendendo os fatores relacionados ao comportamento adaptativo e não apenas a capacidade cognitiva do indivíduo.

Assim, nosso foco não se deterá nas diversas denominações, mas no conceito e no diagnóstico, mesmo que de forma breve, para melhor compreender quem são essas pessoas.

De acordo com Brasil (2020), por meio da Portaria Conjunta Nº 21, afirma

A Deficiência Intelectual (DI) é uma condição complexa que traz dificuldade de longo prazo, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir a participação plena e efetiva do indivíduo na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas, conforme preconizam a Convenção

Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu protocolo facultativo, do qual o Brasil é signatário.

Entre as *barreiras* mencionadas pelo excerto acima, podemos entender que se incluem as dificuldades que as PcDI enfrentam no que diz respeito à sua sexualidade. Conforme disposto no capítulo 1, a experiência da pesquisadora em um ambiente escolar demonstrou que é necessário articular com a escola as questões de desenvolvimento e expressão da sexualidade da PcD, pois essas pessoas possuem necessidades, têm impulsos e desejos, e vivenciam as questões sexuais como qualquer outra pessoa, mas ao demonstrar afeto, podem ser *mal interpretadas*. Para que exista igualdade, é necessária uma abordagem específica, que realmente possibilite condições de igualdade com os demais indivíduos, no caso da expressão/reconhecimento da sexualidade das PcDI.

Já o Protocolo para o Diagnóstico etiológico da Deficiência Intelectual (BRASIL, 2020) também afirma que a definição da DI

[...] envolve diversos aspectos relacionados ao conceito de inteligência, devendo sempre ser analisada como componente da avaliação global do indivíduo. É identificada pela redução substancial das funções intelectuais, concomitante a déficits do comportamento adaptativo, com limitações em habilidades sociais e práticas cotidianas, iniciada durante o período de desenvolvimento (antes dos 18 anos).

Mais uma razão para que a sexualidade das PcDI seja abordada nos ambientes escolares, por professores/educadores que estejam preparados para isso.

Voltando à questão da definição da DI, a nova Classificação Internacional de Doenças, que de acordo com Brasil (2020) entrou em vigor em 2022, informa que “a DI é incluída entre os distúrbios (ou transtornos) do neurodesenvolvimento, especificamente os do desenvolvimento intelectual, que correspondem a um amplo contingente de condições etiologicamente distintas” (BRASIL, 2020). A Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), em informativo de 2018, menciona o lançamento da nova Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-11) em 18 de junho de 2018. O documento foi apresentado em maio de 2019 na Assembleia Mundial de Saúde, e entrou em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Segundo a OPAS (2018),

Há mais de uma década em desenvolvimento, a CID-11 fornece melhorias significativas em relação às versões anteriores. Pela primeira vez, é completamente eletrônica e possui um formato que facilita seu uso. Houve um envolvimento sem precedentes de profissionais de saúde, que se juntaram em

reuniões colaborativas e submeteram propostas. A equipe da CID na sede da OMS recebeu mais de 10 mil propostas de revisão.

Embora muito mais prático no manuseio por ser totalmente eletrônico, o documento é bastante extenso. O capítulo que aborda as PcDI é o de número 6, e assim define:

Transtornos mentais, comportamentais e do neurodesenvolvimento são síndromes caracterizadas por distúrbios clinicamente significativos na cognição, na regulação emocional ou no comportamento de um indivíduo que refletem uma disfunção nos processos psicológicos, biológicos ou de desenvolvimento subjacentes ao funcionamento mental e comportamental. Esses distúrbios geralmente estão associados a sofrimento ou prejuízo no funcionamento pessoal, familiar, social, educacional, ocupacional ou em outras áreas importantes do funcionamento (ICD-11, 2023⁷).

Ainda há os capítulos relacionados a outras deficiências, como do sistema nervoso central (capítulo 8) e doenças do sistema visual (capítulo 9), mas que não se aplicam ao público-alvo de nossa pesquisa. O referido manual, conhecido como CID-11⁸ em português, é uma ferramenta de apoio aos países para implementação da nova classificação (OPAS, 2018).

Além do CID-11 (2023), a *American Psychiatric Association* dispõe do *Manual Diagnóstico e Estatístico de transtornos Mentais*, o DSM-5, publicado em 2014, que auxilia no diagnóstico dos referidos transtornos: as deficiências intelectuais estão categorizadas como transtornos de desenvolvimento, e são classificadas em leve, moderada grave, profunda, atraso global do desenvolvimento e deficiência intelectual (Transtorno do desenvolvimento Intelectual) não especificada (DSM-5, 2014). O Manual também engloba outros transtornos, como os de linguagem, fala, comunicação, do espectro autista, de déficit de atenção e hiperatividade, entre vários outros.

A já citada Portaria 21 de 2020 ainda se baseia no CID-10, visto que foi publicada antes da entrada em vigor do CID-11. O documento traz como classificação: “– F70 - Retardo Mental Leve – F71 - Retardo Mental Moderado – F72 - Retardo Mental Grave – F73 - Retardo Mental Profundo – F78 - Outro Retardo Mental – F79 - Retardo Mental não Especificado” (BRASIL, 2020, p. 5).

Quanto ao diagnóstico, a dita portaria traz protocolos de identificação, mas é importante destacar que ele é realizado por médico, após a pessoa/paciente ter passado por

⁷ *International Classification of Diseases – ICD*. Em português, Classificação Internacional de Doenças (CID).

⁸ O uso da abreviatura visa a facilitar falar sobre o Manual, chamado de CID-11 por estar na 11ª edição.

outras avaliações com diferentes profissionais, no caso da Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), que é o lócus de nossa pesquisa.

Para compreender melhor o que é a APAE e qual o local onde nossa pesquisa será realizada, a próxima seção dedica-se a esse tema.

2.2.1 Instituições de educação especial e educação sexual emancipatória: um estudo de caso sobre a APAE de Laguna (SC)⁹

A Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) tem como missão “promover e articular ações de defesa de direito, prevenção, orientação, prestação de serviços, apoio à família, direcionadas à melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência e a construção de uma sociedade justa e solidária”, e sua visão é “ser um movimento de pais, amigos e pessoas com deficiência, de excelência e referência no país na defesa de direitos e prestação de serviços” (A HISTÓRIA DAS APAES, [s.d.], p. 3). Ainda dentro de sua visão, a APAE afirma “prestar serviços assistenciais às pessoas com deficiência promovendo a defesa de seus direitos, o apoio aos familiares e oferecer atendimento especializado nas áreas de educação, saúde, assistência social, trabalho, artes, esporte e lazer” (A HISTÓRIA DAS APAES, [s.d.], p. 3). Seus valores estão listados como: “Ética e transparência nas relações; Respeito à diversidade humana; Qualidade e inovação; Comprometimento com a causa; Atitude colaborativa; Valorização das pessoas” (A HISTÓRIA DAS APAES, [s.d.], p. 3).

A APAE surgiu como movimento no Rio de Janeiro, em 11 de dezembro de 1954. Foi a necessidade dos diplomatas norte-americanos Beatrice e George Bemis, que “[...] ao chegarem ao Brasil, naquele ano, não encontraram nenhuma entidade de acolhimento para um filho com a síndrome de Down” (A HISTÓRIA DAS APAES, [s.d.], p. 4). Assim, o casal passou a lutar pela organização de um local que prestasse atendimento às PcD. Conseguiram que se aliassem a essa luta outros “[...] diplomatas, pais, amigos e médicos das pessoas com deficiência e, com eles, nasceu a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE - em março de 1955, em uma reunião na sede da Sociedade Pestalozzi do Brasil, para escolha do seu Conselho Deliberativo” (A HISTÓRIA DAS APAES, [s.d.], p. 5). Os trabalhos foram iniciados naquele mesmo ano, com duas turmas de 20 crianças com deficiência.

⁹ A direção da APAE de Laguna – SC aceitou que a pesquisa fosse realizada na Instituição, inclusive colaborando com informações sobre os participantes, sintetizadas no quadro 1. Assim, não estamos ferindo princípios éticos de anonimato.

Os contextos sociopolítico, econômico e cultural no qual a APAE foi fundada categorizavam as pessoas com deficiência múltipla e intelectual como diferentes dos demais, provocando dificuldades na aprendizagem. Por conseguinte, as instituições de ensino público e privado excluíaam essas pessoas dos processos de ensino e aprendizagem que ofereciam à população escolar (A HISTÓRIA DAS APAES, [s.d.], p. 5).

Com o tempo, o movimento ampliou-se, e entre 1954 e 1962, dezesseis APAEs surgiram em todo o Brasil. Assim, em 10 de novembro de 1962, a Federação Nacional das APAEs - FENAPAE foi fundada em São Paulo.

O surgimento das APAEs, descrito acima, demonstra que aqueles que buscaram atendimento para as PcD foram pessoas com certo poder aquisitivo e influência. Podemos inferir que, sem essas *características*, para não chamar e *privilégios*, provavelmente nunca haveria uma instituição como a APAE. Como instituição voltada para as PcD, entendemos a APAE como o lócus ideal para uma educação sexual emancipatória, pois por meio da interseccionalidade, acreditamos que seja possível uma intervenção qualitativa com o público-alvo dessa entidade.

Podemos conceituar as APAEs da seguinte forma:

[...] são Organizações Não Governamentais e sem fins lucrativos que trabalham para que as pessoas com deficiência intelectual e múltipla, assim como suas famílias, conquistem melhor qualidade de vida. Para isso, oferecem atendimentos gratuitos especializados de alta qualidade a todos que precisam, independentemente da idade ou da classe social (A HISTÓRIA DAS APAES, [s.d.], p. 10).

Já no âmbito de nossa pesquisa, a APAE de Laguna completou 50 anos em 17 de outubro último. Atualmente localizada na Avenida João Pinho, no município litorâneo do sul de Santa Catarina, a instituição funcionou primeiramente na estação de passageiros do aeroporto do município, que estava desativado. A sede foi doada pelo prefeito, na ocasião (SILVA, 2022).

De acordo com Graziela Laurindo (2019, p. 66), “a APAE de Laguna possui uma área de 1.613m², dos quais 1.186.40m² são de área construída. Atende atualmente 136 alunos com deficiência intelectual e múltipla, na faixa etária de zero até a idade adulta, nas áreas de assistência social, saúde e educação”.

No período que antecedeu ao funcionamento, ou seja, entre 1972 e 1975, a instituição legalizou sua documentação e buscou recursos para recuperação do prédio. Assim, precisamente no dia 12 de março de 1975, três anos após a fundação, a Associação iniciou as atividades de sua Unidade Escolar, recebendo o nome de Escola Especial “Solar da Ternura”, cujo objetivo é

proporcionar à pessoa com deficiência um programa educacional de qualidade (SILVA, 2022¹⁰).

Figura 1 – APAE de Laguna – SC



Fonte: acervo da autora.

No ano de 2022, a instituição atendia 160 alunos “[...] nas áreas de assistência social, educação e saúde, nos períodos matutino e vespertino, ocupando nada menos que 60 profissionais”, e “no que se refere à saúde, possui profissionais que se dedicam a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência, através de atendimentos e serviços como: psicologia, fisioterapia, fonoaudiologia, neurologia, naturologia e terapia ocupacional” (SILVA, 2022).

A manutenção da APAE de Laguna ocorre por meio de recursos públicos, de convênios, parcerias e doações provenientes da comunidade.

¹⁰ Informação eletrônica, sem numeração de página.

2.3 SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO SEXUAL

“[...] reconhecemos a herança institucional e histórica que recebemos, numa longa tradução de poder e repressão” (NUNES, 1996, p. 301).

Esta última parte do capítulo ocupa-se da sexualidade, da educação sexual e da PcDI. Para auxiliar a compreender o tema, utilizamos os trabalhos de César Aparecido Nunes (1996; 2005), Yalin Brizola Yared (2016), Gabriela Maria Duarte de Carvalho, Patrícia de Oliveira e Silva Pereira, Sonia Maria Martins de Melo e Vera Márcia Marques Santos (CARVALHO et al. 2012), além de produções de outros autores. Ainda consideramos parte da Declaração dos Direitos Sexuais, documento aprovado em Assembleia Geral da Associação Mundial de Sexologia (*World Association for Sexual Health - WAS*), cuja íntegra compõe o Anexo A desta dissertação.

Antes de conceituar a Educação Sexual Emancipatória, é importante compreender a sexualidade como *dimensão inerente ao ser humano*. Yalin Brizola Yared (2016, p. 82) explica que a dimensão humana da sexualidade “[...] não está fora do sujeito, de suas ações, pensamentos e comportamentos [...]”. Fundamentada em César Aparecido Nunes (2005), a autora complementa que ela não pode ser reduzida a algo externo, estranho às pessoas, e por isso também não pode transcender a vida humana ou figurar no centro de suas representações inconscientes. Logo, a sexualidade é parte natural da vida do ser humano, e como seres sexuados, essa dimensão do ser humano está presente em todos os momentos da vida, em todos os lugares que estamos.

Como dimensão humana, a sexualidade é um direito que faz parte dos Direitos Sexuais – entendidos como Direitos Humanos fundamentais e universais. Esses direitos figuram na Declaração dos Direitos Sexuais (Anexo A), que foi aprovada em Assembleia Geral da Associação Mundial de Sexologia (*World Association for Sexual Health - WAS*), realizada em agosto de 1999 em Hong Kong, no 14º Congresso Mundial de Sexologia.

A referida declaração

Reafirma que a sexualidade é um aspecto central do ser humano em toda a vida e abrange sexo, identidade e papéis de gênero, orientação sexual, erotismo, prazer, intimidade e reprodução. A Sexualidade é experienciada e expressada em pensamentos, fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores, comportamentos, práticas, papéis e relacionamentos. Embora a sexualidade possa incluir todas essas dimensões, nem todas elas são sempre expressadas ou sentidas. Sexualidade é influenciada pela interação de fatores biológicos, sociais, econômicos, políticos, culturais, legais, históricos, religiosos e espirituais (WAS, 1999, p. 1).

O documento ainda pontua que os “[...] direitos sexuais são baseados na Liberdade, dignidade e igualdade inerente a todos os seres humanos e incluem o compromisso de proteção contra danos” (WAS, 1999, p. 1). Ademais, a Declaração expressa dezesseis (16) direitos sexuais:

1. Direito à igualdade e não discriminação;
2. Direito à vida, liberdade e segurança pessoal;
3. Direito à autonomia e integridade corporal;
4. Direito de estar isento de tortura, tratamento ou punição cruel, desumana ou degradante;
5. Direito de estar isento de todas as formas de violência ou coerção;
6. Direito à privacidade;
7. Direito ao mais alto padrão de saúde atingível, inclusive de saúde sexual; com a possibilidade de experiências sexuais prazerosas, satisfatórias e seguras;
8. Direito de usufruir dos benefícios do progresso científico e suas aplicações;
9. Direito à informação;
10. Direito à educação e o direito à educação sexual esclarecedora;
11. Direito de constituir, formalizar e dissolver casamento ou outros relacionamentos similares baseados em igualdade, com consentimento livre e absoluto;
12. Direito a decidir sobre ter filhos, o número de filhos e o espaço de tempo entre eles, além de ter informações e meios para tal;
13. Direito à Liberdade de pensamento, opinião e expressão;
14. Direito à Liberdade de associação e reunião pacífica;
15. Direito de participação em vida pública e política; e
16. Direito de acesso à justiça, reparação e indenização.

Consideramos importante listar todos esses direitos para pensar a Educação Sexual tendo em mente as interfaces com as PcD, foco desta pesquisa. Mas é importante ancorarmos em Gabriela Maria Duarte de Carvalho, Patrícia de Oliveira e Silva Pereira, Sonia Maria Martins de Melo e Vera Márcia Marques Santos (CARVALHO et al. 2012, p. 48), que além de afirmarem que a sexualidade é “[...] uma dimensão inseparável do existir humano” e, como humanos, somos sempre sexuados, que nosso processo de educação é permanente e ocorre uns com os outros. Assim, “[...] queiramos ou não, saibamos ou não, [somos] educadores sexuais uns dos outros”, e todos os espaços sociais também são agentes educativos (CARVALHO et al., 2012, p. 48). Em outras palavras, todas as relações humanas configuram um processo educativo.

Essa reflexão nos leva a (re)pensar sobre como ocorre essa educação. Yalin Brizola Yared (2016) ajuda com essa reflexão por meio dos paradigmas¹¹ de vida. Em seu estudo, a

¹¹ Paradigmas são concepções que se mostram “[...] como um padrão, um exemplo, um modo de pensar, de fazer e/ou de agir no mundo” (YARED; MELO; VIEIRA, 2015, p. 234).

autora traz os quatro (4) paradigmas repressores da sexualidade e apenas um emancipatório, identificados por César Aparecido Nunes (1996). Ainda segundo Yalin Brizola Yared, Sonia Maria Martins Melo e Rui Marques Vieira (2015, p. 234), esses paradigmas são a base para o entendimento da sexualidade e da educação sexual, e apresentam “[...] significados, visões de mundo, ideias sobre sexualidade humana que norteiam, orientam, afirmam e/ou reafirmam as ações e a compreensão dos sujeitos sobre a realidade, sendo [...] entendida como produção sócio, histórica, política e econômica”.

Gabriela Maria Duarte de Carvalho, Patrícia de Oliveira e Silva Pereira, Sonia Maria Martins de Melo e Vera Márcia Marques Santos (CARVALHO et al., 2012) apresentam uma adaptação das vertentes dominantes nas abordagens pedagógicas brasileiras, que foram propostas por César Aparecido Nunes (1996), são a *médico-biologista*; a *normativo-institucional*, e a *terapêutico descompressiva*. Nessa última, as autoras incluem a questão do consumismo pós-moderno. Gabriela Maria Duarte de Carvalho, Patrícia de Oliveira e Silva Pereira, Sonia Maria Martins de Melo e Vera Márcia Marques Santos (CARVALHO et al., 2012) chamam de *adaptação* porque César Aparecido Nunes (1996) descreve a vertente consumista e qualitativa pós-moderna separadamente. Além dessas vertentes consideradas repressoras, o autor ainda menciona a vertente dialética e política, que segundo Yalin Brizola Yared (2016, p. 64), César Aparecido Nunes (1996) também denomina “[...] em vários outros estudos como vertente emancipatória de educação sexual”.

Os paradigmas repressores são os mais predominantes nas ações pedagógicas, tanto na Educação Básica quanto na superior, e se expressam por meio dessas vertentes das abordagens pedagógicas. Isso nos leva a focar nosso olhar para a Educação Sexual das PcD, principalmente em Instituições como a APAE.

Yalin Brizola Yared (2016) apresenta, ancorada em César Aparecido Nunes (1996), a vertente médico-biologista, que concebe o ser humano dicotomizado, considerando aparelhos biológicos e funções para sobrevivência ou evolução. A ideia biologista do discurso médico proliferou-se nos anos 1970 e 1980, reforçando o “[...] discurso conservador e institucional presente [...] na sociedade brasileira” (NUNES, 1996, p. 140). Embora o estudo de César Aparecido Nunes seja de 1996 e o de Yalin Brizola Yared de 2016, é possível afirmar que esse paradigma ainda exerce seus reflexos na educação brasileira como um todo. Também fundamentadas no mesmo autor (NUNES, 1996), Gabriela Maria Duarte de Carvalho, Patrícia de Oliveira e Silva Pereira, Sonia Maria Martins de Melo e Vera Márcia Marques Santos (CARVALHO et al., 2012, p. 41, grifo das autoras) pontuam que, “na vertente **médico-**

biologista repressora, o ser humano é reduzido a uma estrutura organizada que apenas reproduz e perpetua sua espécie”.

Gabriela Maria Duarte de Carvalho, Patrícia de Oliveira e Silva Pereira, Sonia Maria Martins de Melo e Vera Márcia Marques Santos (CARVALHO et al., 2012, p. 42) auxiliam a compreender a vertente normativo-institucional, também repressora, que mistura de forma eclética “[...] mecanismos de ordem científica e conceitos religiosos morais, fortalecendo-se para fazer frente à chamada ‘revolução sexual’”. Essa vertente, segundo as autoras explicam,

Defende a promoção dos papéis sexuais tradicionais do modelo ocidental cristão e a propagação do casamento patriarcal monogâmico. É intolerante com práticas sexuais alternativas e condutas sexuais não procriativas. As instituições normativas preferenciais são a família tradicional, a Igreja e a escola (CARVALHO et al., 2012, p. 42-43).

A dita vertente, portanto, reforça nossa impressão sobre o que afirmamos acerca dos estudos de César Aparecido Nunes (1996) e Yalin Brizola Yared (2016), que embora sejam separados por um período de 20 anos, demonstram que ainda necessitamos de muitos avanços. Nos últimos anos, inclusive, percebemos retrocessos em muitas áreas. Se analisarmos a ascensão do conservadorismo nos últimos anos, no mundo todo, inclusive refletida na política brasileira, percebemos que ideias conservadoras parecem estar longe de uma evolução, de mudança concreta, no que se refere à educação como um todo.

Ao observarmos melhor o trabalho de Gabriela Maria Duarte de Carvalho, Patrícia de Oliveira e Silva Pereira, Sonia Maria Martins de Melo e Vera Márcia Marques Santos (CARVALHO et al., 2012), compreendemos por que as autoras *juntaram* as vertentes *terapêutico descompressiva e consumista e qualitativa pós-moderna*: em tempos atuais, essas duas vertentes parecem se retroalimentar, principalmente na contemporaneidade, em que as redes sociais *vendem* comportamentos. Nessa última vertente,

Naturaliza-se o sexo como mercadoria, uma vez que ele se apresenta como mecânico, deserotizado. É uma aparente liberalização e descompressão das práticas sexuais. Hoje as mídias são utilizadas, por excelência, como instrumentos formadores de valores éticos sexuais. Nos seus programas e outros tipos de produções, todos são considerados como tendo a mesma história e a mesma necessidade, na qual o conhecimento sobre a sexualidade tende a ser superficial e vazio não a considerando como uma construção sócio-histórico-cultural (CARVALHO et al., 2012, p. 44).

Fundamentada em César Aparecido Nunes (1996), Yalin Brizola Yared (2016, p. 68) explica que discursos repressivos “[...] promovem a inibição e o controle do comportamento”, resultando de uma interpretação comportamentalista originada na Fisiologia e na Psicologia

rusa desenvolvida no século 19. Segundo a autora, os paradigmas repressores são reducionistas da dimensão sexualidade e fragmentam a visão da sexualidade, identificando “[...] o estranho, o que sai da norma, o ‘anormal’, com vistas a reconduzir esses sujeitos à vivência sadia e ‘normal’ da sexualidade” (YARED, 2016, p. 296).

Assim, tratando-se da sexualidade das PcD, objeto do estudo proposto, no campo institucional da APAE, buscamos entender o paradigma emancipatório identificado por Yalin Brizola Yared (2016, p. 302), que visa “[...] à emancipação dos sujeitos”. Também é importante lembrar o que César Aparecido Nunes (1996, p. 222) pontua:

Não podemos fazer da Educação Sexual uma variante de discursos moralizantes, com a finalidade de extrair das crianças e adolescentes a verdade ou o medo sobre sua sexualidade. As aulas de educação sexual não podem ser um amontoado de informações biologistas, pautadas no aconselhamento médico-higienista, ou ainda a exposição dilacerada de sexualidades fragmentárias, encontros furtivos, medos escondidos.

Recorremos ao mesmo autor para entender que “a sexualidade emancipatória é aquela que nos dá condições de compreender a dinamicidade, a complexidade, a riqueza única da sexualidade humana” (NUNES, 1996, p. 227). O autor também esclarece que “[...] o conceito de emancipatório busca superar um conceito de alienação; entendemos que as abordagens delineadas anteriormente, presentes hoje em muitas propostas de educação sexual, poderiam todos ser circunscritos do conceito de alienação, próprio do pensamento marxista” (NUNES, 1996, p. 227).

Gabriela Dutra de Carvalho, Patrícia de Oliveira e Silva Pereira Mendes, Rosi Maria de Souza Pocovi, Sônia Maria Martins de Melo e Vera Márcia Marques Santos (CARVALHO et al. 2011) afirmam que ainda não conseguimos falar sobre a temática da sexualidade com a naturalidade que ela necessita. No que se refere às PcD, isso não é diferente. A abordagem que nos propusemos a estudar e que desejamos como paradigma orientador para as abordagens com PcD é a da Educação Sexual Emancipatória. Faz-se necessário, portanto, compreender a abordagem proposta.

A Educação Sexual Emancipatória pode ser entendida, segundo Gabriela Dutra de Carvalho, Patrícia de Oliveira e Silva Pereira Mendes, Rosi Maria de Souza Pocovi, Sônia Maria Martins de Melo e Vera Márcia Marques Santos (CARVALHO et al. 2011, p. 46-47),

[...] como uma intervenção qualitativa, intencional, no processo educacional que sempre está ocorrendo nas relações sociais. Essa abordagem mostra-se como um veio temático político-pedagógico fundamental que busca desalojar certezas, desafiar debates e reflexões, posturas fundamentais na busca do

desenvolvimento pessoal do ser humano como um ser corporificado, sexuado, contribuindo na busca de cidadania para todos.

É importante mencionar que os direitos sexuais são entendidos como direitos universais, que constam no documento aprovado pelo XV Congresso Mundial de Sexologia, em 1999, na China, que defende uma educação cidadã (MELO et al., 2012). Ainda segundo Gabriela Dutra de Carvalho, Patrícia de Oliveira e Silva Pereira Mendes, Rosi Maria de Souza Pocovi, Sônia Maria Martins de Melo e Vera Márcia Marques Santos (CARVALHO et al. 2011, p. 63), a Educação Sexual Emancipatória trata da reconstrução, com consciência e participação, “de um saber amplo e universal, sem distinção de qualquer ordem”, e não uma reprodução do que está posto pela sociedade em que vivemos.

Ainda é importante destacar que “[...] não existem receitas, já que é tudo uma construção pessoal e social” (MELO et al., 2012, p. 40). Contudo, as autoras destacam que é necessário “[...] projetar a ruptura de ordens estabelecidas” (MELO et al., 2012, p. 49), o que nos leva a entender que a realidade em que vivemos pode ser exemplificada pela experiência relatada na tese de Yalin Brizola Yared (2016, p. 39), quando a autora menciona que seu processo de educação sexual,

[...] tanto em família como em momentos escolares, é expresso realmente por intensas lembranças da vivência de um poderoso currículo oculto, com poucas ações intencionais ancoradas numa perspectiva emancipatória sobre o tema, pois davam ênfase especialmente a abordagens repressoras da sexualidade, mesmo que com muita “boa vontade”.

Como nosso objeto de estudo é a sexualidade das PcD, e nosso campo de estudos é a APAE de Laguna, já caracterizada no início deste capítulo, é pertinente que a abordagem de nosso trabalho enfoque a Educação Sexual emancipatória, pois todos os seres humanos são sexuados. Fundamentada em César Aparecido Nunes (1996), Yalin Brizola Yared (2016) pontua que a compreensão emancipatória da sexualidade considera a superação do senso comum. Entendemos essa superação como uma abordagem que leve a uma compreensão da sexualidade conforme pontua César Aparecido Nunes (1996, apud YARED, 2016, p. 70), sendo “[...] crítica, humanista, significativa e responsável, necessária ao ser humano que se coloca em ampla condição de vivência social associado ao seu semelhante”. Assim, da perspectiva da inclusão, busca-se que as PcD tenham ampla convivência social, o que pode lhes trazer maior qualidade de vida.

De acordo com Ana Cláudia Bortolozzi Maia (2006, p. 207-208), na vida da PcD, a qualidade de vida que se deseja

[...] deve prever a realização de ações pessoais que permitam a ela escolher atitudes relacionadas aos seus desejos e às suas necessidades satisfatoriamente. Para isso contribuem tanto uma educação sexual adequada e emancipatória quanto processos de reabilitação que incluam em suas propostas o tema da sexualidade.

Gabriela Maria Duarte de Carvalho, Patrícia de Oliveira e Silva Pereira, Sonia Maria Martins de Melo e Vera Márcia Marques Santos (CARVALHO et al., 2012, p. 9, grifo nossos) pontuam que, ao estar preparados para atender intencionalmente as “[...] manifestações sexuais de crianças, jovens e adultos que aconteçam em nossos lares, nas escolas e em **outros espaços educativos**, certamente nossas contribuições às relações pedagógicas que sempre ocorrem entre os seres humanos serão mais qualificadas e produtivas”. Assim, nosso campo de estudo configura-se como um desses *outros espaços educativos*, pois a APAE atende a um público-alvo especial: as PcD, e como pontuaram Gabriela Dutra de Carvalho, Patrícia de Oliveira e Silva Pereira Mendes, Rosi Maria de Souza Pocovi, Sônia Maria Martins de Melo e Vera Márcia Marques Santos (CARVALHO et al. 2011), a Educação Sexual Emancipatória não deve ter distinção de qualquer ordem.

Destacamos, ainda, que a Educação Sexual Emancipatória “[...] exige um olhar compreensivo, que vise a colaborar com a busca de transformações individuais e coletivas no processo de ensino-aprendizagem” (CARVALHO et al., 2012, p. 10). É esse olhar compreensivo que vemos necessário em nosso campo de estudo e que pretendemos lançar sobre nosso objeto de estudo: a sexualidade das PcD, especificamente na APAE de Laguna – SC. Talvez possamos contribuir para a construção de uma compreensão responsável sobre a sexualidade das PcD por elas mesmas, possibilitando que consigam decidir responsável e adequadamente sobre suas formas de agir em relação à sexualidade, como apontam Gabriela Maria Duarte de Carvalho, Patrícia de Oliveira e Silva Pereira, Sonia Maria Martins de Melo e Vera Márcia Marques Santos (CARVALHO et al., 2012).

2.4 EDUCAÇÃO SEXUAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Para verificar o que tem sido produzido acerca da educação sexual da PcDI, durante o ano de 2022, realizamos um levantamento nas plataformas Scielo e Redalyc. Os descritores utilizados foram “Pessoa com Deficiência”, “Deficiência Intelectual”, “Apae” e “Educação Sexual Emancipatória”. Desse levantamento, foram selecionados seis textos da plataforma Scielo (MAIA et al. 2015; LITTIG et al., 2012; KUBO; LUIZ, 2007; CARVALHO; SILVA,

2021; MAIA; RIBEIRO, 2010; ROHDEN, 2009), e cinco da plataforma Redalyc (OLIVEIRA; ARAÚJO, 2018; MAIA, 2011; BASTOS; DESLANDES, 2012; MENDES; DENARI, 2019; PEREIRA; FERREIRA; DINIZ, 2020).

Iniciamos nossa revisão pelo texto de Ana Cláudia Bortolozzi Maia, Verônica dos Reis-Yamauti, Rafaela de Almeida Schiavo, Vera Lúcia Messias Fialho Capellini e Tânia Gracy Martins do Valle (MAIA et al., 2015), que concluem pela necessidade de investimento na formação continuada em educação sexual para professores que atuam em escolas inclusivas. A pesquisa das autoras analisou a opinião de 451 professores participantes de diferentes estados brasileiros, cuja maioria foi composta por mulheres, que realizaram um curso de aperfeiçoamento oferecido pelo MEC no ano de 2010, com 180 horas. As autoras pontuam que, entre os participantes,

A maioria (94,2%) percebe a sexualidade de seus alunos com deficiência intelectual, identificando o desejo de namorar (38,3%), a ocorrência de perguntas (35,8%), de jogos sexuais e masturbação (19,6%) e comportamentos inadequados (6,3%); diante disso, têm sentimentos positivos (37,5%) e negativos (53,8%). Embora acreditem que podem contribuir para a educação sexual de seus alunos (87,8%), os participantes consideram necessário um preparo pessoal e profissional (39,9%), bem como o apoio da escola e da família (24,4%) (MAIA et al., 2015, p. 427).

Os achados das autoras, mesmo que sua pesquisa não tenha ocorrido em uma APAE, demonstram certa realidade similar à nossa experiência, conforme narrado na introdução desta dissertação: os jovens alunos não sabiam lidar com seus impulsos e desejos sexuais no ambiente escolar e demonstravam curiosidade sobre o assunto. Concordamos com as autoras, ao afirmarem a necessidade de “formação continuada para professores que atuam com o alunado com deficiência” (MAIA et al., 2015, p. 434), e ousamos afirmar que essa necessidade é ainda maior nas escolas especiais, como as APAEs.

O estudo de Patrícia Mattos Caldeira Brant Littig, Daphne Rajab Cardia, Luciana Bicalho Reis e Erika da Silva Ferrão (LITTIG et al., 2012) traz as concepções de 20 mães de jovens adolescentes (12 a 18 anos) com diagnóstico de DI sobre a sexualidade de seus filhos, e como elas refletirão na adoção de práticas de educação sexual. Entre os resultados, as autoras demonstram que 12 das 20 mães têm ideia de ausência de sexualidade nas PcDI, demonstrando “uma postura infantilizadora e superprotetora dessas mães em relação aos filhos, considerando-os com pouca possibilidade de desenvolver interesses e comportamentos sexuais” (LITTIG et al., 2012, p. 469). Além disso, 12 das 20 mães entendem a sexualidade de seus filhos diferente daquela das pessoas sem DI; também 12 delas afirmam que

nunca orientaram seus filhos sexualmente, alegando que não compreenderiam. Em geral, as mães não reconhecem uma identidade sexual em seus filhos e, por conseguinte, não fornecem uma educação sexual, reproduzindo a concepção social e cultural que nega a existência da sexualidade quando associada à DI (LITTIG et al., 2012, p. 469).

Mesmo que os participantes de nossa pesquisa tenham uma faixa etária diferente da que foi pesquisada por Patrícia Mattos Caldeira Brant Littig, Daphne Rajab Cardia, Luciana Bicalho Reis e Erika da Silva Ferrão (LITTIG et al., 2012), acreditamos que a postura de parte das mães de PcDI que frequentam a Instituição em que realizamos a pesquisa não seja diferente. Por essa razão, destacamos a importância da pesquisa realizada, que culminou nesta dissertação.

O trabalho de Elaine Cristina Luiz e Olga Mitsue Kubo (2007) buscou descobrir as percepções de jovens com Síndrome de Down sobre relacionar-se amorosamente. As autoras entrevistaram cinco pessoas individualmente, duas mulheres e três homens com Síndrome de Down, e suas conclusões enfatizam que

as percepções que jovens com Síndrome de Down têm sobre relacionamentos amorosos não diferem daquelas de jovens sem síndrome e, muito provavelmente, são desenvolvidas pelas oportunidades de se comportarem efetivamente sob contingências que favoreçam comportamentos amorosos (LUIZ; KUBO, 2007, p. 2019).

Os resultados das autoras nos permitem inferir que as oportunidades oferecidas aos jovens pesquisados possibilitaram que suas percepções não fossem diferentes dos jovens sem a síndrome, o que nos leva a destacar, mais uma vez, a importância da educação sexual das PcD em geral, inclusive intelectual.

Alana Nagai Lins de Carvalho e Joilson Pereira da Silva (2021, p. 529) procuraram, em seu estudo, “discutir a sexualidade das pessoas com deficiência à luz da Teoria das Representações Sociais (TRS), utilizando fotografias, como técnica, para a identificação dessas representações”. A pesquisa contou com 20 participantes (10 homens e 10 mulheres), englobando PcD e pessoas sem deficiência, divididos em dois grupos. O estudo utilizou fotografias para coletar os dados sobre as representações acerca da sexualidade das PcD. Os autores destacam, em seus achados, que

[...] as pessoas sem deficiência, [...] ancoraram, inicialmente, a deficiência à ideia de limitação, característica do modelo médico de compreensão da deficiência, e à ideia de heróis. Posteriormente, a sexualidade dessas pessoas foi ancorada no mito da hereditariedade da deficiência, no casamento como uma forma de superar as limitações e no questionamento quanto ao exercício dos direitos sexuais e reprodutivos pelas pessoas com deficiência. [...] também foi possível identificar o processo de objetivação, quando, na fala de um dos participantes, a ideia de limitação é desconstruída a partir da construção de

uma situação em que se pode conhecer mais sobre a pessoa com deficiência (CARVALHO; SILVA, 2021, p. 541).

Observa-se que, a partir de *conhecer mais* sobre a PcD, há uma desconstrução da limitação inicialmente percebida. Contudo, é importante destacar que, para as PcD,

[...] essa sexualidade foi ancorada ao preconceito social, que vivenciam em experiências pessoais semelhantes, assim como às emoções despertadas pelas fotos e ao nudismo, na cobrança social referente aos padrões estéticos de corpo ou como uma forma de afirmação (CARVALHO; SILVA, 2021, p. 541).

Portanto, os resultados do trabalho dos autores vêm reforçar a necessidade de conhecer melhor as PcD para que mitos sejam desconstruídos, também apontando para a necessidade de que todas as pessoas precisam entender as PcD como sujeitos de direitos. Os autores ainda enfatizam que a sexualidade das PcD deve ganhar mais destaque nos *discursos cotidianos*, e que “os direitos sexuais e reprodutivos, que aparecem nas falas dos participantes e nas discussões dos resultados, referem-se a leis que visam a garantir o livre exercício e a vivência da sexualidade, em todas as suas dimensões e de forma equitativa entre os sujeitos” (CARVALHO; SILVA, 2021, p. 541).

Para os autores, a produção científica é um dos caminhos para que haja conhecimento social sobre a legislação acerca dos direitos das PcD, e “adentrar os centros acadêmicos e encontrar-se ao alcance dos profissionais que estão em formação e que levam o seu conhecimento para a comunidade” pode ser uma das formas de materializar tal caminho.

Aqui, consideramos pertinente destacar que o conhecimento foi a maneira de *quebrar mitos*, e acreditamos que isso é importante principalmente entre as PcDI. Por esta razão, nossa pesquisa buscou como a Educação Sexual, no âmbito de escola especial, pode contribuir com a autopercepção das PcDI acerca da sua sexualidade, conforme explicitamos na introdução.

Já o estudo de Ana Cláudia Bortolozzi Maia e Paulo Rennes Marçal Ribeiro (2010, p. 159) teve foco na presença de ideias preconceituosas acerca da sexualidade de PcD, e de modo crítico e reflexivo, abordou mitos, como:

(1) pessoas com deficiência são assexuadas: não têm sentimentos, pensamentos e necessidades sexuais; (2) pessoas com deficiência são hiperssexuadas [*sic*]: seus desejos são incontroláveis e exacerbados; (3) pessoas com deficiência são pouco atraentes, indesejáveis e incapazes para manter um relacionamento amoroso e sexual; (4) pessoas com deficiência não conseguem usufruir o sexo normal e têm disfunções sexuais relacionadas ao desejo, à excitação e ao orgasmo; (5) a reprodução para pessoas com deficiência é sempre problemática porque são pessoas estéreis, geram filhos com deficiência ou não têm condições de cuidar deles.

A crença nesses mitos, de acordo com os autores, revela uma visão preconceituosa em relação à sexualidade das PcD, pois consideram-nas fora dos padrões convencionais de normalidade. Isso se torna um obstáculo significativo para a realização plena de suas vidas afetivas e sexuais, uma vez que são estigmatizadas devido à sua condição. Desmistificar essas noções equivocadas é fundamental para combater a discriminação social e sexual que prejudica a construção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva.

Para os autores, são ideias generalizadas com relação “[...] ao fenômeno da sexualidade e da deficiência e que traduzem um modo estereotipado de compreender a questão” (MAIA; RIBEIRO, 2010, p. 162). Os autores ainda destacam que é crucial compreender e desmistificar os equívocos e ideias errôneas que cercam a sexualidade das pessoas com deficiência, pois tais crenças têm o potencial de influenciar a todos, perpetuando relações discriminatórias e de domínio entre os não deficientes e deficientes, homens e mulheres com deficiência, assim como entre pessoas com diferentes níveis de comprometimento. A absorção dessas crenças por parte das pessoas com deficiência pode aumentar sentimentos negativos de desvalorização e restringir a expressão de uma sexualidade saudável. Já quando assimiladas por pessoas não deficientes, essas crenças podem justificar uma visão restrita e distorcida da vida sexual e afetiva das pessoas com deficiência, retratando-a como assexuada, frágil e desinteressante (MAIA; RIBEIRO, 2010).

Portanto, refletir sobre os estigmas ligados aos corpos com deficiência, considerar os limites subjetivos e objetivos para expressar afetividade e sexualidade, a partir de uma compreensão cultural e social da deficiência e da sexualidade, emerge como um caminho viável para combater a discriminação social e sexual. Essa reflexão contribui para a construção de uma sociedade mais inclusiva, alinhada com ideais de igualdade e respeito.

Como afirmaram Alana Nagai Lins de Carvalho e Joilson Pereira da Silva (2021), o meio acadêmico pode ser um caminho de auxílio, é nele que depositamos nossa confiança para contribuir com as PcDI e com outros estudos.

O trabalho de Fabíola Rohden (2009) relata experiência de formação a distância com profissionais de educação em uma iniciativa articulada da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres; Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial; Ministério da Educação; British Council e Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. O curso foi direcionado para professoras e professores do Ensino Fundamental, no ano de 2006, abrangendo seis municípios da rede pública.

O curso que Fabíola Rohden (2009, p. 157) relata buscou compreender “a dinâmica dos processos de discriminação na sociedade brasileira, especificamente o racismo, o sexismo e a homofobia, possibilitado o fortalecimento de ações de combate a essas discriminações”.

Embora o relato de Fabíola Rohden (2009) não seja especificamente para o público PcD, consideramos importante por se tratar de um curso a distância que promoveu conhecimento sobre as temáticas que abordou, auxiliando na formação (continuada) de professores. Também foi produzido material especificamente para o curso, o que nos faz refletir sobre as possibilidades de formação e criação de materiais específicos para auxiliar na formação de professores, mesmo que eles (ainda) não trabalhem com PcD.

O objetivo primordial do curso era sensibilizar os profissionais para os temas, e a autora enfatiza as discussões ocorridas nos fóruns promovidos pelo curso. Contudo, a autora também salienta que participantes solicitaram materiais que pudessem ser utilizadas em sala de aula, mas que não era o objetivo do curso, que atendeu aos seus objetivos propostos. Da experiência relatada por Fabíola Rohden (2009), depreendemos a possibilidade de sensibilizar colegas professores com cursos/formações sobre a temática da sexualidade/educação sexual das PcD, inclusive de modo remoto/a distância, o que podemos já, de antemão, destacar como sugestões para novas pesquisas/estudos na área.

Ana Flávia Teodoro de Mendonça Oliveira e Clarissa Martins de Araújo (2018) analisaram a representação cultural da deficiência e identificaram os estereótipos e as essencializações existentes no discurso sobre sujeitos com Síndrome de Down a partir de um artefato cultural midiático que produz narrativas sobre a pessoa com deficiência e sua sexualidade. Entre seus resultados, as autoras destacam que

as narrativas sobre a deficiência se articulam com um aparato conceitual, advindo de um saber médico, constituindo uma ideia de deficiência intimamente relacionada à questão biológica. Assim, apresentam-se as causas, o diagnóstico e os possíveis tratamentos oferecidos a esses sujeitos. Nesse jogo de forças, se por um lado os discursos produzem a ideia de uma sexualidade atrelada aos aspectos biológicos, por outro, produzem também a representação cultural de que as pessoas com deficiência podem usufruir de sua sexualidade, de uma vida a dois e da experiência da maternidade (OLIVEIRA; ARAÚJO, 2018, p. 215).

As autoras demonstram a dicotomia da representação cultural sobre a maternidade das PcD, especificamente com Síndrome de Down, no caso da pesquisa das autoras. Elas ainda *convidam* “a olhar com providência as formas de narrar a deficiência nos discursos midiáticos, atentando para as histórias que são contadas, para as maneiras como os sujeitos são

posicionados e, principalmente, para as relações de poder-saber produtoras de significados sobre as pessoas com deficiência” (OLIVEIRA; ARAÚJO, 2018, p. 227).

É esse olhar que ensejamos para com os PcD de nossa pesquisa, para possibilitar, através das intervenções propostas, uma produção de significados sobre elas mesmas que proporcione melhoria no contato com outras pessoas, sejam elas PcD ou não, partes de suas famílias, seus professores ou colegas, ou não.

Já o estudo de Ana Cláudia Bortolozzi Maia (2011b, p. 90), que aborda a *Educação sexual e a sexualidade no discurso de uma pessoa com deficiência*, investigou sexualidade e educação sexual de deficientes visuais, utilizando uma entrevista com uma mulher adulta cega de nascença. A autora conclui afirmando que “a sexualidade e a educação sexual são questões importantes que devem ser consideradas na educação geral de pessoas com deficiências”. Por concordarmos com a autora é que desenvolvemos esta pesquisa. Também concordamos com Ana Cláudia Bortolozzi Maia (2011b, p. 98), quando afirma que “a sociedade inclusiva deveria ser um espaço em que a diversidade seja reconhecida em todas as suas dimensões sociais, inclusive em relação à sexualidade e à educação sexual, pois se trata de um direito de todos, também de populações com deficiências”.

Bastos e Deslandes (2012) entrevistaram 14 pais de adolescentes PcD para saber como eles vivenciam as manifestações sexuais de seus filhos. Entre seus achados, as autoras destacaram que “a inadequação entre desenvolvimento físico e um comportamento sexual considerado socialmente impróprio também foi alvo de narrativas”, e apontaram “a necessidade de ampliação do debate com os adolescentes, seus pais e diversos setores da sociedade para minimizar os preconceitos em relação à sexualidade das pessoas com deficiência intelectual, propiciando a garantia de seus direitos sexuais” (BASTOS; DESLANDES, 2012, p. 1031).

Entre as considerações das autoras, julgamos pertinente salientar o medo de que os pais demonstraram de seus filhos sofrerem abuso, trazendo o tema da contracepção, mesmo a esterilização definitiva, para o âmbito das narrativas. Neste trabalho, como explicamos mais adiante, entendemos que é relevante destacar que as próprias PcDI precisam de educação sexual para evitar sofrer e praticar abusos, o que ainda não havíamos cogitado. Inicialmente, nossa inquietação foi despertada pela inadequação do comportamento, conforme relatamos na Apresentação desta dissertação, e por isso consideramos indispensável mencionar que a educação sexual das PcD também pode auxiliar em sua própria proteção.

Marlon Jose Gavlik Mendes e Fátima Elisabeth Denari (2019) investigaram a vivência da sexualidade pelas pessoas com deficiência por meio de pesquisa bibliométrica, analisando 20 artigos que abordaram o tema. Entre os achados dos autores, destacam-se discrepâncias entre

as representações sobre o tema que educadores e PcD, pois prevalecem o preconceito e a desinformação. Os autores também salientam a necessidade de novos estudos e da “construção de programas de educação sexual para alunos com deficiência” (MENDES; DENARI, 2019, p. 1357).

Concordamos com os autores, já que é notório que a educação sexual tem sido tabu em muitas famílias, além dos ataques que ela vem sofrendo nos últimos anos, em razão de um esforço político para sua *abolição*. Ousamos afirmar que o preconceito também sofre influência da desinformação, pois como vimos em Ana Cláudia Bortolozzi Maia e Paulo Rennes Marçal Ribeiro (2010) e Olga Maria Bastos e Suely Ferreira Deslandes (2012), mitos sobre hipersexualização ou assexualização ainda prevalecem, além da discriminação, abordada por Fabíola Rohden (2009). Acreditamos que, através da educação sexual das PcD e de ações de formação com os professores/educadores, é possível abrir um caminho para minimizar as discrepâncias das representações sobre as vivências sexuais das PcD, contribuindo para reduzir o preconceito, e que isso refletiria na qualidade de vida das PcD.

Alcilene Rodrigues Pereira, Carla Mercês da Rocha Jatobá Ferreira e Margareth Diniz (2020) estudaram pesquisas acadêmicas para verificar como essas produções expressam discursos sobre os corpos das mulheres *ditas com deficiência intelectual*. O corpus de pesquisa envolveu teses e dissertações (BDTD-IBICT e CAPES), além da Plataforma *SciELO* e no Grupo de Trabalho – GT 15 (Educação Especial) da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa – Anped. Os achados das autoras demonstram que

as produções discursivas reiteradas nas inúmeras pesquisas sobre os corpos das mulheres ditas com deficiência intelectual indicam que seus corpos são desconsiderados, evidenciando assim, a invisibilização dessas mulheres, bem como a reprodução de saberes que as fazem permanecer como corpos deficientes (PEREIRA; FERREIRA; DINIZ, 2020, p. 2).

Embora a busca das autoras tenha se concentrado na figura feminina, ousamos afirmar que essa invisibilidade pode ser extrapolada para os homens PcD também, pois conforme Ana Cláudia Bortolozzi Maia e Paulo Rennes Marçal Ribeiro (2010, p. 159), o preconceito acerca da sexualidade de PcD demonstra a crença em mitos, e um deles pontua serem essas pessoas “pouco atraentes, indesejáveis e incapazes para manter um relacionamento amoroso e sexual; [...] não conseguem usufruir o sexo normal e têm disfunções sexuais relacionadas ao desejo, à excitação e ao orgasmo [...]”. Acreditamos que esses preconceitos contribuam para invisibilizar *todas* as PcD.

Ainda consideramos pertinente destacar que Alcilene Rodrigues Pereira, Carla Mercês da Rocha Jatobá Ferreira e Margareth Diniz (2020) pontuam a falta de pesquisas que discutam a relação corpo, gênero e sexualidade das mulheres consideradas com deficiência intelectual. Podemos pensar além: é bastante possível que haja uma ausência de pesquisas em relação ao corpo, gênero e sexualidade das PcD em geral. Reafirmamos que o campo necessita de mais pesquisas, não apenas acerca dos corpos femininos das PcD, mas de todas as pessoas, principalmente para que se possa criar meios de combater abusos, já que é um dos medos dos pais de PcD, conforme demonstrou o trabalho de Olga Maria Bastos e Suely Ferreira Deslandes (2012).

Para superar a dicotomia da significação da sexualidade das PcD por elas mesmas e por educadores precisa, em nossa leitura, de ações/intervenções, no caso das PcD; e formações, sejam iniciais ou continuadas, no caso dos educadores. Em nossa leitura, tais ações/intervenções e formações pode contribuir com a diminuição do preconceito e proporcionar melhoria no contato com outras pessoas, PcD ou não, familiares ou não, professores e/ou colegas ou não. Também acreditamos que essa melhoria no contato/relacionamento com aqueles que as cercam refletiria em melhor qualidade de vida para as PcD.

3 DESCORTINANDO A SEXUALIDADE DAS PCD COM E PARA ELAS

Nossa coleta de dados ocorreu em uma instituição de educação especial da cidade de Laguna, no extremo sul de Santa Catarina, por meio de uma Proposta de Intervenção com oito estudantes de idades entre 18 e 40 anos de ambos os sexos.

Para a realização das intervenções, utilizamos a obra de Ana Cláudia Bortolozzi, Gisele Egidio Irirarte e Laís Augsten Galvão (2022), o *Manual Didático – Educação Sexual para Jovens com Deficiência Intelectual*, que descreve propostas de ações para cada encontro, vinculando temas a diferentes objetivos. O principal objetivo da proposta foi promover informação, autonomia e capacitação da pessoa com deficiência intelectual (PcDI) em relação à sua sexualidade, respeitando suas necessidades individuais e o seu bem-estar.

A proposta de intervenção foi dividida em 8 encontros com duração de 1h30min cada, cujos temas se vinculam a diferentes objetivos, como mostra o quadro 2.

Quadro 2 – Temas e objetivos dos encontros da Proposta de Intervenção

Temas	Objetivos
1) Retratos de conexão	Apresentar todos os participantes da proposta de Intervenção a fim de estabelecer um vínculo grupal e criar conexão com a temática da sexualidade
2) Conhecendo nosso corpo	Compreender a estrutura do corpo humano
	Promover a compreensão saudável da identificação e nomeação das partes do corpo feminino e masculino
3) Falando sobre Namoro	Promover uma conversa aberta e construtiva sobre namoro, relacionamentos e experiências pessoais
4) Público e Privado	Diferenciar ambientes públicos e privados e o que se pode fazer em cada um deles
5) Saúde íntima desvendada	Desenvolver noções de higiene e menstruação
6) Entendendo as IST e como se proteger	Ensinar o que é IST e como se proteger
7) Prevenção contra a violência sexual	Debater o que é violência sexual e como se proteger
8) Avaliação e reflexão	Oportunizar o diálogo para que os alunos expressem sobre o que acharam dos encontros e dos temas abordados
	Verificar o aprendizado dos alunos após a execução da proposta de intervenção

Fonte: elaborado pela pesquisadora.

Antes de iniciarmos o estudo de caso, foi realizada uma reunião com a direção, quando a proposta foi demonstrada. Os encontros ocorreram no mês de novembro de 2023, em datas previamente acordadas com a instituição. A maioria dos encontros teve a participação da coordenadora pedagógica. Também vale lembrar que a pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), cuja aprovação, sob o número 5.881.683, consta no anexo B desta dissertação. Em reunião com os responsáveis

dos participantes, foi obtido o consentimento por meio do TCLE, respeitando todos os preceitos éticos.

Aqui, vale lembrar que

A educação sexual inclusiva prevê o oferecimento de plenas condições dessas propostas para que todos e todas, independentemente de quaisquer limitações cognitivas, motoras, sensoriais e outras, possam se beneficiar e aprender sobre informações científicas em sexualidade humana, reflexões sobre a historicidade desse conceito e vivência, possibilidades de formação em atitudes seguras que possibilitem expressão saudável e prazerosa da sexualidade (BORTOLOZZI; IRIRARTE; GALVÃO, 2022, p. 6).

Desde o início do caminho percorrido durante a investigação, nossa proposta esteve atrelada à educação sexual emancipatória (NUNES, 1996; MELO et al., 2012; YARED; MELO; VIEIRA, 2015; YARED, 2016). Também convém rememorar que Gabriela Maria Duarte de Carvalho, Patrícia de Oliveira e Silva Pereira, Sonia Maria Martins de Melo e Vera Márcia Marques Santos (CARVALHO et al., 2012) destacam a necessidade de estarmos preparados para atender as manifestações sexuais das crianças, jovens e adultos, e que elas ocorrem em espaços diversos, não apenas nos lares dessas pessoas ou na escola, mas em **outros espaços educativos**, como a APAE.

Este capítulo está dividido em duas seções. Na primeira, relatamos cada um dos oito encontros, apresentando como os objetivos apresentados no Quadro 2 foram perseguidos. Durante a realização dos encontros, emergiram quatro categorias, que discutiremos na segunda seção deste capítulo: a) vergonha/medo; b) proibição/tabu; c) a urgência da formação e da informação; d) prevenção de abusos sexuais.

3.1 A EXECUÇÃO DA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Conforme já exposto, inspiramo-nos em Ana Cláudia Bortolozzi, Gisele Egidio Irirarte e Laís Augsten Galvão (2022) para desenvolver cada encontro da proposta de intervenção. As seções terciárias seguintes demonstram sua organização e os excertos que consideramos pertinentes para nossa investigação, possibilitando a demonstração das categorias encontradas nas subseções 3.2 a 3.5.

3.1.1 Primeiro encontro: entendendo a sexualidade

O primeiro encontro teve como tema *Retratos de conexão*. O objetivo foi que os participantes compreendessem a sexualidade de forma ampla. Para tanto, foram desenvolvidas

quatro atividades, além do encerramento, e sua duração foi, em média, de 90 minutos, conforme disposto no quadro abaixo.

Quadro 3 – Retratos de conexão

Tema	Atividades	Recursos	Tempo
Retratos de Conexão	1) Entrega dos crachás para cada participante	Caneta hidrocor, crachás e uma bola de borracha	40 minutos
	2) Realização da dinâmica <i>passa a bola</i> para a apresentação de todos os participantes a fim de estabelecer um vínculo grupal		
	3) Explicação geral de como serão os encontros		
	4) Diálogo em grupo para identificar e compreender sexualidade de forma ampla	Caneta hidrocor, revistas, tesoura, cola e cartolina	40 minutos
	5) Confeção de cartazes sobre a temática da sexualidade		
Encerramento	Anotar feedback	Não houve	10 minutos

Fonte: elaborado pela pesquisadora.

Nosso primeiro encontro foi iniciado solicitando que os participantes se colocassem dispostos em círculo, e cada um foi convidado a falar em voz alta seu nome ou como gosta de ser chamado, escrevendo no seu crachá (com auxílio quando foi necessário) e colocando no pescoço. Em seguida, partimos para a dinâmica *Passa a bola*, e cada participante completou a frase *Eu sou uma pessoa muito...* Assim, cada um apresentou alguma característica pessoal. Na sequência, o integrante com a posse da bola escolheu outro participante para dar continuidade e, conseqüentemente, fazer a sua apresentação.

Nesse primeiro dia, as atividades se desenvolveram muito bem, e observamos que, entre as características apresentadas, os participantes descreveram-se como: alegre, amigo, feliz, quieto e calmo.

Após essa primeira interação, foi explicado de forma detalhada como seriam os próximos encontros. Em seguida, foi realizado um momento de diálogo em grupo para identificar e compreender sobre sexo e sexualidade de forma ampla. Expôs-se abertamente o que é sexo e outras questões envolvidas dentro da temática da sexualidade para observar estrategicamente a reação e ação de cada participante.

A princípio, todos ficaram tímidos ao ouvir os termos. Alguns participantes riram baixinho e outros baixaram a cabeça. Como foram incentivados a participar, Gustavo disse: “*Aqui não pode falar, a professora briga*”. João concordou com ele, sinalizando afirmação com a cabeça. Já Amanda falou: “*eu vi na tv essas coisas*”, e Lucas finalizou o diálogo: “*é transar, tipo isso*”.

Aqui, consideramos importante lembrar o que “somos ainda, infelizmente, uma sociedade preconceituosa sobre a relação entre sexualidade e deficiências” (BORTOLOZZI; IRIRARTE; GALVÃO, 2022, p. 6). Como “em geral, não há propostas de Educação Sexual que considerem as pessoas com deficiência” (BORTOLOZZI; IRIRARTE; GALVÃO, 2022, p. 7), consideramos que a reação dos participantes foi condizente com o esperado.

Em seguida, para identificar qual o entendimento prévio e promover uma aproximação com a temática, foi solicitado aos participantes recortassem imagens de revistas que representassem, para eles, o que é sexo e sexualidade. Os recortes foram utilizados para a montagem de um cartaz, e finalizamos o encontro com a socialização das produções. As imagens escolhidas representavam casais se beijando, de mãos dadas, abraçados, também imagens de casamentos e de partes do corpo. Essas foram as principais escolhas dos alunos.

Figura 2 – Cartazes produzidos pelos participantes



Fonte: acervo da pesquisadora.

Nesse primeiro momento, percebeu-se que, no entendimento dos participantes, a questão da sexualidade está atrelada a relacionamentos, conquistas, sentimentos e corpos. Assim, foi possível identificar algumas informações importantes sobre a Educação sexual dos alunos e de que forma eles a vivenciam. Segundo Ana Cláudia Bortolozzi (2021, p. 87-88),

No desenvolvimento típico, o jovem adulto estabelece relacionamentos com intimidade e solidariedade e tem o desenvolvimento sexual completo. Aspirações sociais, como estudar em uma universidade, trabalhar, sair da casa dos pais, para as pessoas com deficiências, podem ser mais limitadas, novamente, pela dependência de outros, pela superproteção familiar e falta de suportes sociais que facilitem essas experiências. O corpo está amadurecido

completamente, mas no caso de deficiências intelectuais, a cognição não é compatível com o corpo desenvolvido.

Concordamos com a autora, quando observamos o entendimento dos participantes demonstrando a sexualidade atrelada aos relacionamentos, e que para as PcD, o que se pode considerar como *natural* para a maioria das pessoas, como a autonomia trazida pelo estudo universitário ou morar sozinho ou longe dos pais são opções que trazem limitações para muitas PcD. Na mesma obra, Ana Cláudia Bortolozzi (2021) ainda menciona dificuldades que se acumulam para as PcD, como ansiedade, baixa autoestima, entre outras.

Entre os participantes, apenas Mateus que não se pronunciou em nenhum momento. Os demais afirmaram ter vergonha de conversar sobre sexo com os pais e/ou responsáveis e professores. Lucas, que relatou: *“ah, meu irmão me ensina, até como pega mulhé. Eu vejo tudo no celular, à noite, eu gosto de ver namoro, eu gosto”*.

Ana Cláudia Bortolozzi (2021, p. 63-64) explica que

Falar sobre sexo já é um “tabu”, algo complexo, que as pessoas têm dificuldade e vergonha, porque remete ao fato de que sentimos prazer e isso, muitas vezes, em decorrência de anos de repressão, aprendemos a esconder, camuflar, disfarçar e assumir apenas a partir de certas situações permitidas socialmente: os modelos sociais de quando e com quem esse prazer sexual seria permitido. Daí soma-se uma condição desvantajosa que é a deficiência, uma limitação na vida da pessoa, em geral generalizada a outras esferas da vida da pessoa, tornando-se, um “duplo tabu”: sexualidade e deficiência, cujo assunto se torna mais complexo e “problemático” para muitos familiares, profissionais e até mesmo para as próprias pessoas envolvidas nessas condições; o assunto, muitas vezes, fica esquecido, deixado de lado, em segundo plano ou mesmo negado.

Por essa razão, a educação sexual é tão importante nas escolas. Ainda para Ana Cláudia Bortolozzi (2021), no ensino da Educação Sexual, transmitimos valores e ideias que se refletem em nossas ações individuais e coletivas, tanto no ambiente escolar quanto na vida diária. Isso abrange aspectos pessoais, pedagógicos, sociais e políticos. É fundamental refletir profundamente sobre esse processo, pois influencia tanto as interações diárias entre educadores e alunos, carregadas de valores e crenças, quanto as iniciativas formais de ensino da sexualidade.

Vale ressaltar que, em todo trabalho que se vale da observação participante, a primeira barreira que deve ser rompida é a barreira do pesquisador e pesquisado. É preciso que os participantes da pesquisa se sintam à vontade para compartilhar suas ideias, e isso requer confiança no pesquisador. Para isso, é necessário familiarizar-se com o universo imaginativo dos alunos, oportunizar a fala e expressões, a fim de que todos se sintam à vontade e acolhidos.

Ao final desse primeiro encontro, foi perceptível ver o interesse dos alunos diante dos temas abordados. Tiago comentou: “*quando a tia vem de novo? Eu gosto, ouvir isso*”. Esse feedback trouxe ainda mais incentivo para continuar a pesquisa.

3.1.2 Segundo encontro: conhecendo o próprio corpo sem tabus

O segundo encontro teve como tema o conhecimento do próprio corpo. O objetivo foi que os participantes pudessem (re)conhecer o próprio corpo sem sentir vergonha ou influência de tabus que pudessem impedir que se expressassem, além de demonstrar que expressões naturais de afeto não devem ser vistas com preconceito. Foram realizadas três atividades além do encerramento, conforme disposto no quadro abaixo.

Quadro 4 – Conhecendo nosso corpo

Tema	Atividades	Recursos	Tempo
Conhecendo nosso corpo	1) Dinâmica de alongamento	Música de relaxamento e essência	20 minutos
	2) Desenhos das partes do corpo humano em papel pardo	Papel pardo e caneta hidrocor	30 minutos
	3) Pareamento de imagens utilizando o telão	telão	30 minutos
Encerramento	Coletar feedback	Nenhum	10 minutos

Fonte: elaborado pela pesquisadora.

O segundo encontro foi iniciado com a dinâmica de alongamento corporal e movimentos conduzidos, a fim de promover a percepção do corpo, utilizando música relaxante para deixar o ambiente mais acolhedor. Na sequência, fixamos dois pedaços de papel pardo na parede, e com a participação de dois voluntários, um feminino e outro masculino, os estudantes contornaram seus corpos com caneta hidrocor.

Após o contorno dos corpos no papel pardo, cada estudante foi até o desenho, e em forma de rodízio, completaram a imagem com partes do corpo que estavam faltando. Notou-se que as mulheres se direcionaram ao cartaz com o desenho feminino; e os homens, ao cartaz com o desenho masculino.

Para dar continuidade à produção, os alunos desenharam o cabelo, as sobrancelhas, os olhos, o nariz, a boca e as orelhas. Na sequência, a pesquisadora perguntou aos estudantes se já haviam finalizado a produção, e todos concordaram que sim. Abaixo, a figura 3 demonstra as imagens produzidas no primeiro momento.

Figura 3 – Conhecendo nosso corpo (primeira parte da atividade)



Fonte: acervo da pesquisadora.

A pesquisadora questionou se o desenho estava completo ou se faltava alguma parte do corpo humano. José gargalhou e comentou: “*é feio desenhar ali, aquilo*”. A pesquisadora perguntou: “Mas o que é aquilo”? “*Piroca*”, disse ele.

A partir disso, os outros estudantes também relacionaram os nomes das partes íntimas com apelidos cotidianos, como contou a Amanda: “*Na menina é perereca, profe, e xoxota também*”. Já Lucas levantou a mão e falou: “*olha aqui, é pênis e vagina, mas não gosto de dizer, tenho vergonha*”.

Conforme já mencionamos antes, na subseção 2.4, a educação sexual tem sido tabu em muitas famílias, também tendo sofrido ataques nos últimos anos, em razão de um esforço político para sua *abolição*. Como destacaram Marlon Jose Gavlik Mendes e Fátima Elisabeth Denari (2019, p. 1357), prevalece o preconceito e a desinformação, sendo necessários estudos e a “construção de programas de educação sexual para alunos com deficiência”.

Também como afirmamos anteriormente, acreditamos que, por meio da educação sexual das PcD e de ações de formação com os professores/educadores, existe a possibilidade de traçar caminhos para minimizar as discrepâncias das representações sobre as vivências sexuais das PcD, contribuindo para reduzir o preconceito, e porque não dizer, também a vergonha.

Conforme pontuam Ana Cláudia Bortolozzi e Teresa Vilaça (2020), a sexualidade é um tema complexo e ainda é um tabu. Para as autoras, “a sexualidade aliada à deficiência torna-se um ‘duplo tabu’, o que significa, para muitos(as) professores(as), um desafio” (BORTOLOZZI, VILAÇA, 2020, p. 93). Contudo, como afirmamos neste capítulo, é necessário que os alunos se sintam confiantes e à vontade para que possam se expressar.

Nesse sentido, percebe-se que, ao abordar esse assunto, os estudantes relacionaram a proibição, somada ao fato de que, quando eles comentavam com familiares e professores algo

relacionado com a sexualidade, surgia a pergunta: “*Onde foi que você aprendeu isso*”? Dessa forma, abordar o tema fica caracterizado como algo proibido, ruim.

Ana Cláudia Bortolozzi e Teresa Vilaça (2020, p. 33) também pontuam a questão da repressão sexual, fundamentadas em Foucault, informando que ela ocorre também por meio de imposição, e não apenas através de imposições e censura, e que todas as sociedades vivem sob repressão sexual, pois há regras comportamentais que determinam o que é proibido, além de imposições “(‘faça assim’, ‘seja assim’)”. Portanto, podemos perceber a importância da educação sexual, principalmente das PcD, para que elas possam compreender e se autoperceber para que seu comportamento não seja *destoante* do esperado pela sociedade em que vivemos, mas que possam ser superados mitos e quebrados tabus.

Na sequência foram expostas imagens ilustrativas dos corpos feminino e masculino, indicando e nomeando partes do corpo, como vagina, vulva, pênis, testículos, mamas, grandes lábios, pequenos lábios e clitóris. Para explicitar as funções dessas partes do corpo, foram feitas perguntas para que essas partes do corpo pudessem ser nomeadas adequadamente. São exemplos perguntas como: qual é a importância dessa parte do corpo? Para que serve essa parte do corpo?

Após a exposição, João comentou: “*tanto nome é esse, difícil, é engraçado*”. A partir desse momento, já foi possível perceber que os alunos demonstravam estar mais seguros em se expressar. Assim, finalizamos o encontro solicitando aos estudantes que completassem os seus desenhos com a parte do corpo que estivesse faltando e nomeando-as. Novamente, João foi o primeiro a se expressar: “*falta o pênis ali*”.

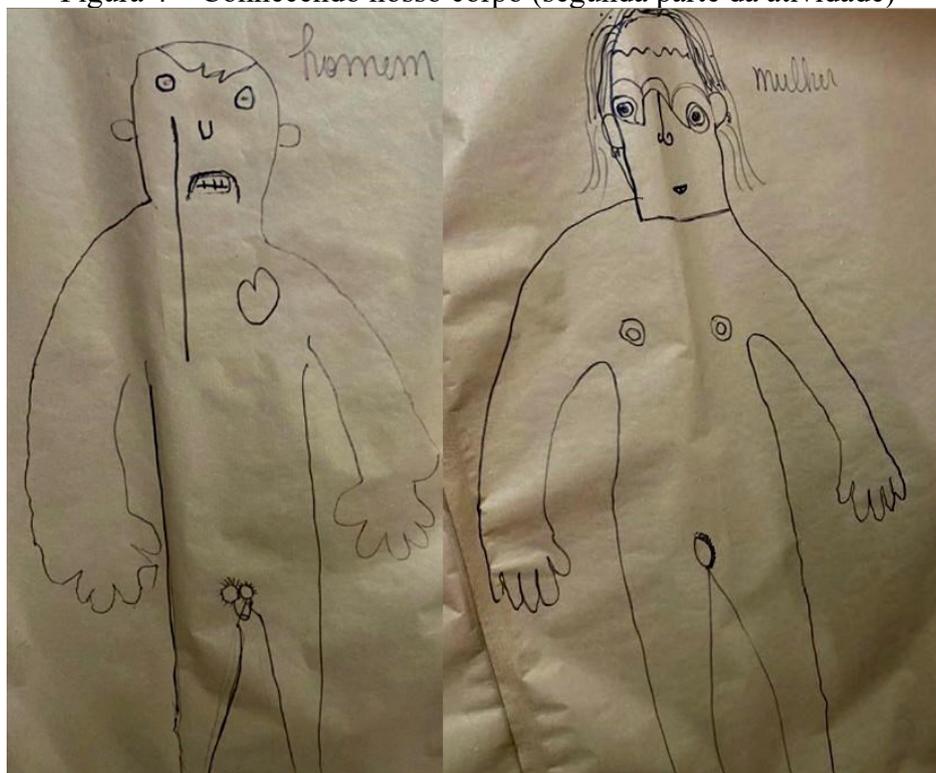
Ao final desse encontro e enquanto finalizavam o desenho com as partes, era ainda mais visível que os estudantes já estavam mais seguros e confortáveis para dialogar sobre o assunto.

Aqui, lembramos que Ana Cláudia Bortolozzi (2021, p. 10) nos alerta que

O que torna a sexualidade da pessoa com deficiência uma questão tão complexa é um conjunto de fatores: a escassez de estudos, o preconceito, a desinformação e os valores associados ao tipo de Educação Sexual que eles recebem. Esses fatores somados implicam um comprometimento do aspecto psicossocial da sexualidade dessas pessoas. As diferenças marcantes entre a sexualidade da pessoa com deficiência e a sexualidade das pessoas sem deficiência parecem estar mais associadas ao tipo de Educação Sexual que elas recebem do que às potencialidades de desenvolvimento de sua sexualidade que, em tese, poderia ser plena, uma fonte de prazer e de realização pessoal.

Portanto, ousamos afirmar que, a partir das intervenções, com mais informação, os alunos, com as informações da intervenção, já conseguiam se expressar sem sentir a vergonha mencionada anteriormente. A figura abaixo mostra o desenho finalizado pelos participantes do encontro.

Figura 4 – Conhecendo nosso corpo (segunda parte da atividade)



Fonte: acervo da pesquisadora.

3.1.3 Terceiro encontro: a naturalidade dos relacionamentos

No terceiro encontro, o tema abordado foi *Relacionamentos*. O objetivo foi que os participantes compreendessem alguns dos relacionamentos desenvolvidos entre as pessoas, como namoro e amizade. Foram realizadas três atividades além do encerramento, conforme disposto no quadro da página seguinte.

Quadro 5 – Falando sobre relacionamentos

Tema	Atividades	Recursos	Tempo
Falando sobre Relacionamentos	1) Discussão sobre os diversos tipos relacionamentos e experiências pessoais	Nenhum	30 minutos
	2) Dinâmica namoro x amizade	Caixas de sapatos e imagens de revistas	50 minutos
	3) Encenação teatral sobre sentimentos	Não houve	
Encerramento	Coletar feedback		

Fonte: elaborado pela pesquisadora.

No início do encontro, abrimos os trabalhos com as seguintes perguntas: O que é namoro? Vocês já namoraram? Tem vontade de namorar? As primeiras respostas foram contidas e curtas, mas um vínculo foi desenvolvido no decorrer do processo.

Como os alunos já se sentiam um pouco mais à vontade, Gustavo perguntou: “*é beijar namorada né, namoro?* Lucas também se expressou, informando: “*eu já tive namorada*”. Continuou ele: “*Ela é de outra Apat, a gente namorou lá na festa da escola*”. Já Maria contou: “*Eu só paquero mesmo, beijo, carinho, essas coisas, escondido*”. José também participou, informando: “*Eu tenho namorada, a gente se vê final semana, eu vou sempre lá na casa dela ver ela*”.

A partir das respostas dos colegas, os alunos foram ficando mais descontraídos e passaram boa parte do tempo falando de suas experiências e como se relacionavam. Um ficava *entregando* o outro, contando quem *pegava* quem. A maioria dos relatos informou que os relacionamentos acontecem na escola, pois é ali que a maioria estabelece seus vínculos.

Assim, mais uma vez se destaca a importância da educação sexual nas escolas, especialmente nas escolas para PcD. Ana Cláudia Bortolozzi (2021, p. 12) pontua que,

[...] na medida em que olhamos, cada vez mais, somente para aquilo que dominamos (nossas próprias concepções, valores, conceitos, preconceitos, etc.) não nos esclarecemos, ou nos tornamos pouco dispostos a conhecer uma imensidão de saberes e de vivências da sexualidade humana, eventualmente distantes da nossa trilha...

Trazer informações para os alunos por meio da educação sexual alarga seus horizontes. Conforme assinalamos na Introdução desta pesquisa, é importante articular com a escola as questões de desenvolvimento e expressão da sexualidade da PcD, considerando que essas possuem necessidades, impulsos e desejos, e vivenciam as questões sexuais como todos os outros jovens e adultos.

Na sequência, foi realizado a dinâmica intitulada *Namoro e amizade*. Sobre a mesa, foram expostas diversas imagens que representavam o namoro (casais de mãos dadas, inclusive

casais homoafetivos, com deficiência, negros e brancos, casais se beijando e trocando carícias) e outras que representam amizade (rodas de amigos, momentos de lazer, rodas de conversa).

Em forma de rodízio, cada participante escolheu uma imagem, socializou com o grupo e relatou o que representava para si. Duas caixas foram colocadas à disposição, uma delas com a palavra *namoro*; e na outra, *amizade*. A pessoa escolhia em qual a caixa que guardaria a sua imagem.

A dinâmica desenvolveu-se muito bem, e todos os participantes descreveram com coerência o que a imagem estava representando para eles. Falas se destacaram nesse processo, como a de João, quando apresentou a imagem de um casal homoafetivo de mãos dadas. “*Esse aqui é gay, meu tio também gosta de homem*”. Na sequência, Maria relatou: “*mulhé com mulhé também tem*”. Amanda apresentou a imagem de um casal heterossexual cadeirante: “*Como esses aqui conseguem namorar, né?*”

Figura 5 – Dinâmica *Namoro e amizade*



Fonte: acervo da pesquisadora.

Conforme ocorreu o andamento da dinâmica, reforçou-se o quão diversos os casais podem ser e o quanto suas escolhas podem ser livres e sem preconceito. Conforme a Declaração de Salamanca (1994, p. 15), é preciso superar preconceitos e má informação para poder difundir “otimismo e imaginação sobre as capacidades das pessoas portadoras de deficiência”.

José socializou a imagem de um grupo de amigos e relatou: “*é legal, assim, mas não gosto de abraço na minha namorada*”.

Esse foi o momento ideal para abordar temas relacionados às emoções, assunto que já estava planejado para finalizarmos o encontro. Falamos sobre tristeza, medo, alegria, ciúmes,

raiva e possessividade. Para construir um diálogo, indagamos os participantes: “o que você sente quando seu namorado(a) demonstra interesse por outra pessoa”? “Qual atitude devemos tomar nessa situação”? “O que você sente quando alguém fala mal de você, ou quando alguém te obriga a fazer alguma coisa”?

Para finalizar, com a ajuda de três voluntários, encenamos uma breve situação de ciúmes no relacionamento, em que Maria e Tiago eram namorados, e Pedro, o colega que elogiava Maria. Criamos um momento de diálogo em que todos tiveram voz, compartilhando seu ponto de vista, sua vivência e como agiriam de maneira correta, entendendo e respeitando suas emoções.

Os participantes expressaram suas impressões: “*Não é legal dar em cima dos outros*”, disse Amanda. Maria também se pronunciou: “*Tem que respeitar, dizer que só amizade pode*”. José concluiu: “*Se eu fosse o Tiago, já tinha dado raiva, mas passa, depois*”.

Fundamentada em Buscaglia (1997), Ana Cláudia Bortolozzi (2021, p. 68) destaca a dificuldade de socialização para as PcD, e que é necessário incentivar educadores e pais para que estimulem seus alunos e filhos

a vivenciarem maiores contatos que permitam desenvolver relacionamentos saudáveis. [...] o ajustamento social da pessoa com deficiência se deve mais a uma autoimagem favorável, ao desenvolvimento das capacidades de socialização e de produção do que à natureza da deficiência ou sucesso ou fracasso acadêmico, isto é, deve-se fundamentalmente ao desenvolvimento saudável de sua sexualidade proporcionado por uma inserção social mais ampla.

Assim, voltamos a afirmar a necessidade de uma educação sexual emancipatória para as PcD, possibilitando uma socialização saudável e contribuindo para uma inserção social adequada e ampla para essas pessoas, pois conforme destacam Ana Cláudia Bortolozzi e Teresa Vilaça (2020, p. 52), “no desenvolvimento típico, o jovem adulto estabelece relacionamentos com intimidade e solidariedade e tem o desenvolvimento sexual completo”.

3.1.4 Quarto encontro: o que se mostra e o que se esconde

O quarto encontro abordou Noções de público e privado. O objetivo foi demonstrar a naturalidade de que há comportamentos que são naturalmente aceitos, e outros não. Assim, foram realizadas duas atividades além do encerramento, conforme disposto no quadro da página seguinte.

Quadro 6 – Noções de público e privado

Tema	Atividades	Recursos	Tempo
Noções de público e privado	1) Discussão sobre noções de Público e Privado	Leitura do texto	25 minutos
	2) Atividade das plaquinhas com os símbolos Proibido (X em vermelho) e Permitido (em verde)	Telão e plaquinhas coloridas	50 minutos
Encerramento	Coletar feedback	Não houve	15 minutos

Fonte: elaborado pela pesquisadora.

Para dar início ao quarto encontro foi realizado um momento de diálogo sobre situações cotidianas relacionadas a comportamento, quando foi esclarecido o conceito e a importância da privacidade.

Na sequência, foi realizada a atividade das plaquinhas, que significavam *proibido* (: vermelho) e *permitido* (verde). Com a ajuda do telão, foram expostas diferentes imagens de lugares/ambientes (rua, ônibus, cozinha, quarto, banheiro, entre outros), e realizadas as seguintes perguntas: “Nesse local, é adequado namorar? Ter relações íntimas? Masturbar-se?” De imediato, as respostas foram surgindo: “Ah, professora, ali no ônibus pode até beijar, eu beijo”, disse Lucas. Amanda complementou, “mas no banheiro da escola e escondido não pode, né, Lucas?” (risos).

Na sequência, as imagens selecionadas foram sendo apresentadas uma a uma, e os alunos foram sinalizando com a plaquinha, se era permitido ou proibido. Conforme o andamento da atividade, foi reforçado o quão importante e crucial é respeitar os limites sociais, a interação de maneira adequada em diferentes contextos, de forma saudável e segura. Nessa atividade, os alunos não dialogaram muito, mas as respostas com as plaquinhas foram satisfatórias, pois eles indicavam de maneira correta os locais apropriados para manifestar a privacidade.

Ao apresentar nossa justificativa e objetivos para esta pesquisa, mencionamos a vulnerabilidade das PcD. De acordo com a UNESCO (2009, p. 2, tradução nossa),

Poucos jovens recebem uma preparação adequada para sua vida sexual. Isso os deixa potencialmente vulneráveis à coerção, ao abuso e à exploração, à gravidez indesejada e às infecções sexualmente transmissíveis (IST), incluindo o HIV. Muitos jovens chegam à idade adulta confrontados com mensagens contraditórias e confusas sobre sexualidade e gênero. Isso é frequentemente agravado pelo constrangimento, pelo silêncio e pela desaprovação da discussão aberta de questões sexuais por parte dos adultos, incluindo pais e professores, precisamente quando é mais necessário. Existem muitos contextos em todo o mundo onde os jovens estão se tornando sexualmente maduros e ativos em idade mais precoce. Eles também vão se

casar mais tarde, estendendo, assim, o período desde a maturidade sexual até o casamento.¹²

Embora o texto se refira aos jovens em geral, e não especificamente às PcD, concordamos com Ana Cláudia Bortolozzi e Teresa Vilaça (2020, p. 60), quando as autoras afirmam que “as pessoas com deficiência têm maiores riscos, comparadas aos seus pares, de sofrer violência sexual, principalmente na infância. Em decorrência de alguns limites impostos pela deficiência, aumenta-se a vulnerabilidade diante de situações de risco com agressores”. Além disso, como já afirmamos, a educação sexual tem sido tabu em muitas famílias, contribuindo para o desconhecimento e, conseqüentemente, com a vulnerabilidade, tanto dos mais jovens quanto das PcD. Reforçamos, ainda, a afirmação de Marlon Jose Gavlik Mendes e Fátima Elisabeth Denari (2019, p. 1357), quando os autores pontuam a necessidade de novos estudos e da “construção de programas de educação sexual para alunos com deficiência”.

Dessa forma, parece-nos que fica evidente a necessidade de trabalhar a educação sexual das PcD, tanto ou mais que com todos os outros jovens e crianças. Nossas intervenções, inspiradas no trabalho de Ana Cláudia Bortolozzi, Gisele Egidio Irirarte e Laís Augsten Galvão (2022), podem ser consideradas para o desenvolvimento de atividades com as PcD, adaptando para as necessidades e a realidade de cada grupo. A figura abaixo demonstra as *plaquinhas* utilizadas na atividade e exemplos de lugares mostrados ao grupo.

Figura 6 – Imagens utilizadas na Atividade das *plaquinhas*



Fonte: acervo da pesquisadora.

¹² “Few young people receive adequate preparation for their sexual lives. This leaves them potentially vulnerable to coercion, abuse and exploitation, unintended pregnancy and sexually transmitted infections (STIs), including HIV. Many young people approach adulthood faced with conflicting and confusing messages about sexuality and gender. This is often exacerbated by embarrassment, silence and disapproval of open discussion of sexual matters by adults, including parents and teachers, at the very time when it is most needed. There are many settings globally where young people are becoming sexually mature and active at an earlier age. They are also marrying later, thereby extending the period of time from sexual maturity until marriage”.

3.1.5 Quinto encontro: cuidados conosco

O tema do quinto encontro foi a saúde íntima. O objetivo foi demonstrar que cuidados íntimos são necessários, e que todas as pessoas devem desenvolvê-los. Duas atividades foram utilizadas para falar sobre o assunto, além do encerramento, conforme disposto no quadro da página seguinte.

Quadro 7 – Saúde íntima desvendada

Tema	Atividade	Recursos	Tempo
Saúde íntima desvendada	Desenvolver noções de higiene	Diálogo em grupo	25 minutos
	Falando sobre Menstruação	Vídeo do YouTube	50 minutos
Encerramento	Coletar feedback	Não houve	15 minutos

Fonte: elaborado pela pesquisadora.

Iniciamos o encontro dialogando sobre a importância da saúde íntima para o bem-estar geral e para a prevenção de infecções, desconfortos e problemas mais sérios, como também a sua ligação com a autoestima. A participação dos alunos ocorreu desde o início: “*Eu sou sempre cheirosa, professora*”, disse Amanda.

Na sequência, a pesquisadora abordou a temática da menstruação. Percebeu-se um silêncio geral e semblantes envergonhados, principalmente das meninas, mas ninguém se pronunciou. Em seguida, a pesquisadora apresentou a eles, no telão, a imagem do aparelho reprodutor feminino, destacando a nomeação das partes que o compõe, como: útero, tubas uterinas, ovário e vagina, complementando com uma breve explicação de como o ciclo menstrual acontece.

Foi destacado que a menstruação é um fenômeno natural e normal, e através de um vídeo descontraído, intitulado *Se menstruação fosse uma pessoa: comportamento da menstruação em pessoa no ciclo menstrual* (DR Oficial, 2016), foram abordadas situações fatores que ocorrem durante esse ciclo, como cólicas, mudança de humor, vontade de comer doces, a questão do nojo, entre outras, com o objetivo de desconstruir os estigmas da menstruação atrelados à vergonha e ao sujo.

Após a finalização, Mateus falou: “*É assim mesmo! (risos) Minha mãe fica irritada*”. Para finalizar, a pesquisadora mostrou imagens dos variados tipos de absorventes e suas funções, e através de uma demonstração prática, utilizando um absorvente convencional, a aluna Maria fez uma demonstração do descarte correto. “*É assim mesmo que faço, minha mãe já me ensinou*”, disse Amanda.

A figura 7 ilustra imagens utilizadas com os participantes durante o diálogo com o grupo.

Figura 7 – Imagens utilizadas na atividade a) Aparelho reprodutor feminino; b) Tipos de absorvente e suas funções



Fonte: a) Santos [s.d.]; b) Área Mulher (2020).

Ana Cláudia Bortolozzi (2021, p. 126-127) pontua que a sexualidade como parte da saúde, ao descrever o estudo de Vieira e Coelho (2014):

O acesso a informações sobre sexualidade, segundo os/as jovens, é pouco e quando precisam recorrem à família e aos/as amigos e quando havia informações, o local era a escola ou a televisão, basicamente com um discurso proibitivo e punitivo ou para abordar temas como menstruação, uso de preservativo e também a afetividade.

A autora ainda pontua que o mesmo estudo conclui que os jovens com deficiência frequentemente enfrentam falta de informação sobre sexualidade (BORTOLOZZI, 2021). Muitas vezes, seus familiares tendem a negar ou controlar sua sexualidade, impondo restrições e oferecendo pouca orientação sobre comportamentos preventivos contra infecções e violência. A pesquisa também aponta que participantes com deficiência intelectual, apesar de possuírem desejos naturais, enfrentam desafios ao vivenciarem sua sexualidade devido à escassa atenção e falta de educação sexual. Isso os expõe a situações de risco ou os leva a internalizar a negação da sua sexualidade, resultando em frustrações e angústias causadas pela imposição social.

Percebemos, mais uma vez, que pesquisas demonstram que a falta de informação contribui para a vulnerabilidade das PcD, e o assunto sexualidade é um tabu na maioria dos lares. Em reportagem recente para o Estadão, Jéssica Lopez (2022) entrevistou PcD e profissionais que trabalham com elas. A psicóloga e doutora em Ciências Teresa Helena Schoen, uma das entrevistadas, afirma que a abordagem da sexualidade em pessoas com

deficiência continua sendo um tópico limitado, devido a questões como valores familiares e a visão de ser um assunto estritamente privado. Profissionais têm dificuldade em lidar com esse tema, havendo crenças errôneas de que essas pessoas são assexuadas ou hipersexuais, quando na verdade precisam de educação sexual para compreender seus corpos, emoções e desejos.

Ainda para Schoen, a discussão sobre sexualidade inclui questões práticas, como lidar com situações cotidianas, como menstruação ou ereção, requerendo uma abordagem adaptativa para que a pessoa com deficiência possa resolver problemas, respeitar os outros e contribuir com sua comunidade. É crucial promover o debate sobre sexualidade, especialmente quando se trata dessa população (LOPEZ, 2022).

As afirmações da entrevistada corroboram os dados que trouxemos até o momento, em nossa pesquisa, e podemos destacar a importância de um trabalho voltado para a educação sexual, especialmente das PcD.

3.1.6 Sexto encontro: estendendo os cuidados íntimos relacionados à sexualidade

Para o sexto encontro, o tema preparado foi entender o que são Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) e como se proteger delas. O objetivo foi demonstrar que, entre os cuidados íntimos, há aqueles que dizem respeito à sexualidade, como o uso de preservativos para proteção contra IST e para evitar uma gravidez indesejada. Três atividades foram preparadas para trabalhar com os participantes, conforme o quadro abaixo.

Quadro 8 – Entendendo a IST e como se proteger

Tema	Atividade	Recursos	Tempo
Entendendo a IST Como se proteger	Ensinar o que é e como se proteger das IST	Diálogo Em grupo	25 minutos
	Apresentação e leitura dos encartes	Encartes ilustrativos	25 minutos
	Apresentação dos tipos e usos dos preservativos e gravidez na adolescência	preservativos	25 minutos
Encerramento	Coletar feedback	Não houve	25 minutos

Fonte: elaborado pela pesquisadora.

Iniciamos o encontro com a seguinte pergunta: “Vocês sabem ou já ouviram falar em infecções sexualmente transmissíveis”? Pedro prontamente respondeu: “*Sim, Aids, né?*”? Na sequência, a pesquisadora deu oportunidade para que outros participantes se manifestassem, mas não houve pronunciamento.

Então, a pesquisadora passou a apresentar, ao grupo, encartes e preservativos que estão disponíveis no posto de saúde do município. Nesse momento, Maria falou: “*Eu já vi lá, quando*

tomei vacina”. Cada participante recebeu o seu, e conforme a pesquisadora foi realizando a leitura, os alunos acompanhavam atentamente, observando as imagens. O material é lúdico e contribuiu bastante.

Durante a conversa, foi explicado que existem várias IST, e que podem ser transmitidas por meio de relações sexuais desprotegidas, algumas das mais comuns são HIV/AIDS, sífilis, herpes genital, gonorreia e clamídia. No decorrer da atividade, os participantes foram orientados sobre alguns sinais e sintomas de IST, para que possam identificar e perceber seu próprio corpo, como identificação de odores, coceiras e outras mudanças corporais. “*Eu falei pra minha tia que minha xoxota estava coçando muito e me levou na doutora*”, disse Maria. Aqui, percebemos que Maria conseguiu identificar uma situação vivenciada por ela em que foi necessário buscar ajuda, o que é importante para as PcD.

Ainda durante a atividade, foi destacada a importância do uso de preservativos, tanto para a proteção de doenças quanto para evitar gravidez indesejada, que foi o assunto do segundo encarte utilizado, que abordava os seguintes temas: adolescência e suas características, maternidade precoce e os riscos para a saúde da adolescente, consequências de uma gravidez precoce (na família, na vida escolar, no trabalho), e métodos contraceptivos.

A pesquisadora ainda explicou que, em sua visita ao posto de saúde para o recolhimento dos materiais, também trouxe preservativo feminino e masculino, e que eles podem ser retirados gratuitamente. Cada um deles foi aberto para mostrar aos participantes. Nesse momento, questionamos: “Vocês já conheciam? Sabem para que servem”? João, em tom de brincadeira, falou: “Pra não pegar doença e pra não engravidar a menina, mas eu e meu primo já enchemos um que virou balão”. Todos riram nesse momento. Nenhum dos alunos havia visto ou ouvido falar sobre o preservativo feminino.

Simulamos como utilizar, utilizando as mãos sobre o preservativo feminino. Todos acharam estranho e grande, mas demonstraram curiosidade para saber como utilizá-lo. Para concluir a atividade, também abordamos o uso das pílulas anticoncepcionais para a prevenção da gravidez indesejada e a importância do acompanhamento médico.

Ana Cláudia Bortolozzi (2021) esclarece que é essencial explicar sobre as IST e ressaltar a importância dos preservativos para prevenir não apenas a gravidez e para evitar IST. É fundamental enfatizar que a sexualidade pode ser gratificante, desde que praticada com responsabilidade e segurança. Ainda para a autora, deve-se informar sobre os sinais e sintomas das IST para que os participantes possam identificá-los e procurar assistência médica. A autora também pontua que é aconselhável prestar atenção a sinais como odores, coceiras e outras

mudanças no corpo, buscando ajuda médica se notarem essas alterações, como fizemos, e tivemos a participação e Maria, que compartilhou sua experiência.

Para Ana Cláudia Bortolozzi (2021), é crucial enfatizar que o corrimento é uma ocorrência normal no corpo feminino, mas é importante estar atento a odores desagradáveis ou mudanças na cor, que podem indicar um problema e exigir atenção médica.

Na obra *Sexualidade e deficiência: uma releitura*, Ana Cláudia Bortolozzi (2021, p. 79) questiona se o desenvolvimento de materiais explicativos por campanhas de saúde pública considera as PcD: “Parece-me que não, porque toda a sociedade tem uma estrutura ‘normativa’, isto é, é organizada em função de certos padrões de pessoas e as pessoas com deficiências costumam ser esquecidas, especialmente no campo da sexualidade, sendo cada vez mais invisíveis [...]”.

A figura abaixo mostra as publicações utilizadas na atividade da pesquisa, e não há qualquer menção específica às PcD.

Figura 8 – Publicações educativas sobre sexualidade disponíveis em postos de saúde



Fonte: acervo da autora.

Ainda é pertinente destacar que, segundo Ana Cláudia Bortolozzi (2021, p. 102),

Na década de 90 e nos anos 2000, a deficiência e a sexualidade foram relacionadas à prevenção de infecções sexualmente transmissíveis e em propostas de Educação Sexual e, mais recentemente, têm sido discutidas como uma questão de direito. A maioria dos relatos científicos sobre a sexualidade da pessoa com deficiência refere-se à deficiência intelectual.

Ainda assim, nossa pesquisa não encontrou, na revisão de literatura apresentada na subseção 2.4, políticas públicas que abordassem esse tema, nem mesmo formação para os professores abordando o tema. Logo, voltamos a enfatizar a importância da preparação de educadores que trabalham com PcD, para que possam ser preparados para abordar o tema com seus alunos e para lidar com situações como a da experiência pessoal que descrevemos na introdução desta dissertação, uma das motivações para a pesquisa.

3.1.7 Sétimo encontro: reconhecendo a violência

O tema do sétimo encontro foi a prevenção contra violência sexual, utilizando o livro *Tuca e Juba – prevenção de violência sexual para adolescentes* (JACOB, 2018), cuja capa reproduzimos na página seguinte. O objetivo foi que os participantes pudessem entender o que é violência sexual para que, assim, entendessem como se proteger.

O encontro foi organizado partindo de uma discussão sobre como se proteger da violência sexual, seguida pela utilização de atividades do livro, conforme ilustra o quadro 9, abaixo.

Quadro 9 – Prevenção contra violência sexual

Tema	Atividade	Recursos	Tempo
Prevenção contra violência sexual X	Discussão sobre o que é e como se proteger da Violência sexual, apresentação do livro Tuca e Juba	Livro Tuca e Juba Prevenção de violência Sexual para adolescentes	25 minutos
	Atividades do livro	x	50 minutos
Encerramento	X	x	15 minutos

Fonte: elaborado pela pesquisadora.

Segundo a apresentação no website da Amazon Books,

[...] é um livro que convida as garotas e os garotos a pensarem sobre consentimento, relacionamentos, autoestima e sentimentos, utilizando toda a linguagem visual e digital da era da internet e redes sociais. Com personagens que desconstróem estereótipos e se aproximam da representação de pessoas reais, com toda a potência da diversidade, a obra é uma poderosa ferramenta de prevenção da violência sexual que dialoga de forma honesta e descomplicada com as leitoras e os leitores.

Embora o livro não seja especificamente desenvolvido para PcD, no campo das atividades há ilustrações que parecem buscar uma inclusão de todas as pessoas, inclusive as PcD, conforme demonstra a figura 10, após a ilustração da capa. Por esta razão, escolhemos a

publicação para utilizar nesse encontro, já que não encontramos materiais desenvolvidos especificamente para abordar a educação sexual das PcD.

Figura 9 – Capa do livro utilizado para abordar a prevenção de violência sexual



Fonte: Jacob (2018, capa).

Figura 10 – Atividade do livro *Tuca e Juba*

Fonte: Jacob (2018, s.p.).

Para iniciar o sétimo encontro, um breve diálogo sobre o que é e como se proteger da Violência sexual foi realizado com os participantes. Foi perguntado aos alunos o que vinha em mente quando escutavam a palavra *Consentimento*. Apenas José e Tiago se pronunciaram. “Olha, quer dizer que pode deixar alguma coisa”, José comentou, e Tiago complementou: “é que pode, né? Permitir...”.

Na sequência, cada aluno recebeu uma cópia do livro *Tuca e Juba*, lemos juntos e desenvolvemos as atividades. É importante destacar que o livro convida os adolescentes a pensarem sobre consentimento, relacionamentos saudáveis, autoestima, sentimentos e conceitos sobre violência sexual, além de ser todo ilustrativo e interativo.

Destacamos, já de início, a primeira atividade do livro, que solicitava aos alunos que se desenhasssem, observando seus detalhes, como *pessoa única, especial e inconfundível*. Os alunos se desenharam de forma livre, respeitando suas preferências. Pela ilustração da página seguinte, podemos perceber que, ao comparar com a atividade do papel pardo do segundo encontro, as intervenções sobre educação sexual já surtiram efeito, visto que os alunos tinham vergonha de desenhar as partes íntimas e nomeá-las.

Na sequência, o livro apresenta atividades interativas através de *Quiz*. A pesquisadora ia lendo as questões e os alunos iam respondendo oralmente o que consideravam *certo* ou *errado*, incentivando para que refletissem para registrar suas respostas.

Figura 11 – Aqui está o seu corpo



Fonte: atividade realizada por participantes com o livro de Julieta Jacob (2018, s.p.).

Como exemplos do livro, destacamos a figura 12, na página seguinte, que ilustra o primeiro *quiz*. Intervenções como essa são importantes para dar vez e voz aos alunos, como relatou João: “*Eu só deixo o que eu quiser, o que eu acho que pode, que é legal, o que faz eu bem*”.

A atividade se desenvolveu muito bem. Outros assuntos importantes foram abordados a partir do conteúdo do livro, como assédio sexual, estupro, exploração sexual, e pornografia infanto-juvenil.

Figura 12 – Quiz 01



Fonte: Jacob (2018, s.p.).

Concordamos com Ana Cláudia Bortolozzi (2021, p. 81), quando a autora pontua que “a importância de se falar sobre a sexualidade desta população, e também sobre a Educação Sexual para crianças e jovens com deficiências é porque se trata de uma população ainda altamente vulnerável das estatísticas nacionais e internacionais em relação à violência sexual”. Acreditamos que a educação sexual das PcD pode contribuir para auxiliar a *diminuir* essa vulnerabilidade, pois o conhecimento sobre o assunto dará a elas a capacidade de defesa, dentro de suas possibilidades, além de incentivar que comuniquem comportamentos inadequados de outras pessoas em relação a elas, o que pode contribuir para sua proteção.

Ainda segundo a autora, “a vulnerabilidade com que se encontram as pessoas com deficiência merece um destaque, porque muitas vezes, devido à deficiência, não conseguem se defender de potenciais agressores ou se engajam mais facilmente em comportamentos de risco” (BORTOLOZZI, 2021, p. 82). Portanto, destacamos mais uma vez a importância da educação sexual para PcD, com materiais adequados à sua realidade, nas instituições que elas frequentam.

Segundo Michael Sidibé, no prefácio da obra publicada pela Unesco, em 2009, referindo-se às crianças, de maneira geral, nós precisamos escolher entre permitir que as crianças naveguem por uma massa de informações parciais, desinformação e influências negativas encontradas nos meios de comunicação, internet e relações interpessoais, ou encarar o desafio de oferecer uma educação sexual clara, bem fundamentada cientificamente e alinhada

aos valores universais de respeito e direitos humanos. Uma educação sexual abrangente tem o potencial de transformar completamente o curso da epidemia de Aids, e os jovens estão enfáticos em sua demanda por uma educação sexual mais ampla, serviços e recursos de qualidade para atender às suas necessidades de prevenção.

Também as PcD precisam dessa educação sexual mais ampla, de serviços e recursos com qualidade suficiente e pessoal preparado para atender suas necessidades de prevenção, que ousamos afirmar ser ainda mais imperiosas.

Ainda de acordo com a Unesco (2009, p. 12, tradução nossa),

As escolas podem se tornar centros comunitários de confiança que fornecem as ligações necessárias a outros recursos, tais como serviços de saúde sexual e reprodutiva, abuso de substâncias, violência baseada em gênero e crises domésticas (UNESCO, 2008b). Essa ligação entre a escola e a comunidade é particularmente importante em termos de proteção infantil, uma vez que alguns grupos de crianças e jovens são particularmente vulneráveis. Eles incluem aqueles que são casados, deslocados, deficientes, órfãos ou que vivem com HIV. Eles necessitam de informações e competências relevantes para se protegerem, bem como de acesso a serviços comunitários que os ajudem a proteger-se da violência, da exploração e do abuso¹³.

O documento da Unesco (2009), desta vez, destaca a vulnerabilidade também das PcD, e concordamos que as escolas podem ser locais de confiança para essas pessoas, também as instituições que trabalham com Educação Especial, como as APAEs. Por essa razão, acreditamos que professores de escolas regulares e de instituições que trabalham com PcD devem receber formação (inicial e continuada) para abordar a educação sexual com seus alunos.

Para Jéssica Lopez (2022, p. 01),

A importância de falar sobre sexualidade ganha uma proporção maior na medida que percebemos como o tema ainda causa constrangimento. A relevância se torna fundamental quando o assunto é relacionado à pessoa com deficiência. Entretanto, para ele ganhar visibilidade, é necessário ter uma abrangência maior nos campos de políticas públicas em educação, saúde e assistência social, e também entender que esse não é um tema restrito somente a profissionais, mas às famílias envolvidas e a toda a sociedade.

Concordamos com Jéssica Lopez (2022), sobre a necessidade de políticas públicas sobre o assunto, e aqui vale destacar que os currículos de formação inicial de professores são

¹³ *Schools can become trusted community centres that provide necessary links to other resources, such as services for sexual and reproductive health, substance abuse, gender-based violence and domestic crisis (UNESCO, 2008b). This link between the school and community is particularly important in terms of child protection, since some groups of children and young people are particularly vulnerable. These include those who are married, displaced, disabled, orphaned, or living with HIV. They need relevant information and skills to protect themselves, together with access to community services to help protect them from violence, exploitation and abuse.*

resultado de políticas públicas. Embora existam direitos assegurados por lei para as PcD, como a Lei Brasileira de Inclusão, Nº 13.146 (BRASIL, 2015), a formação de professores a respeito da sexualidade das PcD não é contemplada, sendo uma necessidade urgente, principalmente depois do que vivenciamos nos últimos anos, quando a educação sofreu inúmeros ataques em razão de um esforço político para sua *abolição*, conforme já mencionamos anteriormente.

Para esta pesquisa, os pais e ou responsáveis pelas PcD participantes foram comunicados e assinaram o TCLE, o que contribuiu para que soubessem o que seria abordado nos encontros da intervenção proposta, envolvendo suas famílias. Entretanto, envolver toda a sociedade necessita de um esforço maior, que poderia, inclusive, servir de tema para pesquisas futuras.

3.1.8 Oitavo encontro: uma avaliação da proposta

O oitavo encontro serviu para uma avaliação da proposta de intervenção, refletindo sobre os encontros realizados, conforme disposto no quadro 10.

Quadro 10 – Avaliação e reflexão

Tema	Atividade	Recursos	Tempo
Encontro final	Avaliação e reflexão	notebook	45 minutos
	Momento de confraternização	Alimentos (salgados e doces)	45 minutos

Fonte: elaborado pela pesquisadora.

Esse encontro foi iniciado com todos dispostos em círculo. Uma retrospectiva foi apresentada aos alunos através de fotos, no notebook, de todos os encontros e o que cada um abordou. Os alunos assistiram atentamente à apresentação, e no final desse primeiro momento, a pesquisadora abriu espaço para que eles se manifestassem.

Entre essas manifestações, destacamos a de Mateus: “*Eu nunca vi esses assuntos aqui. É importante para a gente aprender, gostei*”. Amanda ainda relatou: “*Eu tenho vergonha ainda, um pouco*”.

A pesquisadora perguntou do que eles mais gostaram. Maria disse: “*A camisinha feminina é grande, eu lembro*”, e Tiago complementou: “*Tem que usar para não pegar doença e fazer filho*”. Já João informou: “*eu gostei de saber de namoro, de casal*”.

A pesquisadora também perguntou se houve algo que eles não gostaram, se em algum momento se sentiram desconfortáveis com alguma pergunta ou tema abordado. Todos os alunos sinalizaram com a cabeça que não.

Para dar continuidade ao último encontro, foi realizado um momento de confraternização com a devida autorização da escola, e a pesquisadora levou salgados e doces para esse momento. Enquanto organizava a mesa, os alunos ficaram à vontade, conversando e ouvindo músicas.

Então, Amanda se aproximou discretamente e falou baixinho: “*eu beijei, já, na boca. É bom*”, e saiu em seguida.

A confraternização foi bastante prazerosa. Os alunos se serviram, elogiaram os salgados e doces, conversaram, cantaram, riram, e no final, a pesquisadora agradeceu e recebeu um caloroso abraço de cada um.

Nesse último encontro, percebemos que os alunos se sentiam mais à vontade. Um exemplo foi Amanda ter se aproximado para compartilhar sua experiência. A proposta e intervenção ocorreu com tranquilidade em todos os encontros, e a foi visível como, na medida em que transcorriam os encontros, os participantes ficavam mais à vontade para se expressar.

O que depreendemos, da intervenção aplicada, além da espontaneidade demonstrada pelos participantes, é a importância e a necessidade da educação sexual das PcD.

3.2 O DESPERTANDO PARA AS DIMENSÕES OCULTAS DA INVESTIGAÇÃO

Na medida em que transcrevíamos e estudávamos os encontros da proposta de intervenção, as categorias de análise foram emergindo. Selecionamos quatro categorias, que dispusemos nas próximas subseções: a primeira, *vergonha/medo*; a segunda, *proibição/tabu*; a terceira, *a necessidade que eles sentem que o tema seja tratado/dúvidas/aprendizado*, e a quarta, *a prevenção de abuso*.

A definição das categorias foi realizada conforme define Laurence Bardin (2010) e Aidil de Jesus Paes de Barros e Neide Aparecida de Souza Lehfeld (2002), conforme disposto na subseção 1.2.3. Como ferramenta de análise, consideramos a interseccionalidade (IGNACIO, 2020; COLLINS; BILGE, 2021; BELLAGAMBA, 2022). As categorias têm mais de um termo por considerarmos que eles se complementam e, portanto, seria pertinente analisá-los conjuntamente.

3.2.1 Vergonha/Medo

A primeira categoria que emergiu de nossos estudos foi *vergonha*, e associamos ao *medo*. No primeiro encontro, os participantes estavam bastante tímidos, alguns rindo baixinho, outros baixando a cabeça. Quando a pesquisadora abordou o tema, Gustavo disse: “*Aqui não pode falar, a professora briga*”. Com exceção de Mateus, que não se pronunciou, todos os demais participantes mencionaram sentir vergonha de conversar sobre sexo com os pais e/ou responsáveis e professores.

Por essa razão, concordamos com Ana Cláudia Bortolozzi (2021), quando a autora afirma que falar sobre sexo já é difícil por causa das normas sociais sobre prazer, e anos de repressão nos ensinaram a esconder esse aspecto de nossas vidas. Adicionar a deficiência torna o tema ainda mais complexo, criando um tabu duplo que muitas vezes é evitado ou negado por familiares, profissionais e até mesmo pelas pessoas afetadas. Essa questão acaba sendo deixada de lado ou ignorada.

Não foi diferente para os participantes de nossa pesquisa que demonstraram vergonha de se expressar no primeiro encontro. Ana Cláudia Bortolozzi (2021, p. 233) ainda cita Puhlmann (2000, p. 36, grifo nosso), para quem

[...] as reações psicológicas mais comuns em pessoas que se tornam deficientes físicas envolvem dependência emocional, atitudes de rejeição da realidade, fases alternadas de depressão e euforia, perda da autoestima, falta de confiança e de satisfação com o próprio corpo, com presença de sentimentos de inferioridade e abandono, rebaixamento do desejo sexual, ou preocupação excessiva com a sexualidade. Ocorrem também conflitos com a imagem corporal e aparecem sentimentos de **vergonha, medo** e isolamento, com temores da rejeição social e sexual.

Puhlmann (2000 apud Bortolozzi 2021) coloca medo e vergonha lado a lado, como fizemos em nossa categorização. Principalmente no primeiro encontro, quando abordamos temas relacionados às emoções, o medo esteve entre as manifestações dos participantes, associado à vergonha.

Compreendemos, portanto, a importância da Educação Sexual para as PcD participantes da pesquisa, pois influencia tanto as interações diárias entre educadores e alunos, e entre outras pessoas que têm contato/convivem com elas. Assim, voltamos à *Declaração dos direitos sexuais* (WAS, 1999, p. 02), quando pontua o direito à informação: “todos devem ter acesso à informação cientificamente precisa e esclarecedora sobre sexualidade, saúde sexual, e direitos sexuais através de diversas fontes. Tal informação não deve ser arbitrariamente censurada, retida ou intencionalmente deturpada”.

Concluímos esta subseção com a citação de César Aparecido Nunes (1996, p. 301), que nos lembra de reconhecer “[...] a herança institucional e histórica que recebemos, numa longa tradução de poder e repressão”.

3.2.2 Proibição/tabu

A segunda categoria emergente em nossos estudos foi a proibição, associada ao tabu. Na categoria anterior já havíamos demonstrado a transcrição da expressão de Gustavo, que a *professora briga*, não sendo permitido falar sobre sexo. No segundo encontro, José mencionou que “*é feio desenhar ali, aquilo*”. A pesquisadora perguntou: “Mas o que é aquilo”? “*Piroca*”, disse ele. O aluno gargalhou, parecendo nervoso, ao se expressar.

Entendemos que existe um *acordo velado* de proibição entre as famílias, que parecem *negar* a sexualidade das PcD. Ana Cláudia Bortolozzi (2021) destaca o *duplo tabu* – a sexualidade e a deficiência, complementando que a sexualidade da PcD é cercada de tabus, somados a diversos preconceitos, e Marlon Jose Gavlik Mendes e Fátima Elisabeth Denari (2019, p. 1357), ainda afirmam que prevalece o preconceito e a desinformação, destacando a necessidade de estudos e a “construção de programas de educação sexual para alunos com deficiência”.

O advogado Lucas Marcondes, em entrevista a Jéssica Lopez (2022, p. 01), afirma que

Todas as formas de relações, sejam amorosas, sexuais, de amizade, amizades virtuais, fazem parte do dia a dia de todo mundo e com as pessoas com deficiência isso não é diferente. Nós temos nossos desejos, vontades e formas de expressão. Falar sobre isso, sem tabus, é uma forma de dar visibilidade não apenas para a questão da sexualidade, mas da inclusão. É uma forma de construir novos entendimentos, novas ideias, e assim abrir espaço na sociedade. Estamos falando em direitos humanos aqui.

Contudo, ousamos afirmar que o tabu em torno da sexualidade não ocorre apenas com as PcD. Parece-nos uma questão cultural, em que a maioria das famílias não aborda o tema, talvez por não haver iniciativas de políticas públicas que possam esclarecer a naturalidade e a normalidade da sexualidade, e vivermos em uma sociedade que parece *explorar* o sexo, como vemos na mídia.

O artigo 13 da *Declaração dos direitos sexuais* (WAS, 1999, p. 03) destaca o direito à liberdade de pensamento, opinião e expressão: “todos têm o direito à liberdade de pensamento, opinião e expressão relativos à sexualidade, bem como o direito à expressão plena de sua própria sexualidade, por exemplo, na aparência, comunicação e comportamento, desde que

devidamente respeitados os direitos dos outros”. Entretanto, percebe-se que existe proibição de expressão acerca da sexualidade, principalmente no que diz respeito às PcD, que precisam de informações para que possam alcançar sua autonomia e plenitude, de acordo com suas capacidades e características.

Tais constatações reforçam ainda mais a necessidade de educação sexual, especialmente para as PcD.

3.2.3 A necessidade de formação/emancipação

Durante os encontros do projeto de intervenção, na medida em que os participantes iam se sentindo mais confortáveis, foi possível observar a necessidade de que o tema fosse tratado. O fato de a sexualidade ser um tabu interfere na comunicação com as PcD, e percebemos que temas como a menstruação não haviam sido devidamente abordados com todos, principalmente com as participantes do sexo feminino.

A curiosidade que demonstraram, e as dúvidas que expressaram, reforçam a necessidade de trabalhar o tema, além de evidenciar que intervenções como a que propomos pode proporcionar melhorias na educação sexual das PcD, inclusive em relação à saúde e higiene.

A *Declaração dos direitos sexuais* (WAS, 1999, p. 01) “reconhece que para que a saúde sexual seja atingida e mantida, os direitos sexuais de todos devem ser respeitados, protegidos e efetivados”. Ainda, em seu artigo 7, a *Declaração dos direitos sexuais* (WAS, 1999, p. 02) pontua que

todos têm o direito ao mais alto padrão de saúde e bem estar [*sic*] possíveis, relacionados à sexualidade [...]. Isto requer a disponibilidade, acessibilidade e aceitação de serviços de saúde qualificados, bem como acesso a condições que influenciem e determinem sua saúde, incluindo a saúde sexual.

Para que isso ocorra, as PcD precisam estar informadas sobre seus próprios corpos, reconhecendo-se e percebendo que fenômenos como a menstruação são ocorrências naturais, possibilitando que utilizem o que há disponível para o seu bem-estar, como absorventes de diversos tipos, encontrando o que lhes proporciona maior conforto.

É importante que as PcD possam se sentir seguras em tirar dúvidas, e a escola ou instituição que trabalha com PcD, como a APAE, pode ser esse *lugar seguro*, com profissionais capazes de abordar o tema e esclarecer questionamentos que porventura possam ter, conforme pontuado pela Unesco (2009), que já mencionamos.

Para isso, é necessário que exista formação inicial e continuada de educadores, para que estejam qualificados para lidar com situações que necessitem de educação sexual, para alunos do ensino regular e para as PcD. Contudo, como já mencionamos, são necessárias políticas públicas para que o tema faça parte dos currículos das licenciaturas, de modo a preparar os profissionais para educar sexualmente crianças e jovens, inclusive PcD.

Ana Cláudia Bortolozzi e Teresa Vilaça (2020, p. 14-15) direcionam sua obra intitulada *Educação sexual inclusiva e a formação de professores(as)* para “a formação do(a) professor(a) que pretende atuar na área da educação sexual e educação inclusiva”. Entretanto, acreditamos que todo licenciado ou licenciada precisa conhecer as bases da educação sexual, para que possa lidar com as situações diversas que possivelmente ocorrerão em sua carreira na educação.

Na introdução deste trabalho, pontuamos que uma situação no ambiente de trabalho foi uma das razões para despertar o desejo de estudar o tema, culminando nesta dissertação. Não houve qualquer menção à educação sexual durante a formação da pesquisadora, e não há legislação que aborde o tema nas licenciaturas. Portanto, esse pode ser mais um tema sugerido para pesquisas futuras, para que possa culminar, na criação de políticas públicas que insiram o tema nos cursos de graduação dos futuros licenciados/licenciadas.

Ademais, cursos de formação continuada ou em serviço podem auxiliar na formação dos professores que já atuam nas escolas e instituições, em consonância com o artigo 10 da *Declaração dos direitos sexuais* (WAS, 1999, p. 02), quando afirma que

todos têm o direito à educação e a uma educação sexual esclarecedora. Educação sexual esclarecedora deve ser adequada à idade, cientificamente acurada, culturalmente idônea, baseada nos direitos humanos, na equidade de gêneros e ter uma abordagem positiva quanto à sexualidade e o prazer.

Todos, inclusive os estudantes de licenciaturas e os professores em exercício, seja na educação regular, seja na educação especial.

Essa formação adequada, ou *qualificada*, como pontua a Unesco (2009), garantiria o aprendizado de todos para que possam usufruir dos direitos sexuais.

3.2.4 Prevenção de abuso/violência

A última categoria que emergiu do nossas transcrições, leituras e estudos foi a prevenção do abuso e da violência. Nosso sétimo encontro abordou a prevenção de violência,

momento em que utilizamos o livro de Julieta Jacob (2018) e realizamos atividades propostas nele.

Os participantes já se apresentavam bem mais à vontade para se expressar e participar dos encontros, se compararmos com os encontros iniciais. Na medida em que o projeto de intervenção avançou, observamos que sua autoconfiança aumentou, e sua participação também.

Foi importante o trabalho acerca de consentimento, para que compreendessem que o respeito ao seu corpo e às suas vontades é crucial. O quinto direito da *Declaração dos direitos sexuais* (WAS, 1999, p. 01) é o de “[...] estar isento de todas as formas de violência ou coerção”.

Bortoluzzi (2021) destaca, em sua obra *Sexualidade e deficiência: uma releitura*, que é crucial abordar a sexualidade e fornecer Educação Sexual para crianças e jovens com deficiências, pois essa população continua a ser altamente vulnerável à violência sexual, conforme indicam estatísticas nacionais e internacionais.

A violência sexual é um dos inúmeros abusos praticados contra as PcD. Bortoluzzi (2021) ainda destaca que as PcD são mais vulneráveis por serem menos capazes de relatar esse tipo de ocorrência e de se defender, principalmente porque conhecem menos o seu próprio corpo. Ainda de acordo com a autora, “[...] as precárias políticas públicas, a falta de Educação Sexual, os mitos e desinformações existentes, a ausência de materiais específicos que atendam às necessidades de cada uma dessas pessoas colabora para a situação de vulnerabilidade desses/as jovens com deficiência [...]” (BORTOLUZZI, 2021, p. 81-82).

Por essa razão, na medida em que ocorreram os encontros, percebemos, através das transcrições e do estudo delas, que os participantes passaram a conhecer melhor seu próprio corpo, a ter maior autoestima e confiança, o que acreditamos contribuir para sua própria proteção. De acordo com a Unesco (2009, p. 32, tradução nossa), “devem ser fornecidos programas para a prevenção e tratamento do abuso sexual e do incesto e outros serviços de saúde reprodutiva. Tais programas devem fornecer informação aos adolescentes e fazer um esforço consciente para fortalecer valores sociais e culturais positivos”¹⁴.

Principalmente no que diz respeito às PcD, esses programas não existem. Por essa razão, iniciativas como a da pesquisa que realizamos podem fornecer informações e fortalecimento de valores sociais e culturais positivos, mas são necessárias políticas públicas e conscientização da sociedade para que as PcD tenham acesso a esse tipo de conhecimento, e

¹⁴ “Programmes for the prevention and treatment of sexual abuse and incest and other reproductive health services should be provided. Such programmes should provide information to adolescents and make a conscious effort to strengthen positive social and cultural values”.

como já afirmamos, também é necessária a capacitação dos profissionais que trabalham com elas.

Já mencionamos anteriormente os direitos à informação, à educação e educação sexual esclarecedora, além do direito de estar isento de todas as formas de violência ou coerção, conforme a *Declaração dos direitos sexuais* (WAS, 1999). A mesma *Declaração* ainda pontua o direito à vida, liberdade e segurança pessoal. Acreditamos que, para oferecer segurança contra violência sexual e para prevenção de diversos tipos de abuso, as PcD precisam ter consciência do próprio corpo, ter autoconfiança e se sentirem seguros para falar sobre sexualidade, até mesmo para reportar abusos sexuais.

Concordamos com Ana Cláudia Bortolozzi e Teresa Vilaça (2020, p. 60), quando as autoras afirmam que

Uma questão recorrente entre os(as) pesquisadores(as) é a vulnerabilidade com que as pessoas com deficiência vivem sua sexualidade. Diante de suas condições específicas e limitadoras e da falta de repertório para lidar com as situações de riscos, acabam por ser expostas à violência, ao abuso sexual, às práticas sexuais sem proteção etc. As precárias políticas públicas, a falta de educação sexual, os mitos e desinformações existentes, a ausência de materiais específicos que atendam às necessidades de cada uma dessas pessoas colabora para a situação de vulnerabilidade desses(as) jovens.

Há, portanto, necessidades de políticas públicas que possibilitem um trabalho direcionado para a educação sexual das PcD, de modo que proporcione o conhecimento necessário para aqueles que trabalharão com essas pessoas, e que as PcD possam receber uma educação sexual de qualidade, esclarecedora e emancipatória.

Essa educação sexual emancipatória não apenas auxiliaria na proteção dessas pessoas, mas também contribuiria para que pudessem desfrutar de uma vida sexual plena, com autonomia, integridade e segurança, conforme preconizado pela *Declaração dos direitos sexuais* (WAS, 1999).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa nasceu das minhas inquietações acerca da dificuldade em lidar com situações relacionadas à sexualidade de PcD em uma instituição de atendimento especial, a APAE.

A pesquisa se mostrou urgente pela falta de políticas públicas para formação de professores no que se refere à educação sexual, tanto em escolas regulares quanto em instituições de atendimento especial. Além de contribuir com a formação pessoa da pesquisadora, pode contribuir com o debate para a criação de políticas públicas que venham a preencher a lacuna de formação mencionada, além da criação de programas que atendam essas necessidades, especialmente das PcD.

O problema de pesquisa delineado buscou responder: a Educação Sexual, no âmbito de escola especial, pode contribuir com a autopercepção das PcD acerca da sua sexualidade? Para atingir este objetivo, investigamos a compreensão das pessoas participantes com DI sobre sexualidade e Educação Sexual, nosso primeiro objetivo específico, atingido durante os encontros da intervenção proposta. Percebemos que os participantes da pesquisa se sentiam envergonhados, mas foram ganhando confiança e conhecendo seu próprio corpo na medida em que os encontros ocorriam, contribuindo para que pudessem se sentir mais seguros acerca de si mesmos e para falar sobre o tema. Por essa razão, a intervenção realizada demonstrou que, no âmbito da escola especial, a Educação Sexual contribuiu com a autopercepção dos participantes acerca de sua sexualidade.

Também buscamos identificar o que expressam as pessoas com deficiência intelectual sobre sexualidade e de que forma elas a vivenciam, nosso segundo objetivo específico, que também consideramos ter sido alcançado, pois embora os participantes tenham demonstrado que o tema da sexualidade ainda é um tabu, eles vivenciam sua sexualidade, compartilharam experiências, como o fato de já terem beijado ou namorado.

Contudo, os participantes também expressaram sentir vergonha e medo de abordar o tema, além de expressarem as proibições de tocar no assunto, inclusive dentro da própria instituição. Os participantes também demonstram grande interesse e necessidade de falar sobre o tema, expressando dúvidas. Essas expressões dos participantes fizeram com que emergissem as categorias de análise da pesquisa, que foram agrupadas em dois termos porque, quando os participantes expressavam uma delas, a outra logo era mencionada. Assim, as categorias são: vergonha/medo; proibição/tabu; necessidade de formação/emancipação, e prevenção de abuso/violência.

A categoria, *formação/emancipação*, traz nossas impressões que dizem respeito à necessidade de formação iniciada e continuada sobre o tema, para que futuros licenciados possam abordar a educação sexual de forma *qualificada*, termo que emprestamos da Unesco (2009).

A última categoria, prevenção de abuso/violência, auxiliou em nosso terceiro e último objetivo específico, que corresponde a avaliar as potencialidades e dificuldades de jovens com DI em relação à compreensão dos temas sobre sexualidade.

Em relação aos participantes da pesquisa, podemos afirmar que a falta de informação contribui para suas dificuldades, pois conforme a literatura pesquisada o público-alvo, as PcD, são mais vulneráveis a sofrer abusos de diversas ordens, especialmente sexual. As dificuldades dizem respeito à proibição de abordar o tema e falta de informações, que fazem com que eles não reconheçam a própria sexualidade como algo natural. Quanto às potencialidades, podemos afirmar que os participantes da pesquisa compreenderam os objetivos propostos, demonstrando-se mais confiantes e reconhecendo o próprio corpo, superando a vergonha inicial.

Entre as dificuldades para realizar a pesquisa, é importante destacar a falta de trabalhos que abordem o tema, e especificamente que tenham utilizado alguma espécie de intervenção. Por essa razão nossa maior referência esteve ancorada nos trabalhos de Ana Cláudia Bortolozzi.

Contudo, é importante destacar, além da necessidade de formação inicial e continuada de educadores e professores que atendem às PcD, também a indispensabilidade de conscientização de pais, responsáveis e da sociedade em geral em relação à sexualidade das PcD, evitando preconceitos e contribuindo não apenas para que possam ter uma vida plena, mas para evitar abusos de diversas ordens.

Ao findar a pesquisa, podemos afirmar que a Educação Sexual, no âmbito de escola especial, pode, sim, contribuir com a autopercepção das PcD acerca da sua sexualidade. A informação é uma arma poderosa que pode auxiliar essas pessoas a gozarem de seus direitos sexuais, como qualquer outro cidadão.

Entre as limitações desta pesquisa, podemos mencionar o pequeno grupo de amostra, pois não permite que os resultados possam ser generalizados, além da limitação de material específico para trabalhar a educação sexual especificamente com as PcD.

Assim, afirmamos a necessidade da realização de mais pesquisas sobre o tema. É necessário sensibilizar colegas professores com cursos/formações sobre a temática da sexualidade/educação sexual das PcD, podendo ser realizados de modo remoto/a distância, o que registramos como primeira sugestão para novas pesquisas. Ainda como sugestão para pesquisas futuras, podemos mencionar a legislação acerca das licenciaturas, no que diz respeito

à educação sexual, possibilitando a criação de políticas públicas que insiram o tema nos cursos de graduação dos futuros licenciados e licenciadas. Ainda destacamos a urgência de envolver toda a sociedade na educação sexual, seja nas escolas regulares, seja na educação especial, e que, para isso, é necessário de um esforço maior, que também pode servir de tema para pesquisas futuras.

Buscamos, com esta investigação, dar vez e voz às PcDI acerca de sua sexualidade, contribuindo para que possam enfrentar os desafios para uma vida plena.

REFERÊNCIAS

- A HISTÓRIA DAS APAES. [s.d.]. Disponível em:
<https://www.apaes.org.br/files/meta/b9f4a423-b282-43c3-889a-07d394a6cb3d/49fd7137-a301-4206-b69d-1ee5e2b89d16/276.pdf>. Acesso em: 24 maio 2023.
- AMERICAN PSYCOLOGICAL ASSOCIATION (APA). **Mental Disorder**. [s.d.]. Disponível em: <https://dictionary.apa.org/mental-disorder>. Acesso em: 30 maio 2023.
- ÁREA MULHER. **Tipos de absorventes, como usar?** Formatos, diferenças e benefícios. 2020. Disponível em: <https://areademulher.r7.com/saude/tipos-de-absorventes/>. Acesso em: 21 out. 2023.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa – Portugal: Edições 70, 2010.
- BARROS, A. J. P.; LEHFELD, N. A. S. **Projeto de Pesquisa: propostas metodológicas**. 13ª ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 2002.
- BASTOS, O. M.; DESLANDES, S. F. Sexualidade e deficiência Intelectual: narrativas de pais de adolescentes. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 22 [3]: 1031-1046, 2012. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312012000300010>
- BELLAGAMBA, L. R. **O que é interseccionalidade e por que importa saber seu significado?** Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. Disponível em: <https://blogs.iadb.org/brasil/pt-br/o-que-e-interseccionalidade-e-por-que-importa-saber-seu-significado/#:~:text=Como%20se%20define%20a%20interseccionalidade,n%C3%A3o%20afetam%20uma%20pessoa%20separadamente..> Acesso em: 30 maio 2023.
- BORTOLOZZI, A. C. **Sexualidade e deficiência: uma releitura**. Bauru: Gradus Editora, 2021.
- BORTOLOZZI, A. C.; IRIRARTE, G. E.; GALVÃO, L. A. **Manual Didático – Educação Sexual para Jovens com Deficiência Intelectual**. Araraquara, SP: PAdu Aragon Editor, 2022.
- BORTOLOZZI, A. C.; VILAÇA, T. **Educação sexual inclusiva e a formação de professores(as)**. São Paulo: Cultura Acadêmica Digital, 2020.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 24 jun. 2022.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 23 maio 2023.
- BRASIL. **Decreto Nº 3.956, de 8 de outubro de 2001**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm. Acesso em: 23 maio 2023.

BRASIL. **Lei Nº 10.048, de 8 de novembro de 2000a.** Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110048.htm. Acesso em: 24 maio 2023.

BRASIL. **Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000b.** Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110098.htm. Acesso em: 24 maio 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 24 jun. 2022.

BRASIL. **Lei Nº 13.146, de 06 de julho de 2015.** Lei Brasileira de Inclusão. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 30 dez. 2023.

BRASIL. **Lei Nº 7.853, de 24 de outubro de 1989.** Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17853.htm. Acesso em: 23 maio 2023.

BRASIL. **Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 23 maio 2023.

BRASIL. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 24 maio 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria Conjunta Nº 21, de 25 de novembro de 2020.** Secretaria de Atenção Especializada à Saúde, 2020.

BRASIL. **Portaria Nº 13.146, de 06 de julho de 2015.** Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 10 abr. 2023.

CARVALHO, A. N. L.; SILVA, J. P. Sexualidade das pessoas com deficiência: uma revisão sistemática. **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 70, n. 3, p. 289-304, 2018. Disponível em:
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672018000300020&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 11 fev. 2022.

CARVALHO, A. N. L.; SILVA, J. P. Sexualidade das Pessoas com Deficiência Física: uma Análise à Luz da Teoria das Representações Sociais. **Revista Brasileira de Educação Especial** [online]. 2021, v. 27. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-54702021v27e0198>.

CARVALHO, G. M. D.; MENDES, P. O. S. P.; MELO, S. M. M.; SANTOS, V. M. M. **Educação sexual:** interfaces curriculares. Caderno Pedagógico, 1ª ed. Florianópolis: DIOESC, 2012.

CARVALHO, G. D.; MENDES, P. O. S. P.; POCOVI, R. M. S.; MELO, S. M. M.; SANTOS, V. M. **Educação e sexualidade.** Caderno Pedagógico. 2ª ed. Revisada. Florianópolis: DIOESC, 2011.

COLLINS DICTIONARY. **Disabled**. [s.d.]. Disponível em:
[https://www.collinsdictionary.com/dictionary/english/disabled#:~:text=\(d%C9%AAse%C9%AAb%C9%99ld,for%20them%20to%20move%20about](https://www.collinsdictionary.com/dictionary/english/disabled#:~:text=(d%C9%AAse%C9%AAb%C9%99ld,for%20them%20to%20move%20about). Acesso em: 30 maio 2023.

COLLINS, P.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. [edição Kindle] São Paulo: Boitempo, 2021.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. 1994. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 23 maio, 2023.
Disponível em: <http://novaescola.org.br/formacao/leis-diversidade-424523>.

DR OFICIAL. **Se menstruação fosse uma pessoa: comportamento da menstruação em pessoa no ciclo menstrual**. [YouTube]. 2016. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=YAscFhs3VyI>. Acesso em: 20 nov. 2023.

FLORIANI, M. A. B. **Educação Inclusiva**. Uniasselvi. 2017. Disponível em:
<https://www.uniasselvi.com.br/extranet/layout/request/trilha/materiais/livro/livro.php?codigo=14439> . Acesso em 29 out. 2022

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

GUGEL, M. A. **Pessoas com Deficiência e o Direito ao Trabalho**. Florianópolis: Obra Jurídica, 2007.

HENNEMANN, A. L. **Trajectoria da Educação Inclusiva**. 2012. Disponível em:
<https://neuropsicopedagogianasaladeaula.blogspot.com/2012/04/trajectoria-da-educacao-inclusiva.html> . Acesso em: 29 out. 2022.

IGNACIO, J. O que é interseccionalidade. **Politize**. 2020. Disponível em:
<https://www.politize.com.br/interseccionalidade-o-que-e/>. Acesso em: 24 maio 2023.

INTERNATIONAL CLASSIFICATION OF DISEASES – ICD. 11ª edição. Organização Mundial de Saúde, 2023. Disponível em: <https://icd.who.int/browse11/l-m/en#/http%3a%2f%2fid.who.int%2fid%2fentity%2f334423054>. Acesso em: 24 maio 2023.

JACOB, J. **Tuca e Juba** – prevenção de violência sexual para adolescentes. Curitiba: Caqui, 2018.

LAURINDO, G. **O ambiente natural como potencializador educacional das Pessoas com Deficiência: sinuosas possibilidades**. [Dissertação]. Mestrado em Educação. Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL, 2019.

LIMA, S. R.; MENDES, E. G. Escolarização da pessoa com deficiência intelectual: terminalidade específica e expectativas familiares. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v.17, n.2, p.195-208, Mai.-Ago., 2011. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rbee/a/PgRXmvHmtHzLwTMskSZSv8s/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 maio 2023.

LITTIG, P. M. C. B.; CÁRDIA, D. R.; REIS, L. B.; FERRÃO, E. S. Sexualidade na Deficiência Intelectual: uma Análise das Percepções de Mães de Adolescentes Especiais. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v. 18, n. 3, p. 469-486, Jul.-Set., 2012. <https://doi.org/10.1590/S1413-65382012000300008>

LOPEZ, J. Sexualidade e deficiência: por que ainda é um tabu falar sobre o assunto? **Estadão**. 2022. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/emails/bem-estar/sexualidade-e-deficiencia-por-que-ainda-e-um-tabu-falar-sobre-o-assunto/>. Acesso em: 30 dez. 2023.

LUIZ, E. C.; KUBO, O. M. Percepções De Jovens Com Síndrome De Down Sobre Relacionar-se Amorosamente. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, Mai.-Ago. 2007, v.13, n.2, p.219-238. <https://doi.org/10.1590/S1413-65382007000200006>

MAIA, A. C. B. **Sexualidade e deficiência**. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

MAIA, A. C. B. **Inclusão e sexualidade**: na voz de pessoas com deficiência física. Curitiba, PR: Juruá, 2011a.

MAIA, A. C. B. **Educação sexual e sexualidade no discurso de uma pessoa com deficiência visual**. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, vol. 6, núm. 3, septiembre-diciembre, 2011b, p. 90-101.

MAIA, A. C. B.; REIS-YAMAUTI, V. L.; SCHIAVO, R. A.; CAPELLINI, V. L. M. F.; VALLE, T. G. M. Opinião dos professores sobre a Sexualidade e a educação Sexual dos alunos com deficiência Intelectual. **Estudos de Psicologia**. Campinas, 32(3), 427-435, julho - setembro 2015. <https://doi.org/10.1590/0103-166X2015000300008>

MAIA, A. C. B.; RIBEIRO, P. R. M. Desfazendo mitos para minimizar o preconceito sobre a sexualidade de pessoas com deficiências. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v.16, n.2, p.159-176, Mai.-Ago., 2010. <https://doi.org/10.1590/S1413-65382010000200002>

MANUAL DIAGNÓSTICO E ESTATÍSTICO DE TRANSTORNOS MENTAIS – DSM-5. 5ª ed. American Psychiatric Association, 2014.

MENDES, M. J. G.; DENARI, F. E. Deficiência e Sexualidade: uma análise bibliométrica. **RIAEE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 14, n. esp. 2, p. 1357-1354, jul., 2019. DOI: 10.21723/riaee.v14iesp.2.12124

NUNES, C. A. **Filosofia, sexualidade e educação**: as relações entre os pressupostos ético-sociais e histórico-culturais presentes nas abordagens institucionais sobre a educação sexual escolar. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

OLIVEIRA, A. F. T. M.; ARAÚJO, C. M. ‘Mãe é down’’: a sexualidade da pessoa com deficiência na trama discursiva da Revista Época. **Revista Educação Especial**. vol. 31, núm. 60, pp. 215-227, 2018. <https://doi.org/10.5902/1984686X24946>

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE – OPAS. **OMS divulga nova Classificação Internacional de Doenças (CID 11)**. 2018. Disponível em:

<https://www.paho.org/pt/noticias/18-6-2018-oms-divulga-nova-classificacao-internacional-doencas-cid-11>. Acesso em: 28 jun. 2022.

PACHECO, K. M. B.; ALVES, V. L. R. A história da deficiência, da marginalização à inclusão social: uma mudança de paradigma. **Acta Fisiatr.**, 2007; 14(4): 242-248. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/actafisiatr/article/view/102875/101168>. Acesso em: 23 maio 2023.

PEREIRA, A. R.; FERREIRA, C. M. R. J.; DINIZ, M. O corpo da mulher com deficiência intelectual nos discursos em pesquisas acadêmicas. **Revista Educação Especial**, v. 33, 2020. <http://dx.doi.org/10.5902/1984686X48398>.

PLETSCH, M. D. A escolarização de pessoas com deficiência intelectual no Brasil: da institucionalização às políticas de inclusão (1973-2013). **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**. Vol. 22, No. 81. Dossiê Especial, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2750/275031898089.pdf>. Acesso em: 24 maio 2023.

PORTAL EQUIDADE. **A história dos direitos das pessoas com deficiência**. 2021. Disponível em: <https://www.politize.com.br/equidade/blogpost/historia-dos-direitos-das-pessoas-com-deficiencia/>. Acesso em: 24 maio 2023.
Primeiros Passos.

ROHDEN, F. Gênero, Sexualidade, Raça/Etnia: Desafios Transversais na Formação do Professor. **Cadernos de Pesquisa**, v. 39, n. 136, jan./abr. 2009. **Cadernos de Pesquisa**, v.39, n.136, p.157-174 jan./abr. 2009. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742009000100008>

SANTA CATARINA. Assembleia Legislativa. **Principais direitos das pessoas com deficiência**. Florianópolis - Santa Catarina, 2017.

SANTA CATARINA. **Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense**. Florianópolis - Santa Catarina: Gráfica Coan, 2019.

SANTA CATARINA. Fundação Catarinense de Educação Especial. **Diretrizes dos Centros de Atendimento Educacional Especializado em Educação Especial**. São José/SC: FCEE, 2020.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Proposta Curricular de Santa Catarina: Formação Integral na Educação Básica**. 2014.

SANTA CATARINA. **Lei nº 16.794, de 14 de dezembro de 2015**. Plano Estadual de Educação.

SANTOS, J. E. Sistema Reprodutor feminino: características, anatomia e funções. **Curso enem gratuito**. [s.d.]. Disponível em: <https://cursoenemgratuito.com.br/sistema-reprodutor-feminino/>. Acesso em: 18 nov. 2023.

SILVA, O. M. **Epopeia ignorada**. Edição de Mídia. São Paulo: Editora Faster, 2009.

SILVA, R. Os 50 anos da Apae de Laguna. **Jornal de Laguna**, 2022. Disponível em: <https://jornaldelaguna.com.br/os-50-anos-da-apae-de-laguna/>. Acesso em: 15 abr. 2023.

UNESCO. **The rationale for sexuality education**. Volume I. International Technical Guidance on Sexuality Education, 2009. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000183281>. Acesso em: 29 dez. 2023.

WORLD ASSOCIATION FOR SEXUAL HEALTH – WAS. **Declaração dos Direitos Sexuais**. Tradução oficial. 1999. Disponível em: <https://worldsexualhealth.net/wp-content/uploads/2013/08/DSR-Portugese.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2023.

YARAIA, N. G.; DESTRO, C.R.F. **A jornada história da pessoa com deficiência: A importância da Declaração Universal de 1948**. ETIC, 2018. Encontro de iniciação científica. Disponível em: [67646938 \(toledoprudente.edu.br\)](https://67646938.toledoprudente.edu.br). Acesso em: 28 out. 2022.

YARED, Y. B. **Do prescrito ao vivido**: a compreensão de docentes sobre o processo de educação sexual em uma experiência de currículo integrado de um curso de medicina. [Tese]. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, 2016.

YARED, Y. B.; VIEIRA, R. M.; MELO, S. M. M. Princípios e orientações para uma proposta de programa de formação docente de educação sexual emancipatória promotora do pensamento crítico. p. 156-160. In **XVI Encontro Nacional de Educação em Ciências**. Livro de Resumos e Artigos Completos. Lisboa, Portugal. Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2015. Disponível em: <http://www.ie.ulisboa.pt/pls/portal/docs/1/557435.PDF>. Acesso em: 23 abr. 2023.

ANEXO A – DECLARAÇÃO DOS DIREITOS SEXUAIS



DECLARAÇÃO DOS DIREITOS SEXUAIS

Reconhecendo que direitos sexuais são essenciais para o alcance do maior nível de saúde sexual possível, a Associação Mundial para a Saúde Sexual:

DECLARA que direitos sexuais são baseados nos direitos humanos universais que já são reconhecidos em documentos de direitos humanos domésticos e internacionais, em Constituições Nacionais e leis, em padrões e princípios de direitos humanos, e em conhecimento científico relacionados à sexualidade humana e saúde sexual.

REAFIRMA que a sexualidade é um aspecto central do ser humano em toda a vida e abrange sexo, identidade e papéis de gênero, orientação sexual, erotismo, prazer, intimidade e reprodução. A Sexualidade é experienciada e expressada em pensamentos, fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores, comportamentos, práticas, papéis e relacionamentos. Embora a sexualidade possa incluir todas essas dimensões, nem todas elas são sempre expressadas ou sentidas. Sexualidade é influenciada pela interação de fatores biológicos, sociais, econômicos, políticos, culturais, legais, históricos, religiosos e espirituais.

RECONHECE que a sexualidade é uma fonte de prazer e bem estar e contribui para a satisfação e realização como um todo.

REAFIRMA que a saúde sexual é um estado de bem estar físico, emocional, mental e social relacionado à sexualidade; não é meramente a ausência de doença, disfunção ou enfermidade. Saúde sexual requer uma abordagem positiva e respeitosa para com a sexualidade e relacionamentos sexuais, bem como a possibilidade de ter experiências sexuais prazerosas e seguras, livres de coerção, discriminação ou violência.

REAFIRMA que a saúde sexual não pode ser definida, compreendida ou operacionalizada sem uma profunda compreensão da sexualidade.

REAFIRMA que para que a saúde sexual seja atingida e mantida, os direitos sexuais de todos devem ser respeitados, protegidos e efetivados.

RECONHECE que direitos sexuais são baseados na Liberdade, dignidade e igualdade inerente a todos os seres humanos e incluem o compromisso de proteção contra danos.

AFIRMA que a igualdade e não discriminação são fundamentais à proteção e promoção de todos os direitos humanos e incluem a proibição de quaisquer distinções, exclusões ou restrições com base em raça, etnia, cor, sexo, linguagem, religião, opinião política ou outra qualquer, origem social ou regional, características, status de nascimento ou outro qualquer, inclusive deficiências, idade, nacionalidade, estado civil ou familiar, orientação sexual e identidade de gênero, estado de saúde, local de residência e situação econômica ou social.

RECONHECE que a orientação sexual, identidade de gênero, expressões de gênero e características físicas de cada indivíduo requerem a proteção dos direitos humanos.

RECONHECE que todos os tipos de violência, perseguição, discriminação, exclusão e estigma, são violações dos direitos humanos e afetam o bem estar do indivíduo, famílias e comunidades.

AFFIRMA que as obrigações de respeitar, proteger, e consumir direitos humanos se aplicam a todos os direitos sexuais e liberdades.

AFIRMA que os direitos sexuais protegem os direitos de todas as pessoas na plena realização e expressão de sua sexualidade, usufruindo de sua saúde sexual, desde que respeitados os direitos do próximo.

Direitos sexuais são direitos humanos referentes a sexualidade

1. O Direito a Igualdade e a não discriminação.

Todos têm o direito de usufruir dos direitos sexuais definidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer tipo, seja raça, etnia, cor, sexo, linguagem, religião, opinião política ou outra qualquer, origem social ou regional, local de residência, características, nascimento, deficiência, idade, nacionalidade, estado civil ou familiar, orientação sexual, identidade e expressão de gênero, estado de saúde, situação econômica, social ou outra qualquer.

2. O Direito a vida, Liberdade, e segurança pessoal.

Todos têm o direito à vida, liberdade e segurança, que não podem ser ameaçadas, limitadas ou removidas arbitrariamente por motivos relacionados à sexualidade. Estes incluem: orientação sexual, comportamentos e práticas sexuais consensuais, identidade e expressões de gênero, bem como acessar ou ofertar serviços relacionados à saúde sexual e reprodutiva.

3. O direito a autonomia e integridade corporal.

Todos têm o direito de controlar e decidir livremente sobre questões relativas à sua sexualidade e seus corpos. Isto inclui a escolha de comportamentos sexuais, práticas, parceiros e relacionamentos, desde que respeitados os direitos do próximo. A tomada de decisões livre e informada, requer consentimento livre e informado antes de quaisquer testes, intervenções, terapias, cirurgias ou pesquisas de natureza sexual.

4. O direito de estar isento de tortura, tratamento ou punição cruel, desumana ou degradante.

Todos devem estar isentos de tortura, tratamento ou punição cruel, desumana ou degradante em razão de sua sexualidade, incluindo: práticas tradicionais nocivas; esterilização, contracepção ou aborto forçado; e outras formas de tortura, tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes praticados por razões relacionadas ao sexo, gênero, orientação sexual, identidade e expressão de gênero, ou característica física de alguém.

5. O direito de estar isento de todas as formas de violência ou coerção.

Todos deverão estar isentos de violência e coerção relacionadas à sexualidade, incluindo: Estupro, abuso ou, perseguição sexual, "bullying", exploração sexual e escravidão, tráfico com propósito de exploração sexual, teste de virgindade ou violência cometida devido à prática sexual real ou presumida, orientação sexual, identidade e expressão de gênero ou qualquer característica física.

6. O direito à privacidade.

Todos têm o direito à privacidade relacionada à sexualidade, vida sexual e escolhas inerentes ao seu próprio corpo, relações e práticas sexuais consensuais, sem interferência ou intrusão arbitrária. Isto inclui o direito de controlar a divulgação de informação relacionada à sua sexualidade pessoal a outrem.

7. O direito ao mais alto padrão de saúde atingível, inclusive de saúde sexual; com a possibilidade de experiências sexuais prazerosas, satisfatórias e seguras.

Todos têm o direito ao mais alto padrão de saúde e bem estar possíveis, relacionados à sexualidade, incluindo a possibilidade de experiências sexuais prazerosas, satisfatórias e seguras. Isto requer a disponibilidade, acessibilidade e aceitação de serviços de saúde qualificados, bem como o acesso a condições que influenciem e determinem a saúde, incluindo a saúde sexual.

8. O direito de usufruir dos benefícios do progresso científico e suas aplicações.

Todos têm o direito de usufruir dos benefícios do progresso científico e suas aplicações em relação à sexualidade e saúde sexual.

9. O direito à informação.

Todos devem ter acesso à informação cientificamente precisa e esclarecedora sobre sexualidade, saúde sexual, e direitos sexuais através de diversas fontes. Tal informação não deve ser arbitrariamente censurada, retida ou intencionalmente deturpada.

10. O direito à educação e o direito à educação sexual esclarecedora.

Todos têm o direito à educação e a uma educação sexual esclarecedora. Educação sexual esclarecedora deve ser adequada à idade, cientificamente acurada, culturalmente idônea, baseada nos direitos humanos, na equidade de gêneros e ter uma abordagem positiva quanto à sexualidade e o prazer.

11. O direito de constituir, formalizar e dissolver casamento ou outros relacionamentos similares baseados em igualdade, com consentimento livre e absoluto.

Todos têm o direito de escolher casar-se ou não, bem como adentrar livre e consensualmente em casamento, parceria ou outros relacionamentos similares. Todas as pessoas são titulares de direitos iguais na formação, durante e na dissolução de tais relacionamentos sem discriminações de qualquer espécie. Este direito inclui igualdade absoluta de direitos frente a seguros sociais, previdenciários e outros benefícios, independente da forma do relacionamento.

12. O direito a decidir sobre ter filhos, o número de filhos e o espaço de tempo entre eles, além de ter informações e meios para tal.

Todos têm o direito de decidir ter ou não ter filhos, a quantidade destes e o lapso de tempo entre cada criança. O exercício desse direito requer acesso a condições que influenciam e afetam a saúde e o bem-estar, incluindo serviços de saúde sexual e reprodutiva relacionados à gravidez, contracepção, fertilidade, interrupção da gravidez e adoção.

13. O direito à Liberdade de pensamento, opinião e expressão.

Todos têm o direito à Liberdade de pensamento, opinião e expressão relativos à sexualidade, bem como o direito à expressão plena de sua própria sexualidade, por exemplo, na aparência, comunicação e comportamento, desde que devidamente respeitados os direitos dos outros.

14. O direito à Liberdade de associação e reunião pacífica.

Todos têm o direito de organizar-se, associar-se, reunir-se, manifestar-se pacificamente e advogar, inclusive sobre sexualidade, saúde sexual, e direitos sexuais.

15. O direito de participação em vida pública e política.

Todos têm o direito a um ambiente que possibilite a participação ativa, livre e significativa em contribuição a aspectos civis, econômicos, sociais, culturais e políticos da vida humana a nível local, regional, nacional ou internacional. Em especial, todos têm o direito de participar no desenvolvimento e implantação de políticas que determinem seu bem-estar, incluindo sua sexualidade e saúde sexual.

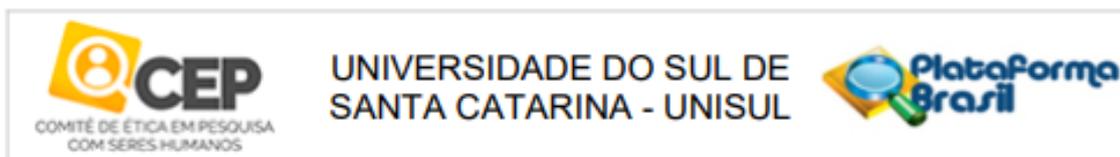
16. O direito de acesso à justiça, reparação e indenização.

Todos têm o direito ao acesso à justiça, reparação e indenização por violações de seus direitos sexuais. Isto requer medidas efetivas, adequadas e acessíveis, assim como devidamente educativas, legislativas, judiciais, entre outras. Reparação incluiu retratação, indenização, reabilitação, satisfação e a garantia de não repetição.

Esta é a tradução oficial da Declaração dos Direitos Sexuais. Para fins legais e técnicas, deve-se consultar a versão em Inglês como o texto oficial: : <http://www.worldsexology.org/resources/declaration-of-sexual-rights/>

A "World Association for Sexual Health" (WAS – Associação Mundial pela Saúde Sexual) é um grupo mundial multidisciplinar de sociedades científicas, ONGs e profissionais do campo da sexualidade humana que promove a saúde sexual por toda a vida e em todo o mundo através do desenvolvimento, promoção, e apoio à sexologia e a direitos sexuais para todos. "WAS" realiza tais objetivos, através de ações de defesa e integração, facilitando a troca de informações, ideias, experiências e avanços científicos baseados na pesquisa da sexualidade, educação e sexologia clínica, com uma abordagem multi disciplinar. A declaração de direitos sexuais da WAS foi originalmente proclamada no 13º. Congresso de Sexologia em Valencia, Espanha em 1997 e então em 1999, uma revisão foi aprovada em Hong Kong pela Assembleia Geral da WAS e reafirmada na "Declaração WAS: Saúde Sexual para o Milênio (2008)". A presente declaração revisada foi aprovada pelo Conselho Consultor da WAS em Marco de 2014.

ANEXO B – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: VEZ E VOZ. A SEXUALIDADE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: DESAFIOS PARA UMA VIDA PLENA

Pesquisador: ALINE RIBEIRO CORREA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 66141222.5.0000.0261

Instituição Proponente: SOCIEDADE DE EDUCACAO SUPERIOR E CULTURA BRASIL S.A.

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.881.683

Apresentação do Projeto:

As informações elencadas foram retiradas das Informações Básicas da Pesquisa, arquivo "PB_INFORMACOES_BASICAS_DOPROJETO_2058603.pdf", postado na Plataforma Brasil em 16/12/2022.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa teve como motivação a percepção da mestranda, em sua vivência empírica como professora da Educação Especial, da dificuldade encontrada na abordagem da temática da Educação Sexual para a Pessoa com Deficiência Intelectual (PcD) no âmbito escolar. Segundo Giami (2004), pais e profissionais que atendem pessoas deficientes intelectuais representam sua sexualidade ora como inexistente, ora como exacerbada, encarando-as como anjos ou feras. Para esse autor, os pais consideram os filhos como eternas crianças. De acordo Maia e Ribeiro (2010), os mitos sobre sexualidade e deficiência referem-se a ideias, discursos, crenças, inverdades, que são ideológicas e que existem para manter e reproduzir as relações de dominação de uns sobre os outros. Maia (2011) afirma que a sexualidade possui componentes genitais, emocionais e psicossociais, que se fazem presentes nas relações afetivas, na identidade de gênero, na vida e orientação sexual, por exemplo, durante todo o desenvolvimento, em todos os indivíduos, independentemente de suas diferenças, inclusive nas PcD. A temática da Educação Sexual na Educação Especial é pertinente principalmente em razão da

Endereço: Avenida Pedra Branca, 25 prédio do CAA/CAF, primeiro andar - sala 1
Bairro: Pedra Branca **CEP:** 88.137-270
UF: SC **Município:** PALHOCA
Telefone: (48)3279-1036 **E-mail:** cep.contato@unisul.br



UNIVERSIDADE DO SUL DE
SANTA CATARINA - UNISUL



Continuação do Parecer: 5.881.683

vulnerabilidade dessas pessoas. O Plano Nacional de Educação – PNE (BRASIL, ano) em vigor menciona as PcD uma única vez, e somente para fins estatísticos, ao informar que as metas se embasam na Pesquisa Nacional por Amostra de

Domicílios – PNAD, no artigo 4, em seu parágrafo único: “O poder público buscará ampliar o escopo das pesquisas com fins estatísticos de forma a incluir informação detalhada sobre o perfil das populações de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência” (BRASIL, 2014). Vê-se, portanto, uma lacuna que precisa ser preenchida, pois o conhecimento do perfil através do PNAD, que se baseia em dados estatísticos, não traz elementos que possam auxiliar que as PcD reconheçam sua sexualidade. Assim, a busca pela Educação Sexual para as PcD foi estendida para a Base Nacional Comum Curricular - BNCC, que atualmente é o documento orientador dos currículos no país. Entretanto, esse documento não faz menção ao termo Educação Sexual, e suas referências às PcD encontram-se na busca por “reverter a situação de exclusão histórica que marginaliza grupos”, e nestes grupos estão incluídas as PcD (BRASIL, 2018, p. 15). O mesmo documento afirma “o compromisso com os alunos com

deficiência, reconhecendo a necessidade de práticas pedagógicas inclusivas e de diferenciação curricular, conforme estabelecido na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015)” (BRASIL, 2018, p. 15). Entendemos que a abordagem da Educação Sexual para PcD pode e deve fazer parte de práticas pedagógicas curriculares diferenciadas, de acordo com o estabelecido em lei, conforme o excerto acima.

Contudo, somente será possível saber se ela já faz parte dessas práticas curriculares diferenciadas através do aprofundamento da pesquisa sobre o tema. Ainda em atenção aos documentos oficiais, nossa busca foi estendida para o Currículo Base do Território Catarinense (SANTA CATARINA, ano). Esse documento foi desenvolvido após a promulgação da lei que instituiu a BNCC, pois estados, Distrito Federal – DF e municípios deveriam

se adequar. Com a homologação da BNCC, as redes de ensino e escolas particulares terão diante de si a tarefa de construir currículos, com base nas aprendizagens essenciais estabelecidas na BNCC, passando, assim, do plano normativo propositivo para o plano da ação e da gestão curricular que envolve todo o conjunto de decisões e ações definidoras do currículo e de sua dinâmica (BRASIL, 2017, p. 20). Como a construção dos currículos pelas redes de ensino devem seguir a hierarquia, o Estado de Santa Catarina publicou, em 2019, o Currículo Base do Território Catarinense - CBTC, documento que veio cumprir a tarefa imposta pela promulgação da BNCC. O CBTC faz oito referências às PcD. A primeira delas citando o documento anterior, a Proposta Curricular de Santa Catarina – PCSC (SANTA CATARINA, 2014), a respeito do direito à diferença,

Endereço: Avenida Pedra Branca, 25 prédio do CAA/CAF, primeiro andar - sala 1

Bairro: Pedra Branca

CEP: 88.137-270

UF: SC

Município: PALHOÇA

Telefone: (48)3279-1036

E-mail: cep.contato@unisul.br



UNIVERSIDADE DO SUL DE
SANTA CATARINA - UNISUL



Continuação do Parecer: 5.881.683

informado que ele se manifesta “por meio da afirmação dos direitos de crianças, mulheres, jovens, idosos, homossexuais, negros, quilombolas, indígenas, pessoas com deficiência, entre outros, que, para de fato se efetivarem, necessitam ser socialmente reconhecidos” (SANTA CATARINA, 2018, p. 30, grifo nosso). A segunda menção às PcD ocorre quando o CBTC aborda os sujeitos da diversidade, citando as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (2012): [...] todas as pessoas, independente do seu sexo, origem nacional, étnico-racial, de

condições econômicas, sociais ou culturais; de suas escolhas de credo; orientação sexual; identidade de gênero; faixa etária, pessoas com deficiência, altas habilidades/superdotação, transtornos globais e do desenvolvimento, têm a possibilidade de usufruírem de uma educação não discriminatória e democrática (SANTA CATARINA, 2019, p. 43, grifo nosso). A terceira menção ocorre que, no Brasil, a Educação Especial resulta de

vários movimentos da sociedade civil que se organizou e de mudanças no âmbito internacional, culminando em eventos. Esses eventos deram origem a diversos documentos: “a Conferência Mundial de Educação para Todos (UNESCO, 1990), a Declaração de Salamanca (1994) e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), que tiveram implicações diretas no sistema educacional brasileiro” (SANTA CATARINA, 2019, p. 106, grifo nosso). As menções seguintes dizem respeito a referências utilizadas e a conteúdos dos componentes curriculares Geografia do 8º ano e História do 9º ano. Além disso, as palavras-chave deficiência intelectual e Educação Sexual não aparecem no documento. A menção à palavra sexualidade ocorre quatro vezes dentro dos conteúdos do componente curricular Ciências da Natureza do 8º ano. Vê-se, portanto, uma lacuna nos documentos oficiais, no que se refere à sexualidade das PcD, o que justifica a escolha do tema e a pesquisa aqui proposta. Diante do exposto, concordamos com Maia (2011), ao afirmar que, quando se fala sobre sexualidade das PcD, alguns mitos são construídos e

disseminados, descrevendo essas pessoas como assexuadas ou pervertidas; que não precisam receber orientação sobre sexualidade; que são pouco atraentes e incapazes de manter um vínculo amoroso e sexual; têm disfunções sexuais; não necessitam de privacidade; merecem a piedade das pessoas; são estéreis; geram filhos com deficiência e/ou não têm condições de cuidar da própria prole. Ademais, como demonstraram Carvalho e Silva (2018), em sua pesquisa sobre o Estado da Arte acerca das produções sobre a sexualidade das pessoas com PcD, a deficiência envolve inúmeros aspectos, como biológicos, psicológicos e sociais, entre outros, e é necessário, ainda, considerar os aspectos históricos, que perpassam a

marginalização da PcD, chegando ao momento atual, em que as questões de gênero e sexualidade

Endereço: Avenida Pedra Branca, 25 prédio do CAA/CAF, primeiro andar - sala 1

Bairro: Pedra Branca

CEP: 88.137-270

UF: SC

Município: PALHOÇA

Telefone: (48)3279-1036

E-mail: cep.contato@unisul.br



UNIVERSIDADE DO SUL DE
SANTA CATARINA - UNISUL



Continuação do Parecer: 5.881.683

vêm sendo reduzidas na abordagem educativa. Logo, a pertinência desta pesquisa está na sua possível contribuição não apenas à comunidade acadêmica e profissionais que trabalham com as PcD, mas em uma significativa contribuição às pessoas com PcD, de maneira geral. Considerando os aspectos mencionados, determinou-se o seguinte problema de pesquisa: Como a Educação Sexual pode contribuir na qualidade de vida da pessoa com deficiência intelectual?

HIPÓTESE:

Não se aplica

METODOLOGIA

Metodologia Proposta:

De natureza qualitativa, este estudo está pautado no materialismo histórico-dialético, que se caracteriza pelo movimento do pensamento através da materialidade histórica da vida dos homens em sociedade, utilizando o método dialético para análise da realidade. Para Triviños (2012), o materialismo histórico-dialético se apresenta como um dos aspectos principais do Marxismo. Entre suas características, esse paradigma se apresenta como uma "ciência filosófica do marxismo que estuda as leis sociológicas que caracterizam a vida da sociedade, de sua evolução histórica e da prática social dos homens, no desenvolvimento da humanidade" (TRIVIÑOS, 2012, p. 51). Konder (2008, p. 08) ressalta a dialética como "o modo de pensarmos as contradições da realidade, o modo de compreendermos a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação". Triviños (1987, p. 23) sintetiza "o materialismo dialético reconhece como essência do mundo a matéria que, de acordo com as leis do movimento, se transforma, que a matéria é anterior à consciência e que a realidade objetiva e suas leis são cognoscentes". Esta pesquisa configura-se como um estudo qualitativo, que, segundo Bauer, Gaskell e Allum (2010, p. 23, grifo dos autores), "[...] evita números, lida com interpretação das realidades sociais, e é considerada pesquisa soft". Minayo et al. (1994) ressaltam que a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares, preocupando-se com um nível de realidade que não pode ser quantificado nas ciências sociais. Também pode ser considerada uma pesquisa exploratória que, para Gil (2010, p. 27), tem "como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou construir hipóteses. Assim a pesquisa será realizada em uma escola especial no sul catarinense, numa turma composta de quinze alunos com idades entre 18 e 40 anos. Fundamentalmente, esta pesquisa se caracteriza como estudo de caso. Para Gil (2010, p. 37), o estudo de caso é amplamente utilizado pelas ciências sociais, e "consiste no

Endereço: Avenida Pedra Branca, 25 prédio do CAA/CAF, primeiro andar - sala 1

Bairro: Pedra Branca

CEP: 88.137-270

UF: SC

Município: PALHOÇA

Telefone: (48)3279-1038

E-mail: cep.contato@unisul.br



UNIVERSIDADE DO SUL DE
SANTA CATARINA - UNISUL



Continuação do Parecer: 5.881.683

estudo profundo [...] de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento [...]. O autor ainda destaca que o estudo de caso é considerado como "o delineamento mais adequado para a investigação de um fenômeno contemporâneo" (GIL, 2010, p. 37). Assim, consideramos o delineamento mais adequado para esta pesquisa.

Metodologia de Análise de Dados:

Na realização da coleta de dados, cerca de 15 estudantes com DI de uma escola especial, na faixa etária entre 18 e 40 anos, serão convidados a participar de um encontro, a ser realizado utilizando a técnica de roda de conversa, com média de 1h e 30 minutos de duração. As rodas de conversa que estão em planejamento à luz do referencial supracitado, compreenderão dinâmicas e/ou oficinas pedagógicas que contribuirão na interação e diálogo com os participantes. Segundo Pitombo (2013), as rodas de conversa são baseadas nos Círculos de cultura, que Paulo Freire descreve em sua obra Educação como prática da liberdade (1967). Nesses círculos, o autor afirma que "o ponto de partida para o trabalho [...] está em assumir a liberdade e a crítica como o modo de ser do homem. [e] [...] só pode efetivar-se no contexto livre e crítico das relações que se estabelecem entre os educandos, e entre estes e o coordenador" (FREIRE, 1967, p. 7). Assim, o grupo que compõe a roda de conversa em debater um problema "contexto de uma prática social livre e crítica. Liberdade e crítica que não podem se limitar às relações internas do grupo mas que necessariamente se apresentam na tomada de consciência que este realiza de sua situação social" (FREIRE, 1967, p. 7). Como nossa pesquisa busca focar a sexualidade das PcD, essa liberdade livre de crítica é essencial para que os participantes se sintam confortáveis em compartilhar seus pontos de vista, de modo que seja possível atender aos objetivos delineados para a investigação. As rodas de conversa com os participantes deverão ser gravadas e filmadas, para que se possa observar reações dos participantes, cujas identidades serão preservadas, devendo adotar pseudônimos para a análise. Essas gravações/filmagens serão transcritas posteriormente para facilitar o tratamento desses dados. As análises deverão ser realizadas com base na análise de conteúdo, fundamentada em Bardin (2010) e Barros e Lehfeld (1990). Sobre a análise de conteúdo, Barros e Lehfeld (1990, p. 98) afirmam que "[...] é um dos instrumentos em que o pesquisador deverá se apoiar [...]", e que deve proceder a "[...] codificação, categorização e quantificação dos dados encontrados [...]". Para Bardin (2010, p. 11, grifos da autora), a análise de conteúdo é "um conjunto de instrumentos metodológicos [...] que se aplicam a 'discursos' (conteúdos e continentes) extremamente diversificados". Por esta razão, acreditamos que o foco de nossa pesquisa, qual seja, Educação Sexual no âmbito de escola especial, pode fazer parte dessa

Endereço: Avenida Pedra Branca, 25 prédio do CAA/CAF, primeiro andar - sala 1
Bairro: Pedra Branca **CEP:** 88.137-270
UF: SC **Município:** PALHOÇA
Telefone: (48)3279-1036 **E-mail:** cep.contato@unisul.br



UNIVERSIDADE DO SUL DE
SANTA CATARINA - UNISUL



Continuação do Parecer: 5.881.683

diversificação. Ainda é importante destacar que a análise de conteúdo permite que se observe que “por trás do discurso aparente geralmente simbólico e polissêmico esconde-se um sentido que convém desvendar” (BARDIN, 2010, p. 16). Assim, pretende-se observar os discursos das PcD através das rodas de conversa com base em Freire (1967) para desvendar como a Educação Sexual no âmbito de escola especial, pode contribuir para a qualidade de vida da pessoa com deficiência intelectual, elucidar o debate sobre os Direitos Sexuais das pessoas com DI em ambientes educativos que proporcionem vez e voz para que os sujeitos possam expressar qual a sua aproximação com a temática, dialogar sobre suas dúvidas, experiências, medos e aprendizado. Elucidar também sobre caminhos e possibilidades a serem empregados no âmbito escolar e familiar, com programas intencionais de Educação Sexual com vistas à emancipação.

CRITÉRIOS DE INCLUSÃO

Estudantes com Deficiência Intelectual, entre 18 e 40 anos, matriculados na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaee), da cidade de Laguna SC.

CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO

Estudantes sem Deficiência Intelectual, menores de 18 anos e maiores de 40 anos, matriculados na rede municipal e estadual de ensino, assim como instituições privadas da cidade de Laguna SC.

Objetivo da Pesquisa:

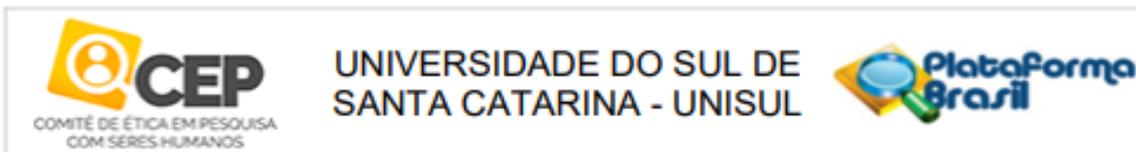
Objetivo Primário:

Investigar como a Educação Sexual, no âmbito de uma escola especial, pode contribuir para a qualidade de vida da pessoa com deficiência intelectual.

Objetivo Secundário:

Desvelar a compreensão dos jovens participantes com DI sobre sexualidade e Educação Sexual;
Identificar o que expressam os jovens com deficiência intelectual sobre sexualidade e de que forma eles a vivenciam; e
Avaliar as potencialidades e dificuldades de jovens com DI em relação à compreensão dos temas sobre sexualidade.

Endereço: Avenida Pedra Branca, 25 prédio do CAACAF, primeiro andar - sala 1
Bairro: Pedra Branca **CEP:** 88.137-270
UF: SC **Município:** PALHOÇA
Telefone: (48)3279-1036 **E-mail:** cep.contato@unisul.br



Continuação do Parecer: 5.881.683

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Esta pesquisa não apresenta riscos físicos aos participantes. Os possíveis riscos aos sujeitos são de ordem intelectual, psíquica ou moral, relacionadas a situações de constrangimento decorrente a abordagem. Em caso de algum problema desta natureza detectado no momento da assinatura do TCLE, estes serão dispensados em participar da pesquisa. Caso o sujeito aceite participar da pesquisa e, no decorrer da coleta de dados, sintam-se desconfortável ou constrangido, este poderá deixar de participar do estudo a qualquer momento. Em situações mais graves, relacionadas a estes riscos de ordem intelectual, psíquica ou moral, o sujeito poderá ser encaminhado para atendimento psicológico. Sugere-se o atendimento especializado de psicologia da instituição em que o sujeito está matriculado.

Benefícios:

Pretende-se realizar seminários e palestras intermunicipal; Publicação de artigos; Parceria entre escolas especiais, municipais e estaduais, tanto para a formação continuada dos profissionais, como na proposição de projetos juntos aos estudantes.

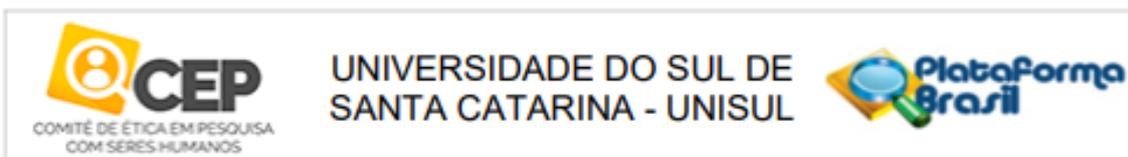
Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

•Caráter acadêmico projeto de Dissertação de Mestrado do curso Pós-Graduação em Educação, campus Tubarão.

•Desenho do estudo:

A sexualidade está associada à vida, às sensações, às emoções, ao desenvolvimento da afetividade e da capacidade de se encontrar consigo mesmo e com o outro. A manifestação da sexualidade é entendida como um processo inerente ao ser humano, independente de padrões ditos de 'normalidade' e de necessidades especiais, sejam elas físicas, mentais ou sociais, pois se expressam em cada fase da vida. Como a sexualidade envolve múltiplas dimensões humanas, é um tema muitas vezes difícil de ser tratado, por ser permeado por tabus, estereótipos, preconceitos e dúvidas. A Pessoa com Deficiência (PcD) ainda é vista como assexuada, exagerada e/ou exibicionista, e essa perspectiva se estende aos familiares e a escola. Por meio do levantamento da literatura produzida até os dias atuais sobre a temática da sexualidade, se percebe um avanço significativo no que diz respeito a abordagem da Educação Sexual com vistas à emancipação para a PcD, mas também um campo que ainda necessita ser

Endereço: Avenida Pedra Branca, 25 prédio do CAA/CAF, primeiro andar - sala 1
Bairro: Pedra Branca **CEP:** 88.137-270
UF: SC **Município:** PALHOÇA
Telefone: (48)3279-1036 **E-mail:** cep.contato@unisul.br



Continuação do Parecer: 5.881.683

explorado. Diante de todo esse contexto, esta pesquisa tem como objetivo principal investigar como os jovens com Deficiência Intelectual (DI) da

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais/APAE de um município do sul de Santa Catarina expressam, vivenciam e aprendem sobre sexualidade. Para tanto, trata-se de a pesquisa de natureza qualitativa, do tipo exploratória e descritiva, amparada no paradigma filosófico do materialismo histórico-dialético que utilizará o método dialético de análise da realidade. A população participante compreende jovens com DI entre 18 a 40 anos, a forma de aquisição de dados para análise dar-se-á por meio de roda de conversa audiogravada. As rodas de conversa que estão em planejamento à luz do referencial supracitado, compreenderão dinâmicas e/ou oficinas pedagógicas que contribuirão na interação e diálogo com os participantes. Esperamos contribuir, sobremaneira, de como a Educação Sexual pode contribuir na qualidade de vida da pessoa com DI, elucidar o debate sobre os Direitos Sexuais das pessoas com DI em ambientes educativos que proporcionem vez e voz para que os sujeitos possam expressar qual a sua aproximação com a temática, dialogar sobre suas dúvidas, experiências, medos e aprendizado. Elucidar também sobre caminhos e possibilidades a serem empregados no âmbito escolar e familiar, com programas intencionais de Educação Sexual com vistas à emancipação.

•Local do estudo: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae), da cidade de Laguna SC.

•Número de participantes: 15.

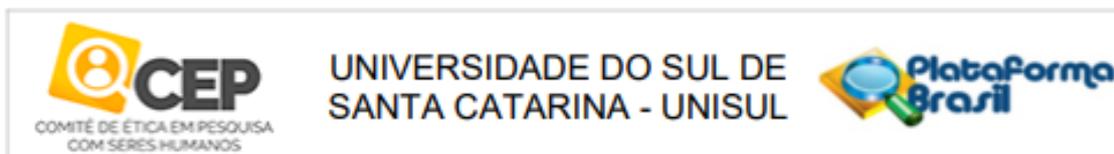
•Perfil dos participantes: jovens com DI entre 18 a 40 anos.

•"Solicita dispensa do TCLE e justifica: "os participantes são estudantes com deficiência intelectual em variados níveis (leve, moderado e severo) da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Apae, do Município de Laguna/SC, não respondem legalmente por si, sendo os pais, tutores e curadores e seus representantes legais."

•Previsão de início da coleta de dados: 20/03/2023.

•Previsão de encerramento do estudo: 20/05/2023.

Endereço: Avenida Pedra Branca, 25 prédio do CAA/CAF, primeiro andar - sala 1
Bairro: Pedra Branca **CEP:** 88.137-270
UF: SC **Município:** PALHOÇA
Telefone: (48)3279-1038 **E-mail:** cep.contato@unisul.br



Continuação do Parecer: 5.881.683

•Se houver acesso a dados secundários indicar qual a fonte, instituição e dados a serem coletados: dados estatísticos de base de dados oficiais e artigos científicos de base de dados.

•Se for emenda, incluir qual foi a solicitação, qual alteração: não se aplica.

•Se houver armazenamento de amostras indicar o tipo de banco de material biológico: não se aplica.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

"Vide campo 'Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações'.

Recomendações:

Foi possível perceber a experiência dos pesquisadores, mesmo assim, tomamos a liberdade de reforçar o cuidado na realização da roda de conversas (coleta de dados), se possível, contar com a participação de um profissional da psicologia para auxiliar o andamento da atividade/evento.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não foram encontrados óbices éticos.

Considerações Finais a critério do CEP:

Protocolo de pesquisa em consonância com a Resolução 466/12 e/ou 510/16 do Conselho Nacional de Saúde.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB INFORMAÇÕES BÁSICAS DO PROJETO 2058603.pdf	16/12/2022 09:39:12		Aceito
Declaração de concordância	DeclaracaodeCienciaeConcordanciadasInstituicoesEnvolvidas.pdf	16/12/2022 09:38:29	ALINE RIBEIRO CORREA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projetocepcorrea.pdf	16/12/2022 09:37:49	ALINE RIBEIRO CORREA	Aceito
Folha de Rosto	Folhaderosto.pdf	08/12/2022 09:19:34	ALINE RIBEIRO CORREA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de	dispensatale.pdf	02/12/2022 13:32:22	ALINE RIBEIRO CORREA	Aceito

Endereço: Avenida Pedra Branca, 25 prédio do CAA/CAF, primeiro andar - sala 1

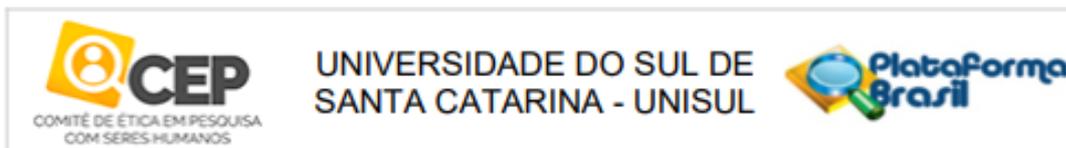
Bairro: Pedra Branca

CEP: 88.137-270

UF: SC **Município:** PALHOÇA

Telefone: (48)3279-1038

E-mail: cep.contato@unisul.br



Continuação do Parecer: 5.881.683

Ausência	dispensatale.pdf	02/12/2022 13:32:22	ALINE RIBEIRO CORREA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termodeconsentimentolivreeseclarecido.pdf	02/12/2022 13:07:52	ALINE RIBEIRO CORREA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PALHOCA, 08 de Fevereiro de 2023

Assinado por:
Betine Pinto Moehlecke Iser
(Coordenador(a))

Endereço: Avenida Pedra Branca, 25 prédio do CAA/CAF, primeiro andar - sala 1
Bairro: Pedra Branca **CEP:** 88.137-270
UF: SC **Município:** PALHOCA
Telefone: (48)3279-1036 **E-mail:** cep.contato@unisul.br

APÊNDICE A – MARCOS LEGAIS QUE ENVOLVEM AS PCD NO BRASIL

1988 Constituição	proíbe qualquer discriminação referente a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência; cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das PcD; proteção e integração social das PcD; reservar percentual dos cargos e empregos públicos para as PcD e definir os critérios de sua admissão; define a possibilidade de lei complementar para aposentadoria dos servidores com PcD, também veda requisitos ou critérios diferenciados para a concessão de benefício, salvo àqueles que tenham se submetido à avaliação biopsicossocial; define débitos de natureza alimentícia para as PcD; define assistência social às PcD; define atendimento educacional especializado às PcD; criação de programas para melhoria do acesso das PcD a bens e serviços, eliminação de obstáculos arquitetônicos e de todas as formas de discriminação; garante acessibilidade às PcD (locais e veículos); determina, nas disposições transitórias, recursos diversos que atendam às PcD.
1989 Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989	Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.
1990 Estatuto da Criança e do Adolescente – Eca (Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990)	Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, estendendo os mesmos direitos às PcD que se encaixam nessa faixa etária, garantindo atendimento para suas necessidades de saúde, habilitação e reabilitação, dado prioridade às PcD ou portadores de doença crônica em processos de adoção, além do grupo de irmãos, reforça o atendimento educacional especializado e individual, assegura trabalho protegido ao adolescente PcD, suas famílias têm prioridade no atendimento em ações e políticas públicas de prevenção e proteção, nas campanhas de acolhimento, e direito à convivência familiar aos postulantes em programas oferecidos pela Infância e Juventude.
1996 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996)	Determina o atendimento educacional especializado aos PcD em todas as etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino; define Educação Especial; assegura o desenvolvimento dos educandos PcD; define terminalidade específica em virtude de PcD; ampliação do atendimento às PcD; educação bilíngue de surdos, com materiais didáticos e professores para esse fim; desenvolvimento de programas para pessoas com deficiência auditiva em regime de colaboração (envolvendo estados, municípios e Distrito Federal); formação de pessoal especializado para o atendimento das PcD; e oferta de suporte e estímulo às PcD na Educação Superior; respeito à diversidade envolvendo as PcD.
2000	<p style="text-align: center;">Lei Nº 10.048, de 8 de novembro de 2000a</p> <p>Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências, incluindo acompanhantes das PcD. A lei não é específica para as PcD, pois envolve idosos (pessoas com idade igual ou maior que 60 anos), gestantes, lactentes, com crianças de colo e obesos, para que tenham atendimento prioritário em repartições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos.</p> <p style="text-align: center;">Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000b</p> <p>Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.</p>
2001 Decreto Nº 3.956 (Convenção da Guatemala)	Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Esse decreto auxilia na compreensão da LDB, desfazendo duplas interpretações provenientes da LDB.
2015 Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015)	Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), com o objetivo de assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

APÊNDICE B – TERMO DE CONSETIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



Universidade do Sul de Santa Catarina
Comitê de Ética em Pesquisa – CEP UNISUL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Participação do estudo

Senhor/Senhora, o/a seu/sua filho/filha está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada “Vez e Voz. A sexualidade da Pessoa com Deficiência Intelectual: Desafios para uma vida plena” coordenada por Aline Ribeiro Corrêa. O objetivo deste estudo é “Investigar como a Educação Sexual, no âmbito de uma escola especial, pode contribuir para a qualidade de vida da pessoa com Deficiência Intelectual”.

Caso você aceite que seu/sua filho/filha participe, ele/ela será convidado (a) a participar de uma roda de conversa com oficinas pedagógicas que contribuirão na interação e no diálogo dos participantes voltadas para o tema sobre a Sexualidade da Pessoa com Deficiência Intelectual, a roda de conversa deve despendar cerca de 1h30 minutos.

Gostaríamos de solicitar o seu aceite para uso da gravação de voz durante a realização da entrevista.

- () sim, aceito
() não, não aceito

Riscos e Benefícios

De acordo com o art. 1º, inciso III, da Constituição Federal do Brasil, a dignidade da pessoa humana é destacada como princípio fundamental brasileiro. Nesse sentido, a Resolução no 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde, Órgão vinculado ao Ministério da Saúde do Brasil, aborda em todo contexto da supradita norma a proteção aos participantes das pesquisas envolvendo seres humanos, pelo que preconiza a assistência para os riscos da pesquisa na dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano.

Com a participação de seu/sua filho/filha nesta pesquisa, ele/ela estará exposto (a) a riscos mínimos por envolver mediações não invasivas, tendo como referência de riscos, um possível constrangimento moral, social e intelectual com as perguntas previstas na entrevista ou pela vivência no teatro, pelo que tais riscos serão mitigados com a intervenção humanizada aos participantes sob a responsabilidade dos pesquisadores responsáveis.

Importante salientar a possibilidade de contágio pela atual pandemia causada pela Covid-19, razão pela qual serão adotadas as medidas protetivas, através da adoção de medidas preventivas (máscara facial, álcool em gel e distanciamento).

Esta pesquisa tem como benefícios contribuir na compreensão dos jovens participantes com Deficiência Intelectual sobre sexualidade e Educação Sexual, o que expressam sobre Sexualidade e de que forma eles a vivenciam-.

TCLE - 1 de 4

Rubrica do participante ou
representante legal

Rubrica do pesquisador responsável



COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA
COM SERES HUMANOS

Universidade
do Sul de Santa Catarina

Comitê de Ética em Pesquisa – CEP UNISUL

Sigilo, Anonimato e Privacidade

O material e informações obtidas podem ser publicados em aulas, congressos, eventos científicos, palestras ou periódicos científicos, sem a identificação do seu/sua filho/filha. O sigilo e anonimato serão respeitados.

Os (as) pesquisadores (as) se responsabilizam pela guarda e confidencialidade dos dados, bem como a não exposição individualizada dos dados da pesquisa. A participação do seu/sua filho/filha é voluntária e ele/ela terá a liberdade de se recusar a responder quaisquer questões que lhe ocasionam constrangimento de alguma natureza.

Autonomia

O senhor/senhora é livre para aceitar ou não que seu/sua filho/filha participe da pesquisa, e poderá desistir a qualquer momento, sem que a recusa ou a desistência lhe acarrete qualquer prejuízo. É assegurada a assistência durante toda a pesquisa, e garantido o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências. O senhor/senhora também poderá entrar em contato com os pesquisadores, em qualquer etapa da pesquisa, por e-mail ou telefone, a partir dos contatos que constam no final do documento.

Devolutiva dos resultados

Os resultados da pesquisa poderão ser solicitados a partir da finalização desta pesquisa, em fevereiro de 2024, por e-mail, outra plataforma, contato telefônico, encontro pessoal ou como preferir. Ressalta-se que os dados coletados nesta pesquisa somente poderão ser utilizados para as finalidades da presente pesquisa, sendo que para novos objetivos um novo TCLE deve ser aplicado.

Ressarcimento e Indenização

Lembramos que a participação do seu/sua filho/filha é voluntária, o que significa que ele/ela não poderá ser pago (a) de nenhuma maneira, por participar desta pesquisa. De igual forma, a participação na pesquisa não implica em gastos para você. No entanto, caso você tenha alguma despesa decorrente da sua participação, tais como transporte, alimentação, entre outros, você será ressarcido (a) do valor gasto. Se ocorrer algum dano decorrente da sua participação na pesquisa, você será indenizado (a) conforme determina a lei.

Após ser esclarecido (a) sobre as informações da pesquisa, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine o consentimento de participação em todas as páginas e no campo previsto para o seu nome, que é impresso em duas vias, sendo que uma via ficará em posse do (a) pesquisador(a) responsável e a outra via com você.

TCLE - 2 de 4

Rubrica do participante ou representante legal

Rubrica do pesquisador responsável



Universidade do Sul de Santa Catarina
Comitê de Ética em Pesquisa – CEP UNISUL

Consentimento de Participação

Eu _____ concordo que meu/minha
 filho/filha _____ participe
 voluntariamente da pesquisa intitulada “Vez e Voz. A Sexualidade da Pessoa com Deficiência
 Intelectual: Desafios para uma vida plena” conforme informações contidas neste TCLE.

Local e data: _____

Assinatura: _____

Pesquisador (a) responsável: Aline Ribeiro Corrêa

E-mail para contato: alinecorrea83.sc@gmail.com

Telefone para contato: (48) 9 9928-8918

Assinatura do (a) pesquisador (a) responsável: _____

Outros pesquisadores:

Nome: Profa. Dra. Yalin Brizola Yared

E-mail para contato: yalin.yared@animaeducacao.com.br

Telefone para contato: (49) 9 9951-1750

Assinatura do (a) outra (a) pesquisador (a): _____

O Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) é composto por um grupo de pessoas que estão trabalhando para garantir que seus direitos como participante sejam respeitados, sempre se pautando pelas Resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde (CNS). O CEP tem a obrigação de avaliar se a pesquisa foi planejada e se está sendo executada de forma ética. Caso você achar que a pesquisa não está sendo realizada da forma como você imaginou ou que está sendo prejudicado (a) de alguma forma, você pode entrar em contato com o Comitê de Ética da UNISUL pelo telefone (48) 3279-1036 ou WhatsApp (48) 9 8819-8868 entre segunda e sexta-feira das 13h às 17h e 30min ou pelo e-mail cep.contato@unisul.br.

TCLE - 3 de 4

 Rubrica do participante ou
 representante legal

 Rubrica do pesquisador responsável

APÊNDICE D – RESULTADOS DO LEVANTAMENTO PARA REVISÃO DE LITERATURA

Quadro 1 - Resultado da busca pelos descritores no banco de dados *Scielo*

DESCRITORES	BANCO DE DADOS	TRABALHOS SELECIONADOS		
	SCIELO			
	RESULTADOS	TÍTULO	AUTORIA / ANO	PERIÓDICO
DI <i>and</i> Sexualidade	5	Opinião dos professores sobre a Sexualidade e a educação Sexual dos alunos com deficiência Intelectual	MAIA, A. C. B.; REIS-YAMAUTI, V. L.; SCHIAVO, R. A.; CAPELLINI, V. L. M. F.; VALLE, T. G. M. (MAIA et al., 2015)	Estudos de Psicologia Psico8.pmd (scielo.br)
PcD <i>and</i> DI	21	Sexualidade na Deficiência Intelectual: uma Análise das Percepções de Mães de Adolescentes Especiais	LITTIG, P, M. C. B.; CÁRDIA, D. R.; REIS, L. B.; FERRÃO, E. S. (LITTIG et al., 2012)	Revista Brasileira de Educação Especial Revista Brasileira de Educação Especial - Home Page (fcc.org.br)
PcD <i>and</i> Sexualidade	5	Percepções De Jovens Com Síndrome De Down Sobre Relacionar-se Amorosamente	LUIZ, E. C.; KUBO, O. M. (KUBO; LUIZ, 2007)	Revista Brasileira de Educação Especial https://www.scielo.br/journal/rbee/about/#about
PcD <i>and</i> Educação Sexual	4	A Sexualidade das Pessoas com Deficiência Física: Uma análise à Luz das Teorias das Representações Sociais	CARVALHO, A. N. L.; SILVA, J. P. (CARVALHO; SILVA, 2021)	Revista brasileira de Educação Especial https://www.scielo.br/journal/rbee/about/#about
Educação Especial <i>and</i> sexualidade	15	Desfazendo mitos para minimizar o preconceito sobre a sexualidade de pessoas com deficiência	MAIA, A. C. B.; RIBEIRO, P. R. M. (MAIA; RIBEIRO, 2010)	Revista brasileira de Educação Especial https://www.scielo.br/journal/rbee/about/#about
Educação Sexual <i>and</i> Dinâmica	13	Gênero, Sexualidade, Raça/Etnia: Desafios Transversais na Formação do Professor	ROHDEN, F. (ROHDEN, 2009)	Cadernos De Pesquisa SciELO - Cadernos de Pesquisa
TOTAL DE TRABALHOS SELECIONADOS = 6				

Fonte: Organizado pela autora.

Quadro 2 - Resultado da busca pelos descritores no banco de dados Redalyc

DESCRITORES	BANCO DE DADOS	TRABALHOS SELECIONADOS		
	REDALYC			
	RESULTADOS	TÍTULO	AUTORIA / ANO	PERIÓDICO
Educação Sexual Emancipatória and PcD	604	‘Mamãe é down’’: a sexualidade da pessoa com deficiência na trama discursiva da Revista Época	OLIVEIRA, A. F. T. M.; ARAÚJO, C. M. (OLIVEIRA; ARAÚJO, 2018)	Revista Educação Especial Revista Educação Especial (redalyc.org) -
		Educação Sexual e sexualidade no discurso de uma pessoa com deficiência visual	MAIA, A. C. B. (MAIA, 2011)	Revista Ibero-Americana de estudos em educação Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação (redalyc.org)
DI and Sexualidade	1487	Sexualidade e Deficiência Intelectual: narrativas de pais de adolescentes	BASTOS, O. M.; DESLANDES, S. F. (BASTOS; DESLANDES, 2012)	Phisys – Revista de Saúde Coletiva Phisys - Revista de Saúde Coletiva (redalyc.org)
PcD and Educação Sexual	1449	Deficiência e Sexualidade: uma análise bibliométrica	MENDES, M. J. G.; DENARI, F. E. (MENDES; DENARI, 2019)	Revista Ibero-Americana de estudos em educação Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação (redalyc.org)
Educação Sexual and Dinâmica	470	O corpo da mulher com deficiência intelectual nos discursos em pesquisas acadêmicas	PEREIRA, A. R.; FERREIRA, C. M. R. J.; DINIZ, M. (PEREIRA; FERREIRA; DINIZ, 2020)	Revista Educação Especial Revista Educação Especial (redalyc.org)
TOTAL DE TRABALHOS SELECIONADOS = 5				

Fonte: Organizado pela autora.